
01

ERRADICAÇÃO
DA POBREZA

02

FOME ZERO E
AGRICULTURA
SUSTENTÁVEL

03

SAÚDE E
BEM-ESTAR

04

EDUCAÇÃO
DE QUALIDADE

05

IGUALDADE
DE GÊNERO

06

ÁGUA POTÁVEL
E SANEAMENTO

07

ENERGIA LIMPA
E ACESSÍVEL

08

TRABALHO DECENTE
E CRESCIMENTO
ECONÔMICO

09

INDÚSTRIA,
INOVAÇÃO E
INFRAESTRUTURA

1º GUIA CIALP PARA A AGENDA 2030

para as 17 metas
da onu de
desenvolvimento
sustentável

10

REDUÇÃO DAS
DESIGUALDADES

11

CIDADES E
COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS

12

CONSUMO E
PRODUÇÃO
RESPONSÁVEIS

13

AÇÃO CONTRA
A MUDANÇA GLOBAL

14

VIDA
NA ÁGUA

15

VIDA
TERRESTRE

16

PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES
EFICAZES

17

PARCERIAS
E MEIOS DE
IMPLEMENTAÇÃO



Conselho Internacional dos Arquitectos de Língua Portuguesa

AS 17 METAS

Em 2015, líderes mundiais de 193 países se comprometeram a alcançar as metas dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030.

Essas metas tem o poder de acabar com a fome, reduzir as desigualdades e parar as mudanças climáticas.

Inspirados e guiados pelos ODS, só depende de todos nós, arquitetos e urbanistas, governantes, empresáries e sociedade civil trabalharmos juntos para construir um mundo melhor para todos, sem deixar ninguém para trás.

<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>



1ERRADICAÇÃO DA PROBREZA	2FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	3SAÚDE E BEM-ESTAR
4EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	5IGUALDADE DE GÊNERO	6ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO
7ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL	8TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO	9INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA
10REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	11CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	12CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS
13AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL	14VIDA NA ÁGUA	15VIDA TERRESTRE
16PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	17PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	

EXPEDIENTE

Direcção CIALP Mandato 2023-2026

CONSELHO DIRECTIVO

Presidente: Victor Leonel Miguel
Vice-Presidente: José Manuel Pedreirinho
Vice-Presidente: Maria Elisa Baptista
Secretário-Geral: Nuno Soares
Tesoureiro: Job Amado

CONSELHO FISCAL

Presidente: Jaime Comiche
Vogal: Diogo Silva de Sousa Lima
Vogal: Francisco Ricarte

Elementos do GT ODS CIALP Mandato 2023-2026

Instituto dos Architectos do Brasil |
Coordenação
Cid Blanco Jr

Ordem dos Architectos de Moçambique
Jaime Comiche

Ordem dos Architectos de Angola
Ariel Francisco Aleixo de Araújo Sebastião

Ordem dos Architectos de Cabo Verde
Paloma Lopes

Ordem dos Architectos de Portugal
Luis Matos

Associação dos Architectos de Macau
Francisco Ricarte

Instituto dos Architectos do Brasil
Carla Veras

Copyright© 2026 by Conselho Internacional
dos Architectos de Língua Portuguesa - CIALP

Coordenação Editorial
Cid Blanco Jr

Projeto Gráfico e Diagramação
Emerson Fioravante

Mapa
Lucas Nakamura Cerejo

Apoio Editorial
Clélia Fernandes

SUMÁRIO

<u>Apresentação</u>	5	ODS 09 - P#7	125
<u>Agradecimnetos</u>	6	ODS 09 - P#18	129
<u>Projetos Seleccionados</u>	7	<u>ODS 09 - P#55</u>	133
<u>Mapa</u>	9	ODS 10 - P#19	139
ODS 01 - P#24	13	ODS 10 - P#42	143
ODS 01 - P#26	17	<u>ODS 10 - P#57</u>	147
<u>ODS 01 - P#36</u>	21	ODS 11 - P#2	153
ODS 02 - P#39	27	ODS 11 - P#28	157
ODS 02 - P#51	31	<u>ODS 11 - P#67</u>	160
<u>ODS 02 - P#58</u>	35	ODS 12 - P#13	166
ODS 03 - P#5	41	ODS 12 - P#20	169
ODS 03 - P#44	45	<u>ODS 12 - P#30</u>	173
<u>ODS 03 - P#61</u>	49	ODS 13 - P#12	179
ODS 04 - P#6	55	ODS 13 - P#47	182
ODS 04 - P#8	59	<u>ODS 13 - P#49</u>	186
<u>ODS 04 - P#66</u>	63	ODS 14 - P#4	192
ODS 05 - P#16	69	ODS 14 - P#15	196
ODS 05 - P#38	73	<u>ODS 14 - P#33</u>	200
<u>ODS 05 - P#71</u>	77	ODS 15 - P#25	206
ODS 06 - P#27	83	ODS 15 - P#69	210
ODS 06 - P#32	87	<u>ODS 15 - P#72</u>	214
<u>ODS 06 - P#52</u>	91	ODS 16 - P#11	220
ODS 07 - P#1	97	ODS 16 - P#21	224
ODS 07 - P#50	101	<u>ODS 16 - P#23</u>	228
<u>ODS 07 - P#53</u>	105	ODS 17 - P#6	235
ODS 08 - P#10	111	ODS 17 - P#9	239
ODS 08 - P#14	115	<u>ODS 17 - P#35</u>	242
<u>ODS 08 - P#65</u>	119		

APRESENTAÇÃO



Victor Leonel Miguel
Presidente CIALP

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas constituem um compromisso global com um futuro mais justo, inclusivo e resiliente. A arquitetura, o urbanismo e o ordenamento do território têm um papel fundamental na concretização desta visão, contribuindo para cidades mais sustentáveis, comunidades mais fortes e uma melhor qualidade de vida para todos.

No CIALP, acreditamos que os arquitetos de língua portuguesa podem e devem ser agentes ativos desta transformação. Através do conhecimento, da inovação e da cooperação internacional, temos a responsabilidade de promover soluções que respondam aos desafios ambientais, sociais e económicos do nosso tempo.

Saudamos o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho dos ODS, que reforça o compromisso da nossa comunidade profissional com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade intergeracional. As suas iniciativas demonstram como a arquitetura pode contribuir de forma concreta para a implementação da Agenda 2030.

Convido todos os profissionais, instituições e parceiros a juntarem-se a este esforço coletivo, transformando os ODS em ações, projetos e resultados que beneficiem as nossas cidades, os nossos territórios e as futuras gerações.

AGRADECIMENTOS



Cid Blanco Jr.
Coordenador do GT da
Agenda 2030 - CIALP

Unidos também pela arquitetura

Me lembro como se fosse hoje, ao terminar o primeiro Guia para a Agenda 2030 do Instituto de Arquitetos do Brasil, que sonhamos com a ideia de uma publicação para todo o mundo lusófono.

A inspiração vinha de uma aula que tive na Faculdade de Arquitectura do Porto, em que um professor nos provocava a adivinhar por fotos, de qual lugar do mundo lusófono ele estava falando. Não acertamos nenhuma e ficava claro que não era só o idioma que nos unia, a arquitetura também.

Alguns muitos anos e várias reuniões depois, o sonho se tornou realidade graças ao CIALP.

Essa publicação traz de forma única, um registro do trabalho que arquitetas e arquitetos dos diversos países que integram o Conselho vem colaborando no alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Um repositório importante para profissionais e estudantes que se interessam pelos desafios do desenvolvimento sustentável e da redução de desigualdades que são colocados pela Agenda 2030. Agradeço imensamente pela confiança da direção do CIALP por me delegar esse trabalho e especialmente aos membros do Grupo de Trabalho da Agenda 2030 e da Comissão Editorial do Guia por todo suporte para que chegássemos nesse momento.

Não posso deixar de registrar a parceria dos amigos Clélia Fernandes, Emerson Fioravante e Lucas Nakamura que me ajudaram imensamente para que esse Guia ficasse pronto! Meu muito obrigado de coração.

Espero que apreciem cada projeto com a mesma satisfação que tive ao organizar esse trabalho.

Falta pouco para 2030, mas estou certo de que até lá, ainda temos muito por fazer.

PROJETOS SELECIONADOS

01 ERRADICAÇÃO DA PROBREZA

P#24

Proposta Arquitetônica de um Abrigo para Crianças de rua no Município do Bailundo

P#26

Mãe Luiza Acessível

P#36

Habitação Social em Goiânia

02 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

P#39

Projeto Tim Ke Bum

P#51

Planta de processamento de piri-piri Maxamba Nando's

P#58

Casa das Baterias

03 SAÚDE E BEM-ESTAR

P#5

Bungalows Barbandero

P#44

Southern Inner Harbour: Study for the Public Domain Conceptual Master Plan

P#61

Ingá Coliving

04 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

P#6

Unidade de Internação Masculina de Santarém – Arquitetura Humanizada e Estratégias Passivas na

P#8

A importância da arquitetura humanitária e sustentável para a construção de uma escola na Guiné Bissau

P#66

Mirante da Memória

05 IGUALDADE DE GÊNERO

P#38

Para todas as Marias: Conjunto Habitacional no Cambuci

P#54

Cuidados Maternos Móveis

P#71

Casa Azul

06 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

P#27

Proposta de uma Urbanização Ecológica e Inclusiva para a Zona do Saber Andar no Município do Sumbe,

P#32

Arquitetura na Primeira Infância

P#52

Oscm Mindelo Centro Ocenaografico de Mindelo

07 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

P#1

Casa Kutala

P#50

Pósmodernismo na Amazônia: em busca da identidade

P#53

KAZA TMB

08 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

P#10

Gruta da Sassa

P#14

MMFM - Mercado Municipal do Frango e Magumba

P#65

Centro 450: requalificação urbana e desenvolvimento econômico em Niterói

09 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

P#7

Paragem de Autocarros Sustentável

P#18

Restauradrilhos

P#55

Onjango Park Villa

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

P#19

Matriz Catalisadora: Reestruturação Arquitetônica no Contexto de Inflexão de Copacabana

P#42

Pop Out Green Restroom (M3 Sanitário Público da Rua Marginal do Canal das Hortas)

P#57

Pavilhão Berimbau

11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

P#2

Plano Diretor São Sebastião do Cai

P#28

Kimbópolis

P#67

Revitalização da Orla do Centro de Niterói

12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

P#13

Casa Já

P#20

INOBOC - Blocos estabilizados

P#30

Escolas Olímpicas - Arena de Handebol e Golbol Jogos Olímpicos Rio 2016 (Arena do Futuro)

13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL

P#12

Goto Project - Reforço das Infraestruturas Sociais e Econômicas no Bairro de Goto, Beira

P#47

Casa da Levada

P#49

Desafiando a Complexidade das Metrôpoles Contemporâneas

14 VIDA NA ÁGUA

P#4

Campus Universitário da Universidade Técnica do Atlântico

P#15

Cruisse e Jamali

P#33

TETRIS - Território de Reintegração Social para comunidade de Roque Santeiro

15 VIDA TERRESTRE

P#25

Parque das Dunas

P#69

Regeneração Salinas de Sal-Rei Boa Vista Cabo Verde

P#72

Proposta Urbanística Viaduto

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

P#11

Edifício Sede do Conselho Constitucional de Moçambique

P#21

Mirante das 12 Portas

P#23

Igreja e Centro Paroquial do Faralhão

17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

P#3

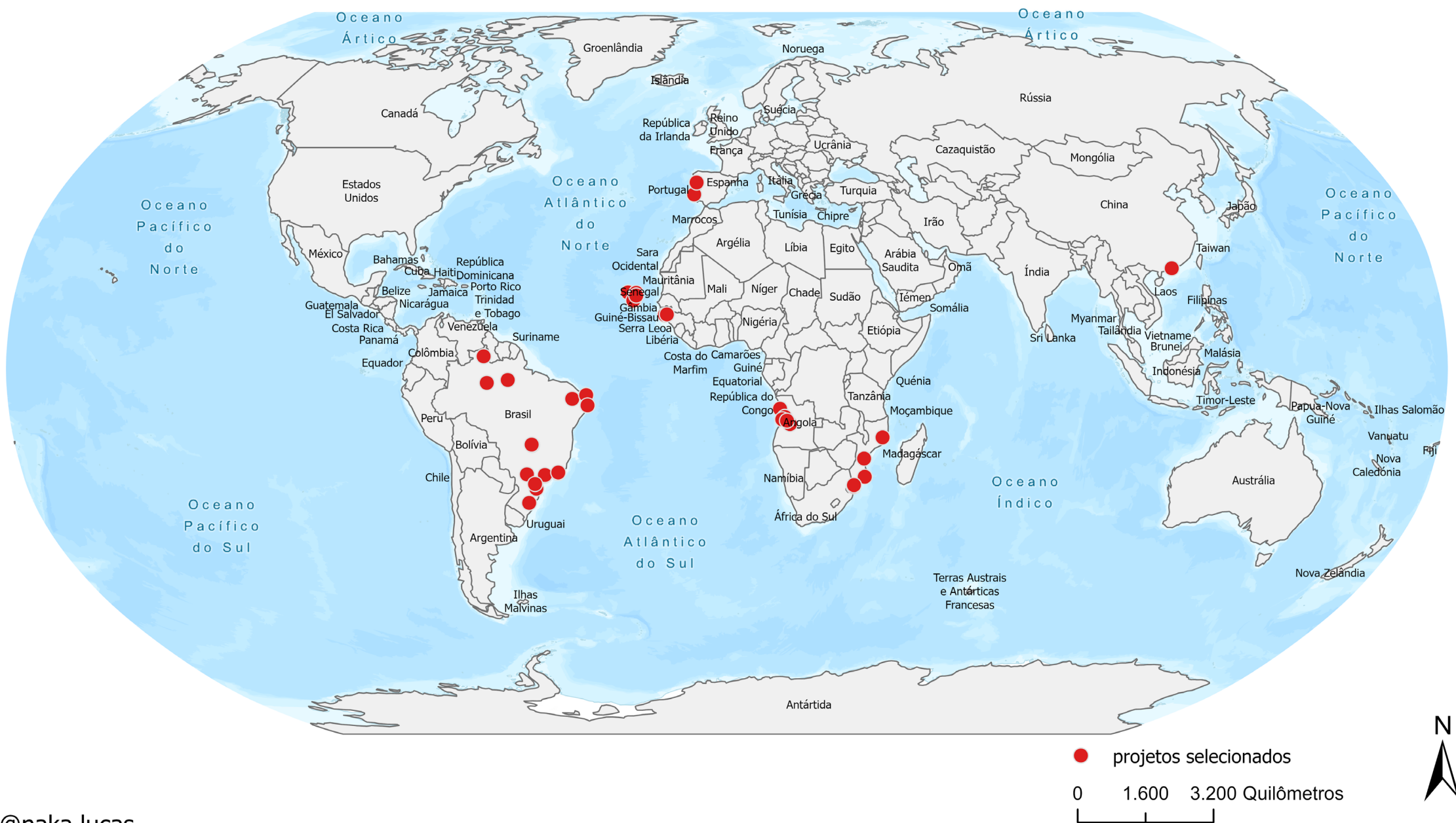
Parque Ecológico de São Jorge dos Orgãos

P#9

Escritório Sede da UNICEF Moçambique

P#35

LabIC Novale



@naka.lucas

01

ERRADICAÇÃO DA POBREZA



Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia.

1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.

1.3 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis.

1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças.

1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.

1.a Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em

particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões.

1.b Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza.

Para saber mais sobre o ODS 1, acesse: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals/goal-1-no-poverty.html>

PROJETOS SELECIONADOS

P#24

Projeto: Proposta Arquitetônica de um Abrigo para Crianças de rua no Município do Bailundo

Autor: Emídio Yona Alberto Paulino

Cliente(s): Instituto Politécnico do Huambo (UJES)

Localização: Bailundo, Huambo, Angola

P#26

Projeto: Mãe Luiza Acessível

Autor(es): Alessio Perticarati Dionisi e Nilberto Gomes de Sousa

Cliente(s): 21 famílias da comunidade de Mãe Luiza

Localização: Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

P#36

Projeto: Habitação Social em Goiânia

Autor(es): Aline Salignac e Paula Paz

Cliente(s): Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO)

Localização: Goiânia, Brasil



P#24

PROPOSTA
ARQUITECTÔNICA
DE UM ABRIGO PARA
CRIANÇAS DE RUA
NO MUNICÍPIO DO
BAILUNDO

Autor

Emídio Yona Alberto Paulino

Nome do(s) Cliente(s)

Instituto Politecnico do Huambo (UJES)

Imagens

Emídio Paulino

Localização

Bailundo, Huambo, Angola

Referência Geográfica

12°11'44.59"S 15°51'8.86"E

Área

6.650 m²

Status

projeto

Data de Elaboração

22/05/2025



Vista Frontal do Abrigo



Vista frontal, Vista superior e área de produção agrícola

O projecto de criação de um abrigo para crianças em situação de rua no município do Bailundo, província do Huambo, estabelece uma relação directa com a Agenda 2030 ao responder às fragilidades sociais que afectam a infância e a juventude local. A proposta integra acolhimento seguro, apoio psicossocial, acesso à saúde, educação e formação técnico-profissional, com especial enfoque na prática agrícola, promovendo inclusão social, autonomia económica e desenvolvimento comunitário sustentável.

No contexto do **ODS 1**, o projecto contribui para a redução da pobreza ao assegurar condições adequadas de habitação, alimentação, saúde e educação para crianças em situação de vulnerabilidade,

além de criar oportunidades para uma futura autonomia e independência económica. No que respeita ao **ODS 3**, o abrigo promove a saúde e o bem-estar através de espaços acolhedores destinados ao acompanhamento físico e psicológico, contribuindo para a recuperação emocional, a prevenção de doenças e o desenvolvimento saudável das crianças e jovens acolhidos.

O **ODS 4** assume igualmente um papel central, uma vez que o projecto assegura acesso à educação formal e complementar, aliado à formação prática e ao desenvolvimento de competências sociais e profissionais. Em simultâneo, a capacitação técnico-profissional orientada para actividades agrícolas reforça o

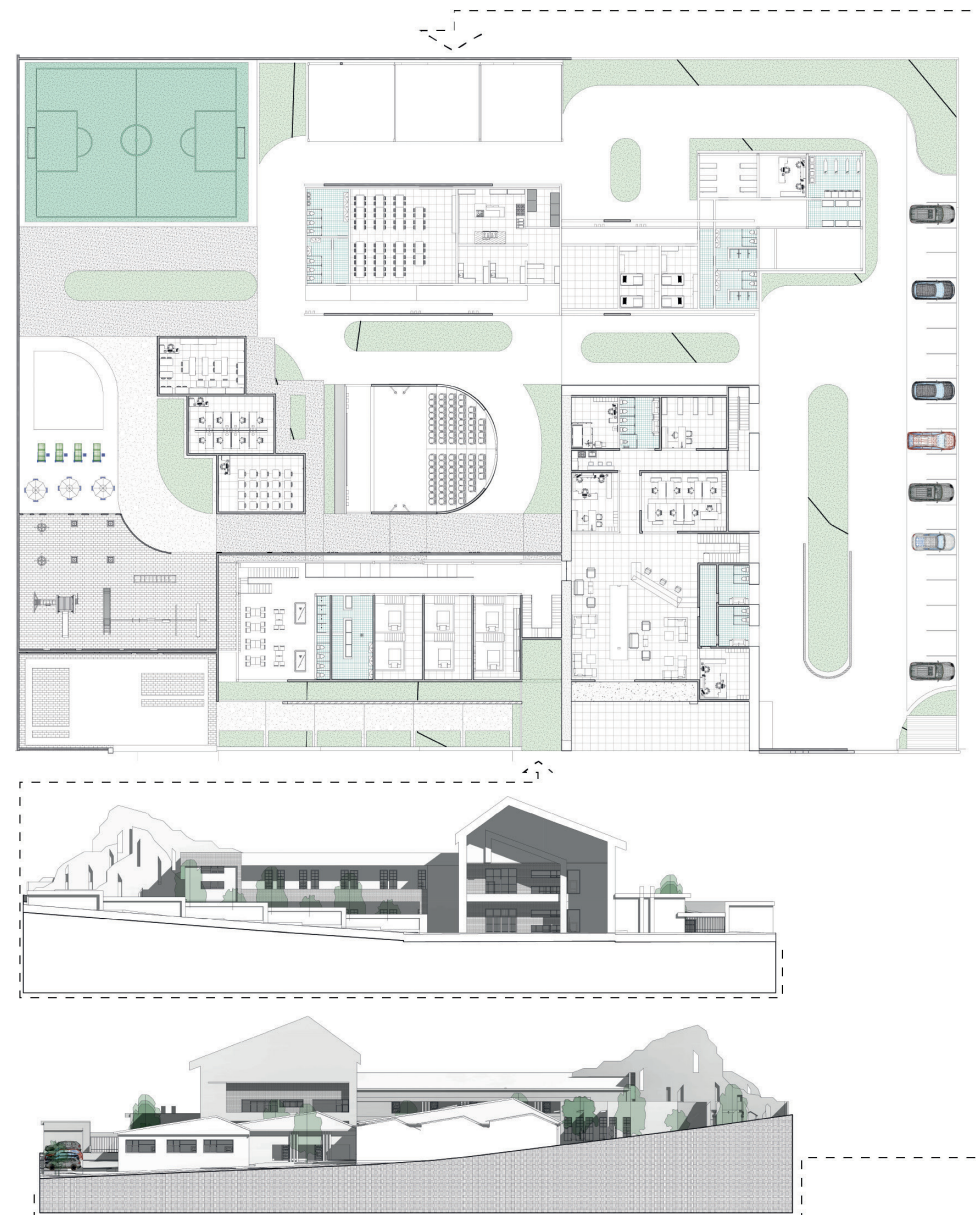
ODS 8, contribuindo para a qualificação dos jovens, a redução do desemprego e o fortalecimento da economia local.

O projecto relaciona-se ainda com o **ODS 10** ao promover inclusão social e igualdade de oportunidades para um grupo historicamente marginalizado, reduzindo desigualdades sociais e territoriais.

Por fim, o **ODS 11** expressa-se através da criação de um equipamento comunitário essencial numa região carente de infra-estruturas sociais, reforçando a formação de comunidades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis. Assim, o abrigo destaca-se como um exemplo de arquitectura socialmente responsável, capaz de promover direitos, dignidade e transformação social.



Área de recreação, área de estudo e circulação interna do abrigo



Peças Desenhadas- Plano Geral e Alçados



P#26

MÃE LUIZA
ACESSÍVEL

Autor(es)

Alessio Perticarati Dionisi e Nilberto Gomes de Sousa

Nome do(s) Cliente(s)

21 famílias da comunidade de Mãe Luiza

Imagens

Alessio Dionisi, Nilberto Sousa e Jayne Pereira

Localização

Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

Referência Geográfica

5°47'35,11"S, 35°11'245,91"O.

Área

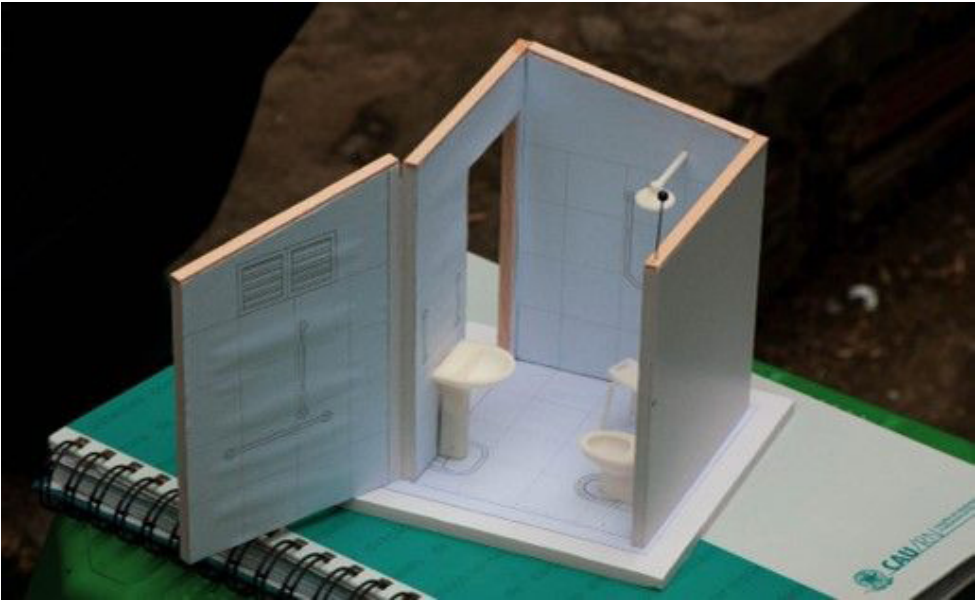
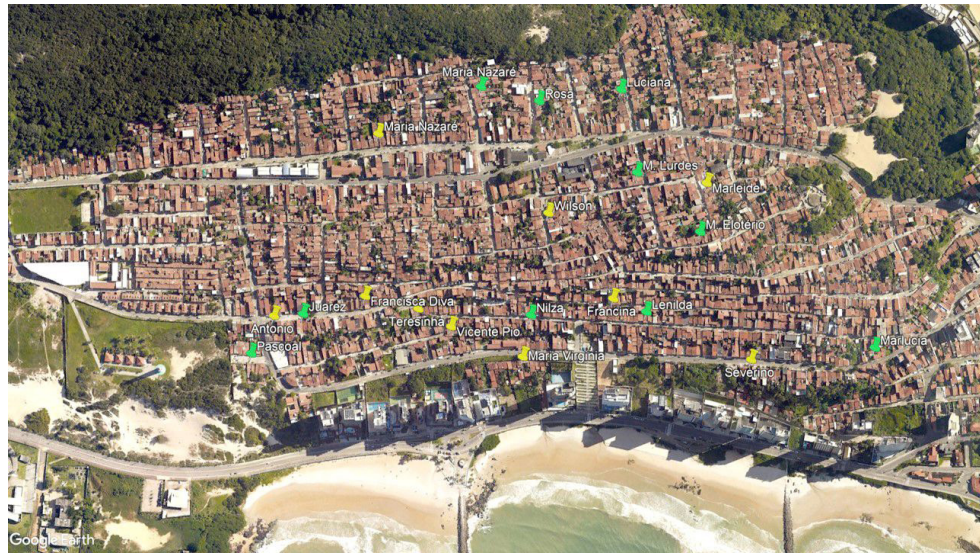
100 m²

Status

concluído

Data de Elaboração

01/08/2021



O Natal Inclusiva, assessoria técnica iniciada em 2021 e pioneira na melhoria da acessibilidade arquitetônica para famílias de baixa renda com pessoas com deficiência em Natal/RN, estabelece uma relação direta e estruturante com a Agenda 2030, especialmente com os ODS 1 e ODS 11. Com mais de 40 projetos e 30 obras realizadas nas comunidades de Mãe Luiza e Vila de Ponta Negra, desenvolvidos por equipes multidisciplinares com práticas participativas e fortalecimento da economia local, a iniciativa demonstra como a arquitetura pode ser um instrumento de justiça social e transformação territorial na ponta, onde os recursos são escassos e as necessidades são urgentes.

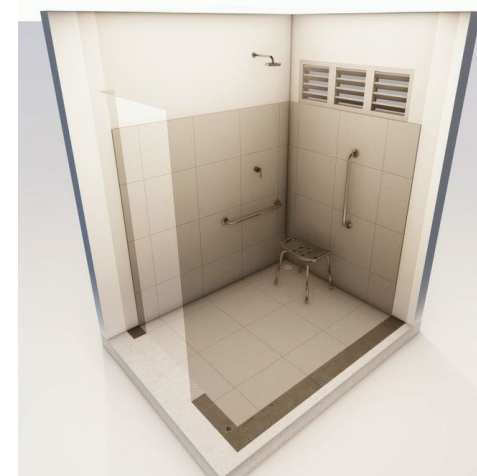
Em relação ao **ODS 1**, o projeto contribui diretamente para a erradicação da pobreza ao atender famílias de baixa renda que, historicamente, são excluídas do mercado formal de serviços de arquitetura e acessibilidade. Ao viabilizar obras e intervenções que eliminam barreiras arquitetônicas nas residências, o Natal Inclusiva reduz a vulnerabilidade socioeconômica de pessoas com deficiência e os familiares frequentemente enfrentam o agravamento da pobreza, pois precisam dedicar parte significativa do seu tempo aos cuidados da pessoa com deficiência, o que pode limitar ou até impedir sua inserção no mercado de trabalho. Além disso, a falta de condições adequadas de mobilidade pode intensificar esse quadro, uma vez que as barreiras de deslocamento podem restringir o acesso ao trabalho, à educação e a outros serviços

essenciais. Ao melhorar a habitabilidade e a funcionalidade das habitações, a assessoria técnica permite que estas famílias deixem de depender de soluções improvisadas e ineficazes, muitas vezes onerosas a longo prazo, contribuindo assim para a quebra de ciclos de exclusão e precariedade.

No que diz respeito ao **ODS 11**, o projeto contribui de forma significativa para tornar as cidades e os assentamentos humanos mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Ao promover a acessibilidade arquitetônica em habitações de interesse social, o Natal Inclusiva enfrenta uma das formas mais negligenciadas de desigualdade urbana: a exclusão no espaço doméstico de pessoas com deficiência.

Em muitos casos, estas pessoas não conseguem circular livremente nas próprias casas, realizar tarefas básicas com autonomia ou aceder a espaços essenciais como a casa de banho ou o quintal.

Ao adoptar práticas participativas que envolvem moradores, vizinhos e lideranças locais, o projeto não só qualifica o espaço habitacional, como também reforça o tecido comunitário, promovendo um sentido de pertença e disseminando conhecimento sobre acessibilidade e inclusão. O reconhecimento por meio de editais de fomento do Conselho de Arquitetos e Urbanistas (CAU/BR e CAU/RN) e os prêmios recebidos do IAB, FNA e Ministério das Cidades atestam a relevância e a replicabilidade dessa experiência pioneira, que transforma o direito à cidade em direito à casa acessível.





P#36

HABITAÇÃO SOCIAL
EM GOIÂNIA

Autor(es)

Aline Salignac e Paula Paz

Nome do(s) Cliente(s)

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO)

Imagens

Paula Paz

Localização

Goiânia, Brasil

Referência Geográfica

-16.727810, -49.353801

Área

Unidade habitacional: 57,53 m²Loteamento: cerca de 5.000 m²

Status

projeto

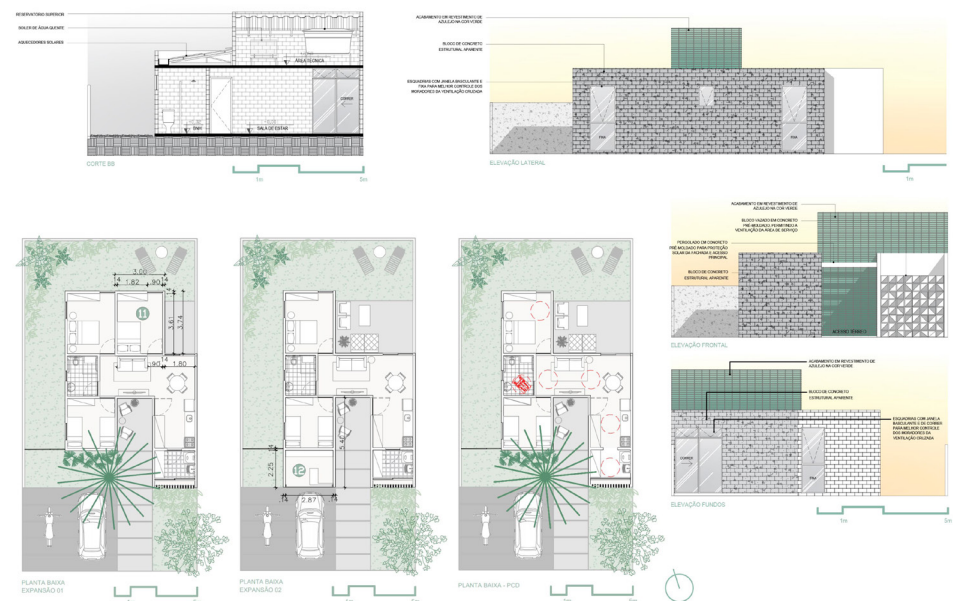
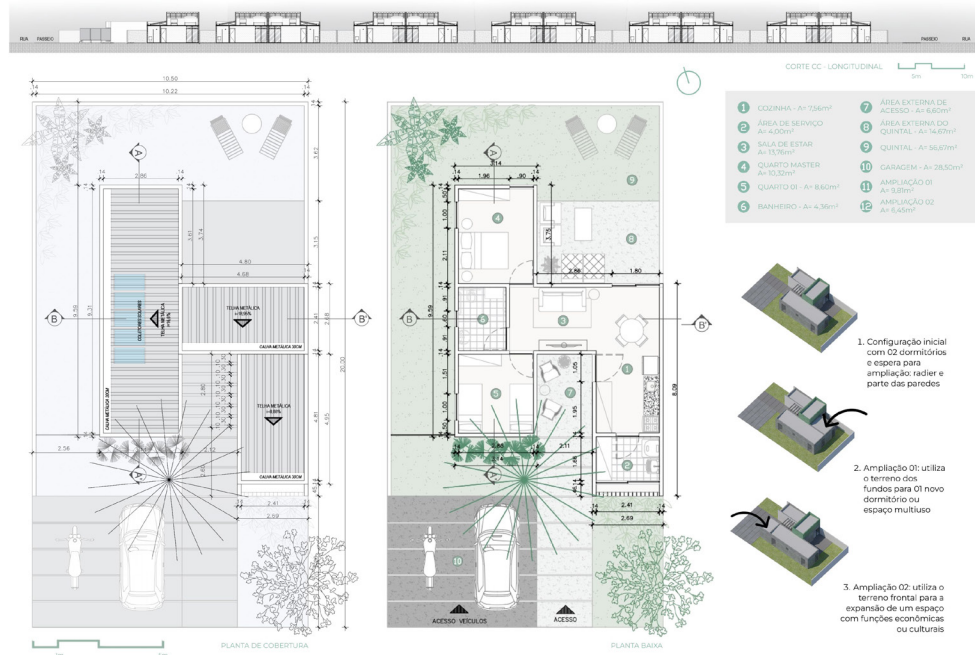
Data de Elaboração

27/11/2023



O projecto parte do reconhecimento da habitação condigna como um direito humano, integrando princípios de economicidade, habitabilidade, acessibilidade e adequação cultural. Desenvolvido num loteamento com 22 unidades habitacionais, propõe tipologias flexíveis com uma planta-base de 57,53 m² e possibilidades de ampliação, permitindo adaptações às dinâmicas económicas e culturais das famílias. As soluções construtivas privilegiam a eficiência, o conforto ambiental passivo e a sustentabilidade, através da utilização de alvenaria estrutural, aquecimento solar e dispositivos de poupança de água. A implantação valoriza áreas verdes e espaços de convivência, promovendo vitalidade urbana e reforçando a vida comunitária, compreendendo a ATHIS como instrumento de transformação social capaz de garantir o direito à habitação e ampliar a qualidade do ambiente construído.

Ele contribui para o **ODS 1** ao ampliar o acesso à habitação condigna através de soluções económicas e adaptáveis, reduzindo o peso da habitação no rendimento familiar e fortalecendo a autonomia das famílias. Relativamente ao **ODS 3**, promove condições adequadas de salubridade, ventilação natural e conforto térmico, reduzindo riscos para a saúde e favorecendo o bem-estar físico e mental, além de estimular a convivência comunitária como factor de saúde colectiva. No âmbito do **ODS 10**, garante o acesso à habitação condigna para famílias em situação de vulnerabilidade através da ATHIS enquanto instrumento de justiça social, com tipologias flexíveis e culturalmente adaptáveis que reduzem desigualdades territoriais, sociais e económicas. Por fim, no que respeita ao **ODS 11**, o projecto promove assentamentos mais inclusivos e habitáveis ao integrar habitação condigna, espaços verdes, áreas de convivência e gentilezas urbanas, reforçando a vida comunitária e contribuindo para cidades mais justas, humanas e resilientes.





Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.

2.2 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.

2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.

2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.

2.5 Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente.

2.a Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos.

2.b Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha.

2.c Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.

Para saber mais sobre o ODS 2, acesse: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals/goal-2-zero-hunger.html>

PROJETOS SELECIONADOS

P#39

Projeto: Projeto Tim Ke Bum

Autor(es): Marjorie Brilhante e Roneyce Paiva

Cliente(s): Instituto Tim Ke Bum

Localização: Boa Vista, Brasil

P#51

Projeto: Planta de processamento de piri-piri Maxamba Nando's

Autor(es): Ernesto Alcibiades González Nagel

Cliente(s): Nando's

Localização: Marracuene, Moçambique

P#58

Projeto: Casa das Baterias

Autor(es): Pedro Novo Arquitectos; AP.ART

Cliente(s): Tese - Associação Para O Desenvolvimento Pela Tecnologia, Engenharia, Saúde e Educação

Localização: Bambadinca, Bafatá, Guiné Bissau



P#39 PROJETO TIM KE BUM

Autor(es)
Marjorie Brilhante e Roneyce Paiva
Nome do(s) Cliente(s)
Instituto Tim Ke Bum
Imagens
Marjorie Brilhante e Roneyce Paiva
Localização
Boa Vista, Brasil
Referência Geográfica
2°45'46.21"N 60°44'56.64"O
Área
1.615,95 m²
Status
Projeto
Data de Elaboração
20/11/2025



O Instituto foi concebido para acolher crianças em situação de vulnerabilidade social, proporcionando um ambiente seguro, educativo e de convivência. O programa funcional inclui coordenação, serviços, alimentação, pátio coberto, sala de atividades, espaço de saúde, banheiros e campo de jogos, organizados em blocos interligados que facilitam a circulação e promovem a integração. O projeto adota soluções sustentáveis, como o tijolo ecológico, painéis solares e estratégias adequadas de ventilação e orientação solar, garantindo conforto térmico e eficiência ambiental. O projeto contribui para o **ODS 1** ao assegurar apoio integral a crianças e famílias, reduzindo situações de vulnerabilidade. No **ODS 2**, garante refeições adequadas, promovendo a segurança alimentar e uma melhor nutrição.

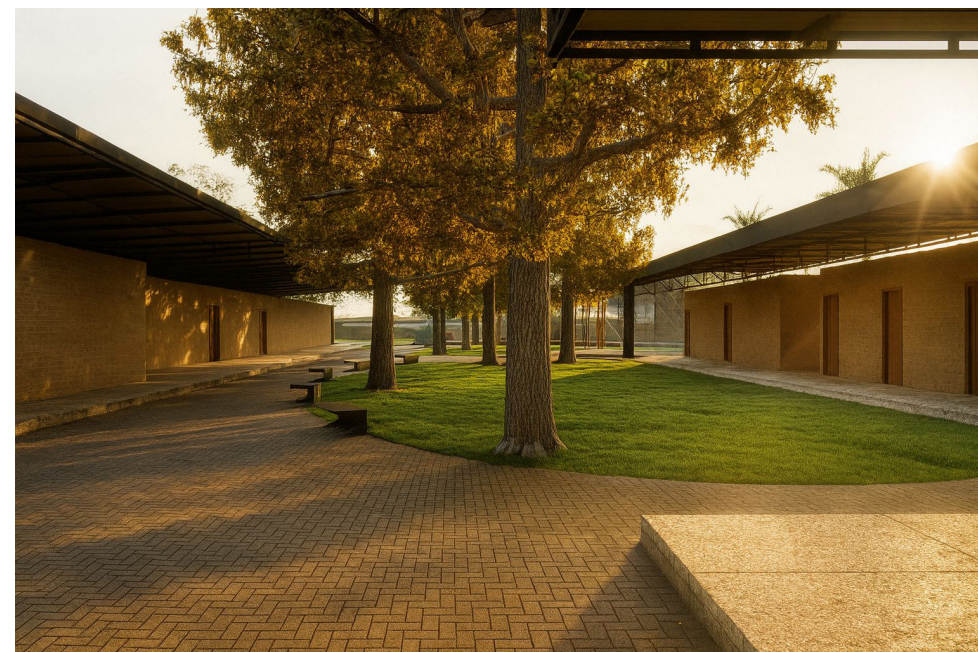
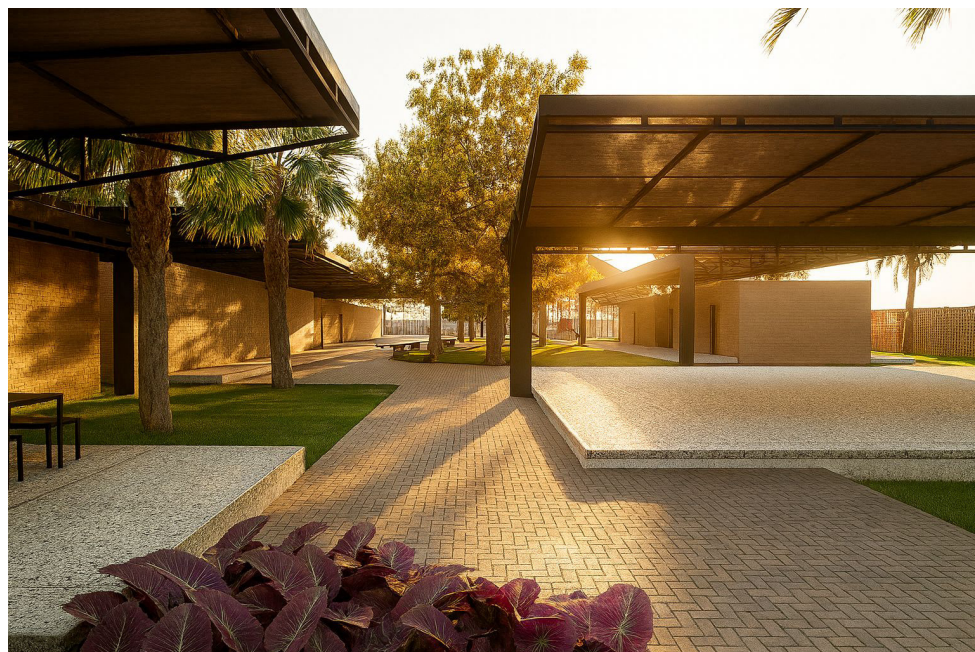
A respeito do **ODS 3**, integra espaços de saúde, lazer, campo de jogos e parque infantil, incentivando a atividade física e o bem-estar, com conforto ambiental e presença de áreas verdes.

No **ODS 4**, oferece salas de atividades e áreas de convívio bem iluminadas e ventiladas, expandindo as possibilidades de aprendizado. No **ODS 5**, garante um ambiente seguro e inclusivo, com igualdade de acesso para meninas à educação, saúde, esporte e lazer, assegurando condições de dignidade nos banheiros. O **ODS 6** estabelece a necessidade de instalações sanitárias adequadas e áreas verdes que promovam a permeabilidade do solo. No âmbito do **ODS 7**, investe na energia solar e na valorização da ventilação e iluminação naturais para diminuir o uso de energia elétrica. No **ODS 8**, colabora para a geração

de empregos locais e dignos nos setores de gestão, serviços e manutenção, além de fomentar o desenvolvimento de habilidades para as crianças. No **ODS 9**, estrutura o programa em blocos interconectados e utiliza tijolos ecológicos e painéis solares como alternativas sustentáveis e inovadoras. Para o **ODS 10** assegura que crianças em situação de vulnerabilidade tenham acesso à educação, saúde, alimentação e lazer, fomentando a inclusão e a equidade social.

Em relação ao **ODS 11**, considera-se um equipamento comunitário que é seguro, acessível e integrado ao seu entorno. No **ODS 12**, emprega materiais sustentáveis e técnicas passivas para minimizar os custos de exploração e o impacto ambiental. No **ODS 13**, são integrados

recursos como energia solar, ventilação natural, sombreamento e áreas verdes, reduzindo a demanda por climatização artificial. No **ODS 14**, contribui de forma indireta ao diminuir o escoamento superficial e a contaminação, favorecendo a permeabilidade dos solos. Relativo ao **ODS 15**, são valorizados os espaços verdes e a arborização, promovendo a melhoria do microclima e o respeito à biodiversidade. No **ODS 16**, proporciona um ambiente seguro para acolhimento e crescimento, assegurando o acesso a direitos essenciais. Por último, o **ODS 17** incorpora soluções sustentáveis que diminuem custos e requer a colaboração entre governo, setor privado e organizações sociais para sua continuidade, fomentando alianças para um desenvolvimento sustentável e inclusivo.





P#51

PLANTA DE PROCESSAMENTO DE PIRI-PIRI MAXAMBA NANDO’S

Autor(es)

Arq. Ernesto Gonzalez Nagel

Engenharia

Eng. Jorge Silva

Colaboradores

M. Ibraimo, F. Murripa, A. Julião, S. Cassamo

Nome do(s) Cliente(s)

Projecto Maxamba Nando’s

Imagens

Ernesto Alcibiades González Nagel

Localização

Marracuene, Moçambique

Referência Geográfica

25º 41’55” S, 32º 39’50” E

Área

2.500 m²

Status

em execução

Data de Elaboração

01/09/2023



O projecto MaXamba Nando’s, em Moçambique, tem como objectivo afirmar a presença da marca através da construção das suas próprias instalações de processamento de piri-piri, orientado por uma filosofia de respeito pela população local, apoio às mulheres e valorização do ambiente. A intervenção procura constituir-se como uma machamba sustentável em todas as dimensões, destacando-se o cuidado com a implantação, a orientação solar e os ventos dominantes, a iluminação natural, a escolha de materiais locais ou regionais, a captação de águas pluviais, o controlo da erosão e a criação de espaços de trabalho agradáveis. O projecto compacta a intervenção, cria pátios sombreados, garante acessibilidade universal, incorpora energias renováveis e valoriza as vistas envolventes.

O projecto contribui para o **ODS 1** ao privilegiar tecnologia local como forma de gerar emprego para a população da região. Relativamente ao **ODS 2**, ao garantir rendimentos estáveis a agricultores, o projeto permite-lhes dividir as suas terras entre culturas destinadas ao autoconsumo e culturas destinadas à geração de rendimento. Isto melhora a segurança alimentar e facilita o acesso a uma alimentação mais equilibrada e nutritiva. Adicionalmente, o projeto desenvolve atividades de investigação sobre produção orgânica.

Para o **ODS 4**, o projeto prevê visitas regulares de escolas, parceiros e do público em geral, incluindo pontos de observação das atividades e uma área de refeições partilhada concebida para promover a troca de experiências de forma não hierárquica.

Embora não seja uma instituição formal de ensino, o projeto promove o desenvolvimento pessoal dos agricultores através de aulas de segunda língua ministradas por professores qualificados, apoio financeiro para estudos superiores e acesso a médicos que visitam a exploração para realizar palestras sobre saúde da mulher, cuidados infantis, violência doméstica e literacia financeira básica.

No âmbito do **ODS 5**, cerca de 75% dos trabalhadores são mulheres e aproximadamente 90% pertencem à aldeia vizinha.

No **ODS 7** (Energia Acessível e Limpa), foi prevista uma central solar capaz de fornecer até 80% das necessidades energéticas do projeto de forma autónoma. Além disso, o calor residual gerado durante a secagem das culturas é recuperado e reutilizado na pré-secagem do produto, reduzindo o consumo energético em cerca de 25%.



Relativamente ao **ODS 10**, 100% do malagueta cultivado em Moçambique provém de pequenos agricultores locais em situação de vulnerabilidade económica. Em conjunto com projetos semelhantes no Zimbabwe e no Malawi, esta produção assegura a totalidade do volume desta variedade específica de malagueta necessária à marca global Nando's para a produção dos seus molhos em todo o mundo.

E no âmbito do **ODS 15** (Proteger a Vida Terrestre), o projeto inclui a plantação de floresta autóctone em redor dos edifícios, com o objetivo de melhorar o microclima e promover a biodiversidade. O impacto da construção é compensado pelo compromisso de plantar dez vezes mais árvores do que aquelas que foram removidas durante as obras.





P#58

CASA DAS BATERIAS

Autor(es)

Pedro Novo Architectos; AP.ART

Nome do(s) Cliente(s)

Tese - Associação Para O Desenvolvimento Pela Tecnologia, Engenharia, Saúde e Educação

Imagens

Arquivo Pedro Novo Architectos

Localização

Bambadinca, Bafatá, Guiné Bissau

Referência Geográfica

12°00'N, 15°05'W

Área

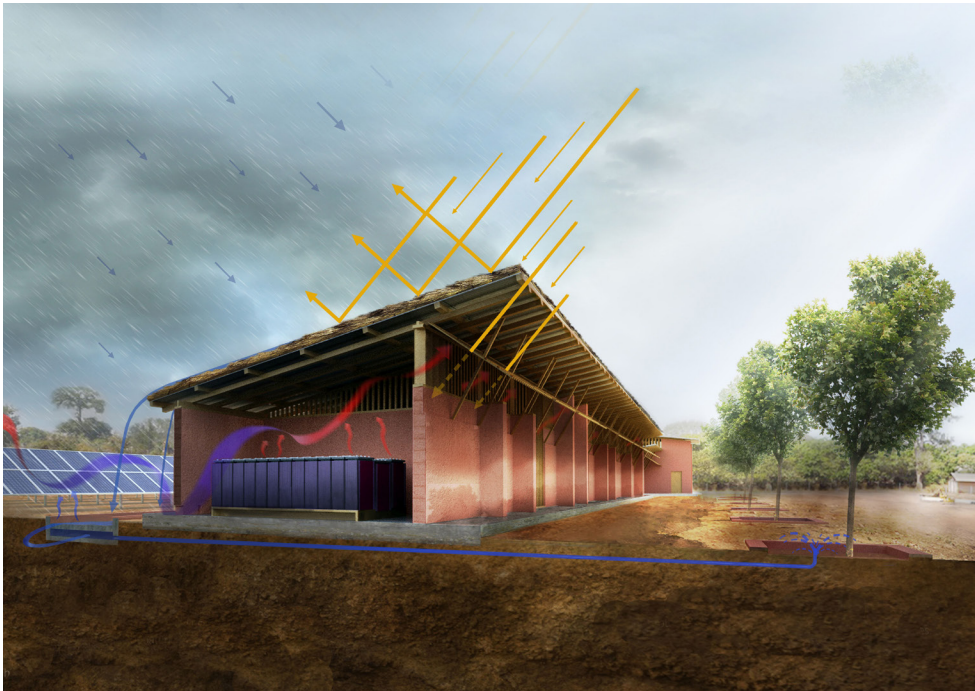
374,69 m²

Status

concluído

Data de Elaboração

04/03/2015



Na aldeia de Bambadinca, na Guiné-Bissau, foi implementado um programa comunitário de acesso a energias renováveis através da construção de uma Central Solar Fotovoltaica Híbrida de 312 kWp, equipada com painéis solares, banco de baterias e geradores de segurança. O projecto incluiu igualmente uma micro-rede de baixa tensão para ligar habitações e serviços públicos, recorrendo a materiais e mão-de-obra locais com o objectivo de reduzir custos e impacto ambiental, além de promover a formação de técnicos locais, reforçando a sustentabilidade da iniciativa. No total, 630 famílias, 84 comerciantes e 16 instituições passaram a ter acesso a energia segura, acessível e sustentável.

O projecto contribui para o **ODS 2** ao reforçar a segurança alimentar e a economia local, uma vez que o acesso a electricidade fiável permitiu a cerca de 85 comerciantes e mais de 630 famílias utilizar frigoríficos para conservação de alimentos e venda de produtos frescos, reduzindo a dependência de combustíveis dispendiosos como o gasóleo e libertando recursos para a agricultura. Relativamente ao **ODS 3**, o projecto garante energia segura e fiável, fundamental para o bem-estar da comunidade. A electrificação de cerca de 16 instituições, incluindo centros de saúde, permite a conservação de vacinas e medicamentos e possibilita iluminação para cuidados médicos nocturnos, além de substituir fontes poluentes como carvão e gasóleo, melhorando a qualidade do ar e reduzindo riscos respiratórios.

No âmbito do **ODS 7**, o projecto assegura electricidade fiável através da central fotovoltaica e da micro-rede local, incluindo formação de técnicos e gestão comunitária, promovendo energia limpa e combatendo a pobreza energética. Para o **ODS 8**, o projecto impulsiona a economia local e o empreendedorismo: com energia fiável, mais de 80 comerciantes expandiram os seus negócios, gerando rendimento e emprego, enquanto a formação técnica e a capacitação da Direcção-Geral de Energia e da associação comunitária ACDB para a gestão da rede promovem um crescimento económico sustentável e autónomo.

Relativamente ao **ODS 11**, o projecto transforma a aldeia num assentamento mais seguro e resiliente. A instalação da micro-rede permitiu a introdução de iluminação pública nas zonas centrais, aumentando a segurança nocturna, enquanto o modelo de gestão comunitária garante que a infraestrutura seja sustentável a longo prazo, reforçando a autonomia da comunidade face a crises energéticas externas.





Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades

3.1 Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos.

3.2 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos.

3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis.

3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.

3.5 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.

3.6 Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas.

3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.

3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de

qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.

3.9 Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo.

3.a Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado.

3.b Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos.

3.c Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

3.d Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde.

Para saber mais sobre o ODS 3, acesse: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals/goal-3-good-health-and-well-being.html>

PROJETOS SELECIONADOS

P#5

Projeto: Bungalows Barbandero

Autor(es): Wilson de Sousa Monteiro

Cliente(s): Terra Terra Resort, Sociedade Unipessoal

Localização: Ilha do Sal, Cabo Verde

P#61

Projeto: Ingá Coliving

Autor(es): Projeto Paisagístico: Hana Eto Gall - Projeto de Arquitetura: Laurent Troost e Gabriela Belfort

Localização: Manaus, Brasil

P#44

Projeto: Southern Inner Harbour: Study for the Public Domain Conceptual Master Plan

Autor(es): Arq. Nuno Soares | Universidade de São José, Macau

Cliente(s): Instituto para os Assuntos Municipais, Governo da Região Administrativa Especial de Macau

Localização: Macau, China



P#5

BUNGALOWS BARBANDERO

Autor:

Kema Studio - Wilson de Sousa Monteiro

Nome do(s) Cliente(s)

Terra Terra Resort, Sociedade Unipessoal

Imagens

Studio Kema-Arquitetura Ancestral

Localização

Ilha do Sal, Cabo Verde

Referência Geográfica

714499.88 m E, 1865731.73 m N

Área

58 m²

Status

projeto

Data de Elaboração

19/11/2024



O Bungalow Barbadero, integrado no ecoresort Terra Terra, estabelece uma forte ligação com a Agenda 2030 ao combinar ancestralidade, sustentabilidade e inovação num modelo arquitectónico adaptado ao contexto climático e cultural de Cabo Verde. A utilização de pedra local, cúpulas de adobe e estratégias bioclimáticas, como ventilação cruzada, massa térmica e orientação solar adequada, reduz o impacto ambiental e o consumo energético, promovendo soluções regenerativas e resilientes.

No âmbito do **ODS 3**, o projecto promove saúde e bem-estar através do conforto térmico natural, da qualidade do ar interior e da integração com agroflorestas e pomares. O **ODS 6** é reforçado por sistemas de captação de águas pluviais, reutilização de águas cinzentas e saneamento ecológico, criando ciclos sustentáveis de gestão da água particularmente relevantes em contexto desértico.

O Barbadero contribui igualmente para os **ODS 8 e 9** ao valorizar materiais locais, técnicas artesanais e mão-de-obra regional, gerando emprego, formação e oportunidades ligadas ao turismo sustentável. As soluções construtivas de baixo carbono e os sistemas autónomos de água e saneamento reforçam a inovação e a resiliência das infra-estruturas.

Relativamente aos **ODS 11, 12 e 13**, o projecto promove habitação sustentável, consumo responsável e adaptação às alterações climáticas através da redução de resíduos, utilização de materiais de baixa energia incorporada e regeneração do ecossistema local por meio de agroflorestas e paisagismo produtivo. Desta forma, o Barbadero afirma-se como um modelo exemplar de arquitectura sustentável e ética.





P#44

SOUTHERN INNER
HARBOUR: STUDY FOR
THE PUBLIC DOMAIN
CONCEPTUAL
MASTER PLAN

Autor(es)
Arq. Nuno Soares | Universidade de São José, Macau

Nome do(s) Cliente(s)
Instituto para os Assuntos Municipais, Governo da Região Administrativa Especial de Macau

Imagens
Universidade de São José

Localização
Macau, China

Referência Geográfica
22.193845, 113.535394

Área
432.300 m²

Status
projeto

Data de Elaboração
31/12/2022



O Master Plan nasce de uma reflexão sobre o futuro do espaço público no Porto Interior Sul, entendendo-o como motor de regeneração urbana e social. Através de uma leitura sensível do território, da sua história e das dinâmicas quotidianas, o projecto define princípios claros para orientar a transformação do domínio público num contexto urbano marcado pela herança histórica de Macau e por sinais de degradação. A proposta procura qualificar o espaço público, reforçar a identidade local e criar condições para uma maior vitalidade urbana, bem-estar social e melhoria da qualidade de vida, assumindo o espaço público como estrutura essencial para o futuro desenvolvimento sustentável da área. O Master Plan foi desenvolvido no Departamento de Arquitectura e Design da Universidade de São José, em Macau,

em colaboração com o CURB – Centro de Arquitectura e Urbanismo na investigação e com a UP – Urban Practice enquanto consultor profissional.

Em consonância com a Agenda 2030, o projecto contribui para o **ODS 3** ao promover a melhoria das condições ambientais, da acessibilidade e do conforto urbano, incentivando estilos de vida mais activos e seguros. Num território com forte presença quotidiana no espaço exterior, o desenho do espaço público reforça a autonomia, a convivência social e a saúde física e mental, contribuindo para uma melhor qualidade de vida urbana activa.

Relativamente ao **ODS 9**, o Master Plan introduz soluções integradas, adaptáveis e inovadoras, capazes de responder aos

desafios ambientais, sociais e funcionais do território, articulando planeamento, desenho urbano e inovação para promover um desenvolvimento mais sustentável, inclusivo e preparado para a evolução futura da cidade.

No âmbito do **ODS 11**, o projecto valoriza a identidade urbana do Porto Interior Sul, promove a convivência social e melhora a acessibilidade e a qualidade ambiental, regenerando um território histórico em declínio e contribuindo para uma cidade

mais resiliente, equilibrada e orientada para as necessidades reais da comunidade local a longo prazo, socialmente activa e inclusiva. Por fim, relativamente ao **ODS 16**, o projecto clarifica as estruturas urbanas, melhora a legibilidade do território e promove espaços acessíveis e seguros, fomentando relações sociais mais equilibradas e inclusivas. A estratégia proposta apoia uma governação urbana mais transparente e responsável, reforçando continuamente a confiança da comunidade nas instituições e no espaço colectivo urbano.





P#61 INGÁ COLIVING

Autor(es)
Projeto Paisagístico: Hana Eto Gall
Projeto de Arquitetura: Laurent Troost e Gabriela Belfort
Fotografia
Susan Valentim
Localização
Manaus, Brasil
Referência Geográfica
12°00'N, 15°05'W
Área
Terreno: 272,80 m² | Construída: 359 m² |
Paisagismo: 76,30 m²
Status
concluído
Data de Elaboração
01/12/2022



No centro histórico de Manaus, a um quarteirão do Teatro Amazonas, o paisagismo do CoLiving INGÁ transforma um lote de 359 m² num fragmento de floresta urbana. Com espécies nativas, frutíferas e PANCs (Plantas Alimentares Não Convencionais), o projecto envolve a arquitectura com trepadeiras comestíveis e estratos tropicais, criando sombra, ventilação cruzada, protecção visual e conforto térmico. A horta e as áreas verdes partilhadas reforçam a convivência entre os moradores, enquanto a fachada viva qualifica a paisagem da rua e reafirma a presença do verde nos centros históricos.

O projecto contribui para o **ODS 3** ao estruturar a experiência quotidiana dos moradores através de ambientes sombreados, ventilados e termicamente confortáveis, adequados ao clima

equatorial de Manaus. A presença de vegetação densa, espécies comestíveis e áreas partilhadas favorece a convivência, o contacto sensorial com a natureza e a qualidade de vida em habitação colectiva, contribuindo directamente para o bem-estar físico e mental dos utilizadores.

Relativamente ao **ODS 11**, implantado num lote compacto no centro histórico, numa rua com reduzida arborização, o projecto incorpora infra-estrutura verde na cidade consolidada através de espécies nativas e de uma fachada vegetal contínua. Mesmo em pequena escala, qualifica a paisagem urbana, contribui para a melhoria do microclima local e demonstra como o adensamento urbano pode integrar natureza e desempenho ambiental, promovendo cidades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis.



04

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.

4.2 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.

4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.

4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.

4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

4.b Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.

4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

Para saber mais sobre o ODS 4, acesse: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals/goal-4-quality-education.html>

PROJETOS SELECIONADOS

P#6

Projeto: Unidade de Internação Masculina de Santarém – Arquitetura Humanizada e Estratégias Passivas na Amazônia

Autor(es): Arq. João Paulo Guimarães Rosa e Arq. Suzana Monteiro Santana

Cliente(s): CEAPA — Central de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei / Central de Atendimento ao Adolescente (Medidas Socioeducativas)

Localização: Santarém, Pará, Brasil

P#66

Projeto: Mirante da Memória

Autor(es): Lucas Raffo Souza, Gabriel Eduardo Dolibaina Cordioli, João Luiz Pedro Junior e Bruna Caroline dos Santos

Cliente(s): ABRATIC, ACIL, ANPEA, CEAL, Estação 43, SINCOVAL, SINDUSCON, SINDIMETAL Sociedade Rural do Paraná e TI Paraná

Localização: Londrina, Paraná, Brasil

P#8

Projeto: A importância da arquitetura humanitária e sustentável para a construção de uma escola na Guiné Bissau

Autor(es): Arqt.ª Maria Alexandra Martins

Cliente(s): Cooperativa Escolar Pedro Frias

Localização: Bissau, Guiné-Bissau



P#6

UNIDADE DE INTERNAÇÃO
MASCULINA DE SANTARÉM
– ARQUITETURA
HUMANIZADA E
ESTRATÉGIAS PASSIVAS
NA AMAZÔNIA

Autor(es)

Arq. João Paulo Guimarães Rosa e Arq. Suzana Monteiro Santana

Nome do(s) Cliente(s)

CEAPA — Central de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei / Central de Atendimento ao Adolescente (Medidas Socioeducativas)

Imagens

Rafael Belfort – Renderização e Visualização Arquitetônica

Localização

Santarém, Pará, Brasil

Referência Geográfica

- 2° 26' 35" S, 54° 42' 30" W

Área

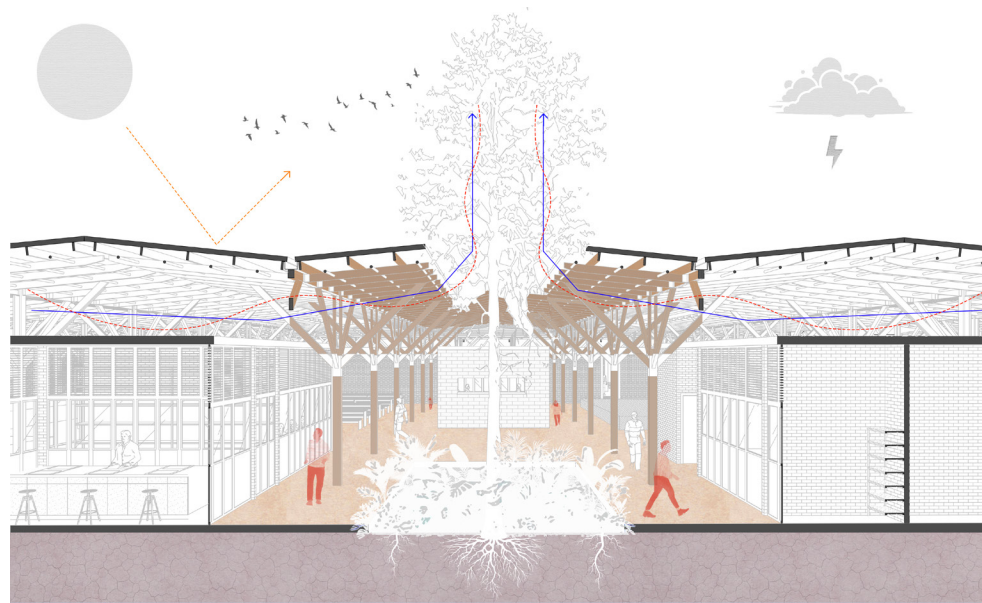
60.975,49 m²

Status

projeto

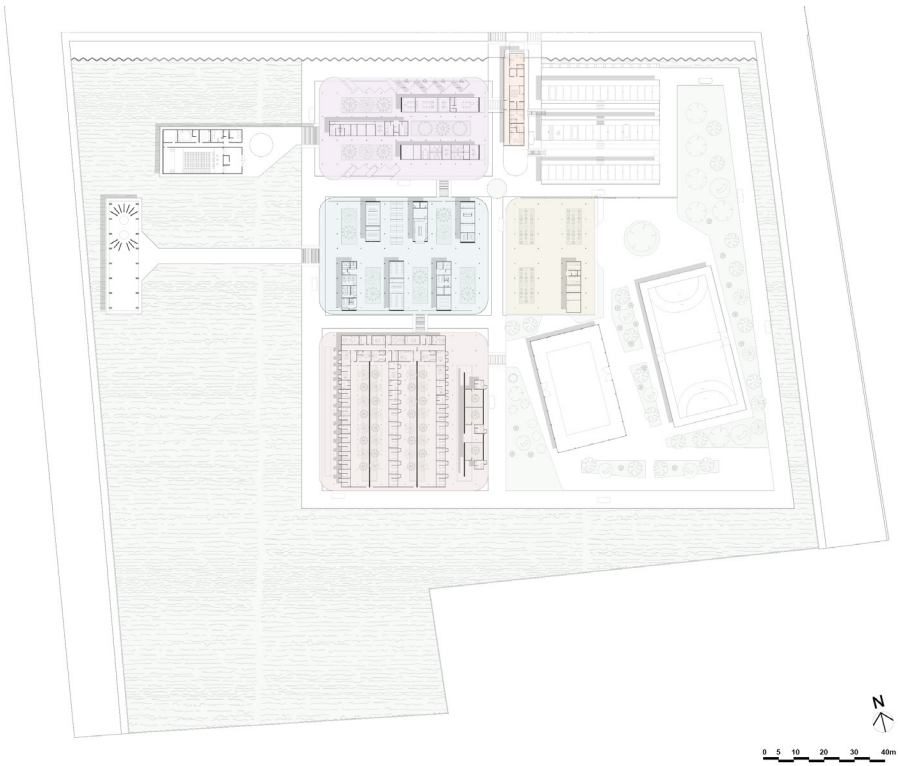
Data de Elaboração

15/11/2025



A nova Unidade de Internamento Masculino de Santarém, desenvolvida após a interdição da antiga estrutura pelo Ministério Público devido a condições insalubres que violavam os requisitos mínimos de habitabilidade, estabelece uma relação fundamental com a Agenda 2030 ao propor uma arquitectura humanizada baseada em técnicas passivas e numa implantação estratégica para qualificar um programa complexo. O projecto utiliza ventilação cruzada, amplas áreas verdes, pátios interiores e abundante iluminação natural para garantir conforto no clima quente e húmido da região, enquanto os quartos e celas, os espaços educativos e as áreas de convivência adoptam uma escala humana e valorizam a autenticidade dos materiais, promovendo bem-estar, dignidade e reinserção social.

No que respeita ao **ODS 4**, o projecto alinha-se ao compreender a arquitectura como parte essencial do processo educativo e de reintegração social. A unidade acolhe jovens em situação de vulnerabilidade, oferecendo ambientes que favorecem a estabilidade emocional, a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal. As estratégias de “Trauma-Informed Design” orientam a criação de espaços seguros, bem iluminados e ligados à natureza, reduzindo o stress, fortalecendo vínculos e criando condições reais para que estes jovens possam construir percursos de estudo, qualificação profissional e recomeço. O projecto transcende a função meramente correctiva, afirmando-se como um instrumento de educação, reparação e criação de oportunidades, contribuindo directamente para uma sociedade mais justa e inclusiva.





P#8

A IMPORTÂNCIA
DA ARQUITETURA
HUMANITÁRIA E
SUSTENTÁVEL PARA A
CONSTRUÇÃO DE UMA
ESCOLA NA GUINÉ
BISSAU

Autor(es)
Arqt.ª Maria Alexandra Martins

Nome do(s) Cliente(s)
Cooperativa Escolar Pedro Frias

Imagens
3d e renderização Arqt.ª Maria Alexandra Martins

Localização
Bissau, Guiné-Bissau

Referência Geográfica
11º 53'32.6" N 15º36'35.3" W

Área
640 m²

Status
projeto

Data de Elaboração
01/07/2024



O projecto de arquitectura humanitária e sustentável para escolas na Guiné-Bissau estabelece uma forte ligação com a Agenda 2030 ao responder simultaneamente a desafios sociais, educativos e ambientais. Através de um modelo escolar replicável, construído com recursos naturais locais e forte envolvimento comunitário, a iniciativa promove inclusão social, geração de rendimento e capacitação técnica, contribuindo para o **ODS 1**. A criação de hortas comunitárias reforça igualmente o **ODS 2**, garantindo apoio alimentar às crianças e incentivando práticas agrícolas sustentáveis.

O **ODS 4** assume um papel central no projecto, ao propor infra-estruturas escolares dignas, acessíveis e adaptadas à realidade local, capazes de melhorar as condições de aprendizagem e combater

o abandono escolar. Paralelamente, o incentivo à permanência das raparigas na escola contribui para o **ODS 5**, promovendo igualdade de género e acesso a melhores oportunidades de vida.

A iniciativa integra ainda soluções sustentáveis de recolha de águas pluviais, saneamento ecológico e reutilização de resíduos orgânicos, alinhando-se com o **ODS 6**. Simultaneamente, ao capacitar as comunidades para construções resilientes com terra, palha e bambu, o projecto reforça o **ODS 11**, promovendo assentamentos humanos mais seguros, sustentáveis e adequados ao contexto cultural e climático da Guiné-Bissau. Desta forma, o projecto ultrapassa a simples construção de escolas, afirmando-se como um instrumento de transformação social e desenvolvimento sustentável.





P#66

MIRANTE DA
MEMÓRIA

Autor(es)

Lucas Raffo Souza, Gabriel Eduardo Dolibaina Cordioli, João Luiz Pedro Junior e Bruna Caroline dos Santos

Nome do(s) Cliente(s)

ABRATIC, ACIL, ANPEA, CEAL, Estação 43, SINCOVAL, SINDUSCON, SINDIMETAL Sociedade Rural do Paraná e TI Paraná

Imagens tridimensionais virtuais / renders

Matheus Guedes

Imagens maquete física

Raffo Arquitetura

Localização

Londrina, Paraná, Brasil

Referência Geográfica

23°18'48.0"S, 51°09'34.6"W

Área: 797 m²

Status: projeto

Data de Elaboração: 15/11/2025



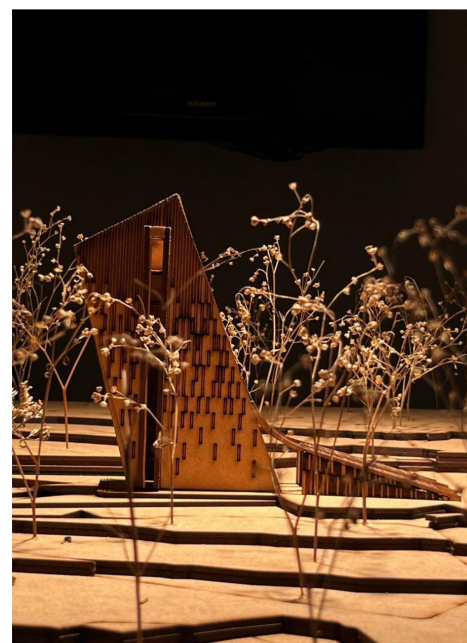
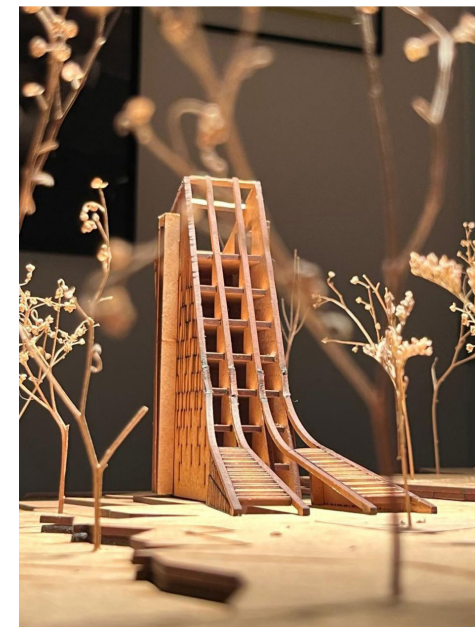
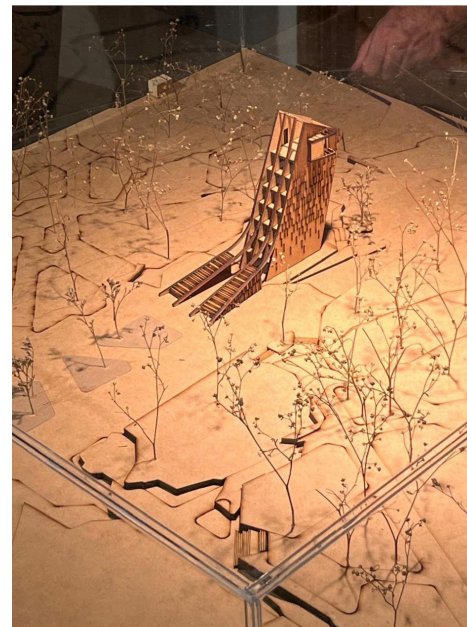
Implantado no Bosque Marechal Rondon, o Marco Mirante da Memória estrutura-se como um equipamento cultural e urbano que integra preservação ambiental, identidade histórica e qualificação do espaço público. Inspirado na peroba, árvore emblemática da formação regional, o projecto organiza um percurso acessível com espaços expositivos, dispositivos interactivos e um miradouro com vista de 360°, promovendo leituras da paisagem e da construção social da cidade. A proposta articula inclusão, educação patrimonial e tecnologia, consolidando-se como uma edificação pública estratégica para activar centralidades, reforçar o sentimento de pertença, a vitalidade urbana e a sustentabilidade.

O projecto contribui para o **ODS 4** ao compreender o espaço público como agente educativo. Ao disponibilizar áreas para festivais de música, teatro, cinema e oficinas, amplia o acesso democrático à cultura e à formação. As “caixas da memória” e o miradouro estimulam a leitura crítica da história e das transformações urbanas, enquanto as próprias características do projecto assumem um papel pedagógico ao integrar território, paisagem e narrativa. Relativamente ao **ODS 11**, o projecto alinha-se ao propor a qualificação do espaço construído através da valorização do contexto envolvente, da acessibilidade e do reforço da identidade local. Considera a mobilidade urbana, a permanência e o uso colectivo, procurando

contribuir para cidades mais inclusivas, seguras e ambientalmente responsáveis através da activação cultural, da requalificação do espaço público central e do incentivo à convivência.

Para concluir, no âmbito do **ODS 15**, o projecto contribui para a protecção e integração da vegetação existente, valorizando o território enquanto infra-

estrutura ecológica. Adota madeira engenheirada certificada e montagem a seco, reduzindo impactos no solo e na envolvente imediata. Preserva o solo e a biodiversidade, articula corredores verdes urbanos e reforça ecossistemas, contribuindo para cidades mais sustentáveis e resilientes.



05

IGUALDADE DE GÊNERO



Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte.

5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.

5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas.

5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.

5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.

5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.

5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.

5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.

5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.

Para saber mais sobre o ODS 5, acesse: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals/goal-5-gender-equality.html>

PROJETOS SELECIONADOS

P#38

Projeto: Para todas as Marias: Conjunto Habitacional no Cambuci

Autor(es): Eloah Maria Coelho Rosa

Localização: São Paulo, SP, Brasil

P#71

Projeto: Casa Azul

Autor(es): Myrian Müller e Luiz Paulo Coelho de Almeida Reis

Nome do(s) Cliente(s)

Luiz Paulo Coelho de Almeida Reis

Localização: Piraquara- Curitiba- Paraná- Brasil

P#54

Projeto: Cuidados Maternos Móveis

Autor(es): Patricia Olende

Cliente(s): Autoridade Nacional de Saúde (Ministério da Saúde) e parceiros

Localização: Cabo Verde



P#38

PARA TODAS AS MARIAS:
CONJUNTO HABITACIONAL
NO CAMBUCI

Autor(es)
Eloah Maria Coelho Rosa

Imagens
Eloah Maria Coelho Rosa

Localização
São Paulo, SP, Brasil

Referência Geográfica
23°33'49.3"S 46°36'48.5"W

Área
45.453,95 m²

Status
projeto

Data de Elaboração
15/02/2024

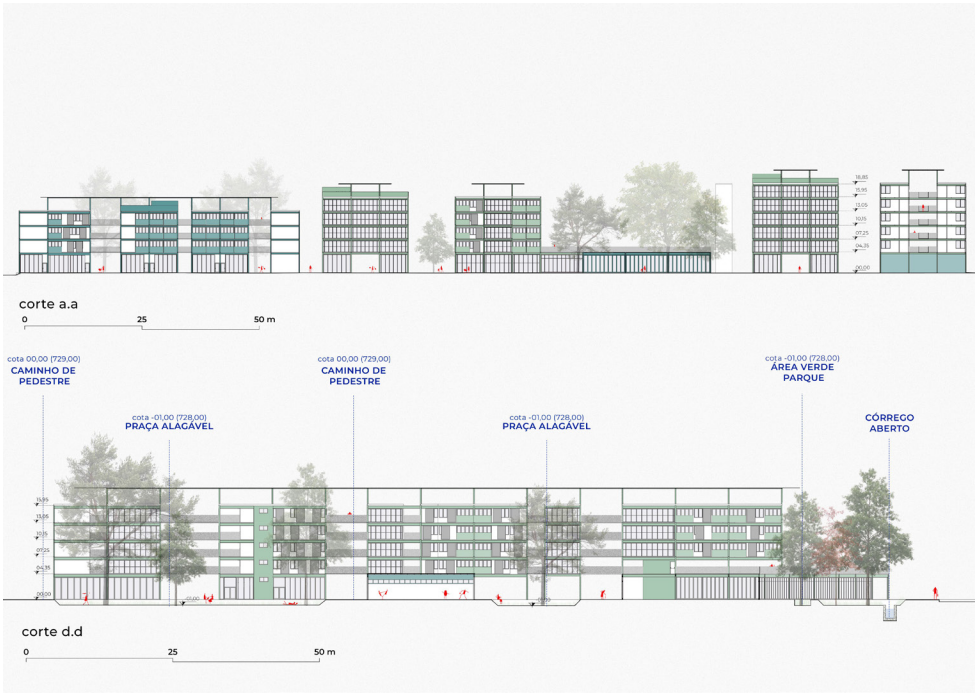
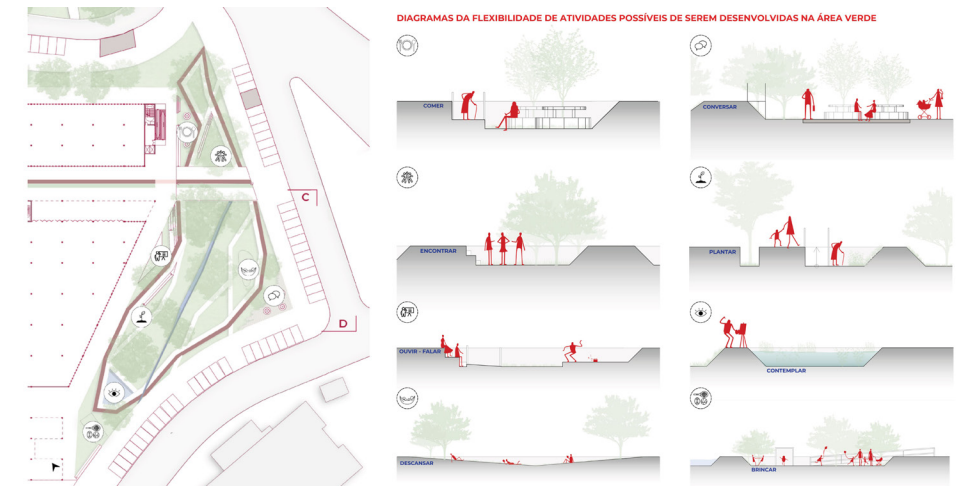
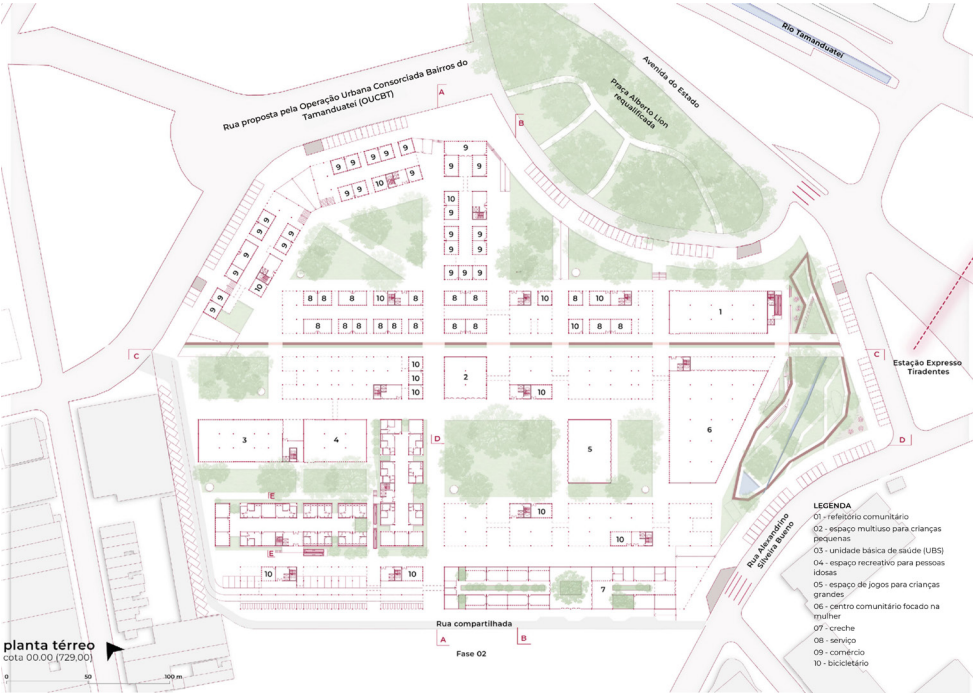


O projecto, desenvolvido como trabalho final de licenciatura, tem como objectivo central garantir habitação condigna para mulheres de baixos rendimentos, especialmente chefes de família que constituem a maior parte do défice habitacional. A proposta de Habitação de Interesse Social (HIS) na zona central de São Paulo procura reduzir o défice habitacional ao aproximar habitação e trabalho, para além de expandir os espaços interiores habitacionais de modo a incorporar o quotidiano e o espaço público. O conjunto prevê áreas destinadas a crianças e pessoas idosas, centro comunitário para mulheres, espaços de lazer articulados com soluções de drenagem, áreas de serviço colectivas e módulos flexíveis para actividades remuneradas, visando a autonomia das moradoras, a redução do trabalho doméstico e a utilização plena da cidade pelas mulheres.

O Conjunto Habitacional contribui para o **ODS 1** ao ampliar a autonomia financeira das moradoras através da colectivação das áreas de serviço, da implementação de módulos para actividades remuneradas e da oferta de habitação social na zona central, reduzindo deslocações e facilitando as actividades quotidianas. Relativamente ao **ODS 3**, promove o bem-estar e a sensação de segurança através de equipamentos dirigidos à pluralidade de públicos, como espaços cobertos para brincar destinados às crianças, áreas recreativas para pessoas idosas e um centro comunitário para mulheres, além de áreas verdes que dinamizam os espaços de convivência. No âmbito do **ODS 5**, o conjunto habitacional qualifica o quotidiano das mulheres de baixos rendimentos ao articular espaços públicos, intermédios e privados, fortalecendo redes de apoio, ampliando a sensação de segurança e promovendo autonomia financeira, social e de apropriação da cidade.

No que respeita ao **ODS 6**, adopta medidas de drenagem sustentável articuladas com actividades recreativas, incluindo praças inundáveis, valas biológicas ao longo dos eixos pedonais e a abertura de uma linha de água com área permeável envolvente, conciliando lazer nos períodos secos com retenção de água durante as cheias. Em relação ao **ODS 8**, reduz o trabalho doméstico ao diminuir as áreas de serviço nas unidades habitacionais e ao implementar cozinhas e lavandarias colectivas, para além de prever módulos flexíveis para actividades remuneradas e um centro comunitário focado na mulher, contribuindo para a sua autonomia financeira.

No **ODS 10**, considera as múltiplas dimensões que atravessam as mulheres de baixos rendimentos — género, raça e classe — através do acesso a equipamentos públicos como unidades básicas de saúde, refeitório comunitário, creche e espaços destinados a crianças e pessoas idosas, mitigando desigualdades urbanas e promovendo qualidade de vida. Além disso, no âmbito do **ODS 11**, o projecto oferece habitação e espaços seguros, inclusivos e sustentáveis, com estudos de iluminação, fachadas activas e “olhos para a rua”, garantindo a activação do conjunto, a apropriação do espaço público e a redução da sensação de insegurança.





P#54

CUIDADOS MATERNOS
MÓVEIS



Imagem: Elaboração própria da autora, a partir de imagens adaptadas e compiladas para fins ilustrativos (fonte: imagens obtidas através do Google)

Autor(es)
Patricia Olende

Nome do(s) Cliente(s)
Autoridade Nacional de Saúde (Ministério da Saúde) e parceiros

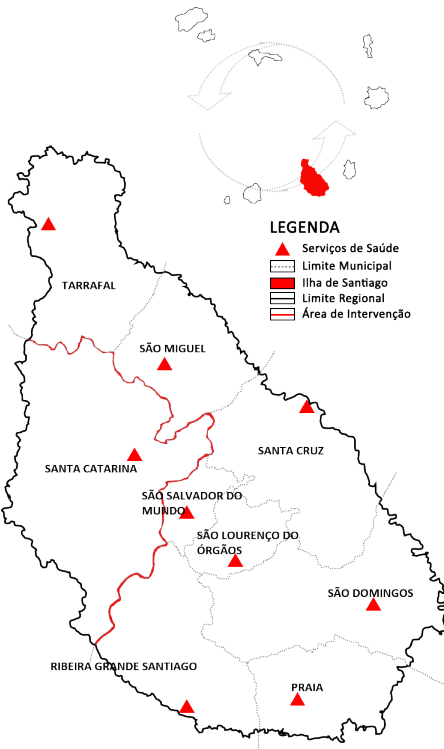
Imagens
Patricia Olende

Localização
Ilha de Santiago (Cabo Verde)

Área
Regional (991 km2), 1ª Intervenção Local (243 km2)

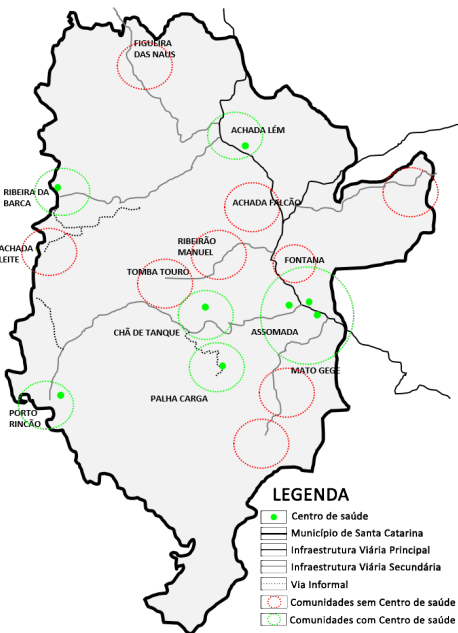
Status
projeto

Data de Elaboração
07/02/2024



O Cuidados Maternos Móveis consiste numa iniciativa cujo objectivo de longo prazo é alcançar áreas desfavorecidas para reduzir os obstáculos no acesso aos cuidados de saúde materna, melhorar a qualidade do atendimento e promover melhores condições de saúde para mães e filhos. A iniciativa responde às dificuldades existentes no sistema de saúde a nível nacional, sendo implementada gradualmente a nível regional, começando pelo norte de Cabo Verde, onde os obstáculos são mais evidentes. A fase de protótipo será avaliada no município de Santa Catarina, com expansão progressiva a todos os municípios da Ilha de Santiago e, posteriormente, às restantes ilhas do arquipélago.

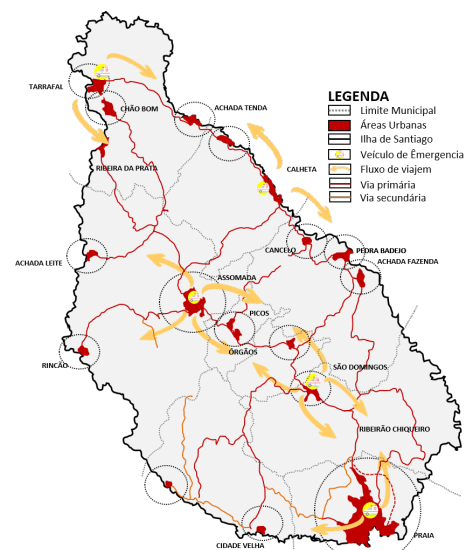
O projeto contribui para o **ODS 3** ao promover o acesso equitativo aos cuidados maternos, através de consultas e acompanhamento pré-natal regular, assegurando cuidados durante a gravidez, parto e pós-parto. Existe a preocupação em expandir o acesso aos serviços independentemente da localização ou condição socioeconómica do paciente. Pretende-se com o projeto ampliar o acesso a profissionais da



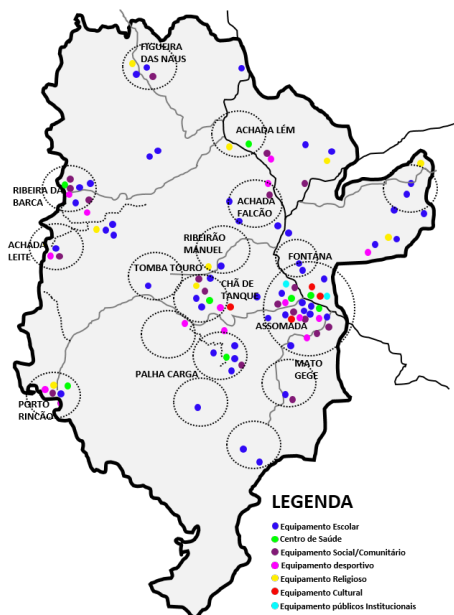
saúde, capacitar novas gerações de formandos e incentivar afixação e permanência em zonas mais carenciadas.

Relativamente ao **ODS 5**, o projeto busca compreender as necessidades e dinâmicas das comunidades e famílias com enfoque no papel da mulher neste seio. E em colaboração com associações comunitárias e a mobilização de parceiros pode-se promover e inserir programas que visam capacitar os seus membros e gerar oportunidades para o desenvolvimento individual e coletivo.

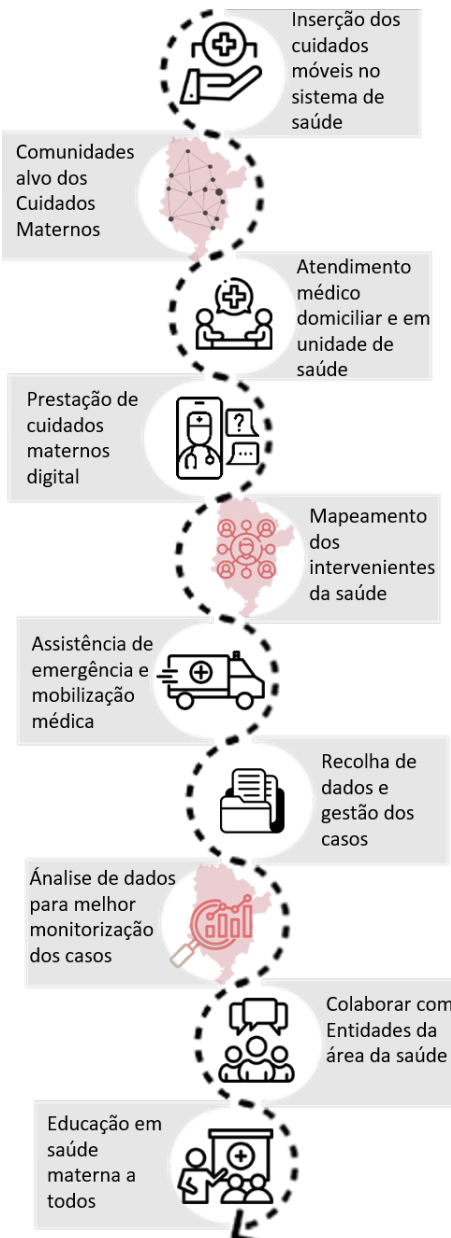
No âmbito do **ODS 10**, o projeto propõe facilitar o acesso aos serviços de saúde materna, aproximando os serviços aos principais utentes. Com a introdução de consultas digitais e deslocamento de profissionais às comunidades, garante-se um acesso mais justo e igualitário. Prevê-se a inclusão de agentes e entidades sociais e programas de apoio, de forma a garantir a cobertura de exames clínicos de elevado custo. Esta medida visa reduzir desigualdade e garantir que população mais vulnerável não seja excluída do acesso completo dos serviços de saúde.



Fonte: Elaboração adaptada pela autora, com base em dados cartográficos ArcGis (2023)



Elaboração adaptada pela autora, com base em dados cartográficos ArcGis (2023)



Fonte: Elaboração própria da Autora, baseada na proposta metodológica do projeto (2026)



Fonte: Elaboração adaptada pela autora no Photoshop (2024) e fotografia original da autora (2021)



Fonte: Elaboração adaptada pela autora no Photoshop (2024) e fotografia retirada do google



P#71

CASA AZUL

Autor(es)
Myrian Müller e Luiz Paulo Coelho de Almeida Reis

Nome do(s) Cliente(s)
Luiz Paulo Coelho de Almeida Reis

Imagens
Myrian Müller, Ito Cornelsen, Macarius e Mario Bob

Localização
Piraquara- Curitiba- Paraná-Brasil

Referência Geográfica
25°26'43.2"S e 49°06'57.5"W

Área: 550 m²

Status: concluído

Data de Elaboração: 16/02/2020



A Casa Azul é um projecto didáctico de habitação inteligente que utiliza a arquitectura como ferramenta de educação para a sustentabilidade. Assente nos princípios da biofilia e da arquitectura solar passiva, a habitação é aquecida pela energia solar através de janelas estrategicamente posicionadas, paredes duplas e um pavimento com elevada massa térmica, constituído por 30 centímetros de terra compactada. O conforto durante o Verão é assegurado pelo efeito chaminé, que permite a renovação natural do ar interior. O projecto constitui um exemplo de upcycling, através da reutilização de caixilharias industriais em aço inoxidável e de janelas centenárias em madeira de araucária. Com acabamentos de baixa emissão, como o verniz à base de óleo de rícino, a casa integra



preocupações de saúde e preservação ambiental. O design de interiores, assinado por Myrian Müller, reinterpreta mobiliário antigo para criar ambientes acolhedores e afectivos que preservam e contam a história da família.

O projecto contribui para o **ODS 3**, através da utilização de materiais de baixa emissão, da integração da biofilia e da garantia de uma elevada qualidade do ar interior. Relativamente ao **ODS 4**, a habitação desempenha uma função pedagógica, funcionando como um laboratório experimental para a aplicação de práticas sustentáveis. No âmbito do **ODS 5**, promove a liberdade de escolha e a valorização de diferentes profissionais na área da arquitectura de interiores.

Quanto ao **ODS 6**, incorpora sistemas de aproveitamento de águas pluviais. Para o **ODS 7**, assegura um baixo consumo energético através de estratégias passivas de climatização.

No que respeita ao **ODS 8**, o projecto incluiu a formação e capacitação de profissionais e colaboradores durante a fase de construção, devido ao carácter inovador da solução adoptada. Relativamente ao **ODS 9**, apresenta soluções inovadoras em múltiplos aspectos ligados à sustentabilidade. No âmbito do **ODS 10**, demonstra que soluções arquitectónicas de elevada qualidade e complexidade podem ser adaptadas e implementadas em diferentes contextos

geográficos, desde que sejam devidamente estudadas as necessidades locais. Quanto ao **ODS 11**, destaca-se pela sua adaptabilidade e resiliência.

No **ODS 12**, promove a redução do desperdício e minimiza os impactos ambientais. Relativamente ao ODS 13, contribui para a redução das emissões de dióxido de carbono e da produção de resíduos. No âmbito do **ODS 15**, a utilização de madeira reutilizada favorece a preservação das florestas. Por fim, relativamente ao **ODS 17**, o projecto encontra-se plenamente alinhado com os princípios do desenvolvimento sustentável, articulando de forma integrada as dimensões ambiental, social e económica.



06

ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO



Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos

6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos.

6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade.

6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.

6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água.

6.5 Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado.

6.6 Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos.

6.a Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso.

6.b Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.

Para saber mais sobre o ODS 6, acesse: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals/goal-6-clean-water-and-sanitation.html>

PROJETOS SELECIONADOS

P#27

Projeto: Proposta de uma Urbanização Ecológica e Inclusiva para a Zona do Saber Andar no Município do Sumbe, Cuanza-Sul
Autor(es): Branislav Osvaldo Matias
Cliente(s): Instituto Politécnico da UJES
Localização: Bairro Saber Andar, Sumbe, Cuanza-Sul, Angola

P#32

Projeto: Arquitetura na Primeira Infância
Autor(es): Filemon Tiago
Cliente(s): Escola Municipal Amelia Cândida do Brasil
Localização: Aparecida de Goiânia, Goiás, Brasil

P#52

Projeto: Osm Mindelo Centro Ocenaografico de Mindelo
Autor(es): Arq. Pedro Gregório D.C.Lopes
Cliente(s): Imar/Geomar
Localização: Mindelo, São Vicente, Cabo Verde



P#27

PROPOSTA DE UMA
URBANIZAÇÃO
ECOLOGICA E
INCLUSIVA PARA
A ZONA DO SABER
ANDAR NO MUNICÍPIO
DO SUMBE, CUANZA-
SUL

Autor(es)
Branislav Osvaldo Matias

Nome do(s) Cliente(s)
Instituto Politécnico da UJES

Imagens
Branislav Osvaldo Matias

Localização
Bairro Saber Andar, Sumbe, Cuanza-Sul,
Angola

Referência Geográfica
-11.15144765, 13.89783248

Área
1.793.800 m²

Status
projeto

Data de Elaboração
10/07/2025



O anteprojecto urbanístico para a zona do Saber Andar, localizada na cidade do Sumbe, província do Cuanza Sul, Angola, estabelece uma relação abrangente com a Agenda 2030 ao propor uma urbanização ecológica, inclusiva e resiliente, orientada por princípios de sustentabilidade, acessibilidade universal e valorização dos recursos naturais locais. Partindo da identificação de problemáticas como a ocupação desordenada, a ausência de infra-estruturas básicas e os riscos ambientais associados à salinidade e aos alagamentos, o projecto estrutura-se em torno da inclusão social, da sustentabilidade ambiental e da organização eficiente do território, promovendo uma ocupação racional do solo e uma melhoria efectiva da qualidade de vida.

No que respeita ao **ODS 1**, o projecto promove habitação digna e acessível através de lotes planeados e infra-estruturas básicas, reduzindo a vulnerabilidade social de famílias afectadas por cheias e ocupações informais. Em relação ao ODS 6, integra soluções de drenagem sustentável, reaproveitamento de águas pluviais e saneamento adequado, respondendo aos problemas crónicos de inundações e degradação ambiental da região.

O **ODS 9** é contemplado pela criação de infra-estruturas resilientes e inovadoras, adaptadas ao contexto local, com soluções construtivas acessíveis e eficientes.

Já o **ODS 10** assume um papel central ao garantir acesso equitativo à habitação, equipamentos públicos, mobilidade e espaços verdes, promovendo integração social e evitando processos de segregação territorial.

Relativamente ao **ODS 11**, o anteprojecto contribui para cidades mais seguras, sustentáveis e inclusivas, através de um planeamento urbano ecológico e adaptado às condições ambientais do Sumbe, reduzindo riscos climáticos e qualificando o espaço urbano.

O **ODS 13** é integrado por meio de estratégias de adaptação às alterações climáticas, como o controlo de cheias, a preservação ambiental e a utilização de soluções baseadas na natureza. Por fim, o **ODS 15** é valorizado através da protecção do solo, da recuperação de áreas degradadas e da integração de espaços verdes, promovendo biodiversidade urbana e equilíbrio ecológico. Desta forma, o projecto consolida-se como um modelo de urbanismo sustentável e inclusivo, plenamente alinhado com os princípios da Agenda 2030.





P#32

ARQUITETURA NA
PRIMEIRA INFÂNCIA

Autor(es)
Filemon Tiago

Nome do(s) Cliente(s)
Escola Municipal Amelia Cândida do Brasil

Imagens
Filemon Tiago

Localização
Aparecida de Goiânia, Goiás, Brasil

Referência Geográfica
-16.815484, -49.233517

Área
1.000 m²

Status
concluído

Data de Elaboração
18/12/2024



O projecto Arquitectura na Primeira Infância estabelece uma relação abrangente com a Agenda 2030 ao promover espaços educativos, seguros e sustentáveis para crianças dos 5 aos 12 anos, reconhecendo a infância como uma fase determinante para o desenvolvimento humano. Através da integração entre arquitectura, educação e justiça socioambiental, o projecto utiliza princípios de bioconstrução, conforto ambiental e participação comunitária, recorrendo a oficinas, vivências e canteiro-escola para valorizar o brincar, o contacto com a natureza e o cuidado com o território. Desta forma, contribui para a criação de ambientes mais saudáveis, inclusivos e formativos, reforçando os laços comunitários e ampliando o direito das crianças à cidade.

No que respeita ao **ODS 4**, o projecto reconhece que o espaço construído também educa, assumindo a arquitectura como um agente pedagógico activo que influencia o desenvolvimento integral das crianças desde os primeiros anos de vida. Em relação ao **ODS 6**, integra infra-estruturas adequadas, educação ambiental e promoção da saúde infantil, compreendendo que o acesso à água potável e ao saneamento é fundamental para garantir condições dignas de crescimento e aprendizagem, sobretudo em contextos vulneráveis.

O **ODS 9** é contemplado através da criação de infra-estruturas educativas resilientes, inovadoras e socialmente adequadas, baseadas em tecnologias sociais e soluções sustentáveis de baixo impacto ambiental.

Já o **ODS 11** é promovido pela criação de espaços urbanos inclusivos, seguros e orientados para o bem-estar das crianças, utilizando arquitectura vernacular e materiais locais que reduzem a dependência de sistemas construtivos de elevado impacto ecológico.

Relativamente ao **ODS 13**, o projecto integra arquitectura, educação ambiental e adaptação climática, demonstrando que o combate às alterações climáticas começa também na forma como se concebem os espaços e se educam as novas gerações.

O **ODS 15** é igualmente valorizado ao promover uma relação equilibrada entre infância, território e ecossistemas, incentivando desde cedo o respeito pela biodiversidade e pelo uso responsável dos recursos naturais. Desta forma, o projecto Arquitectura na Primeira Infância demonstra que investir em espaços de qualidade para as crianças significa investir simultaneamente em educação, sustentabilidade, inclusão e futuro, em plena consonância com os princípios da Agenda 2030.





P#52

OSCM MINDELO
CENTRO
OCENAOGRAFICO
DE MINDELO

Autor(es)
Arq. Pedro Gregório D.C.Lopes
Nome do(s) Cliente(s)
Imar/Geomar
Imagens
Arq. Pedro Gregório
Localização
Mindelo, São Vicente, Cabo Verde
Área
1.700 m²
Status
Concluído
Data de Elaboração
20/07/2017

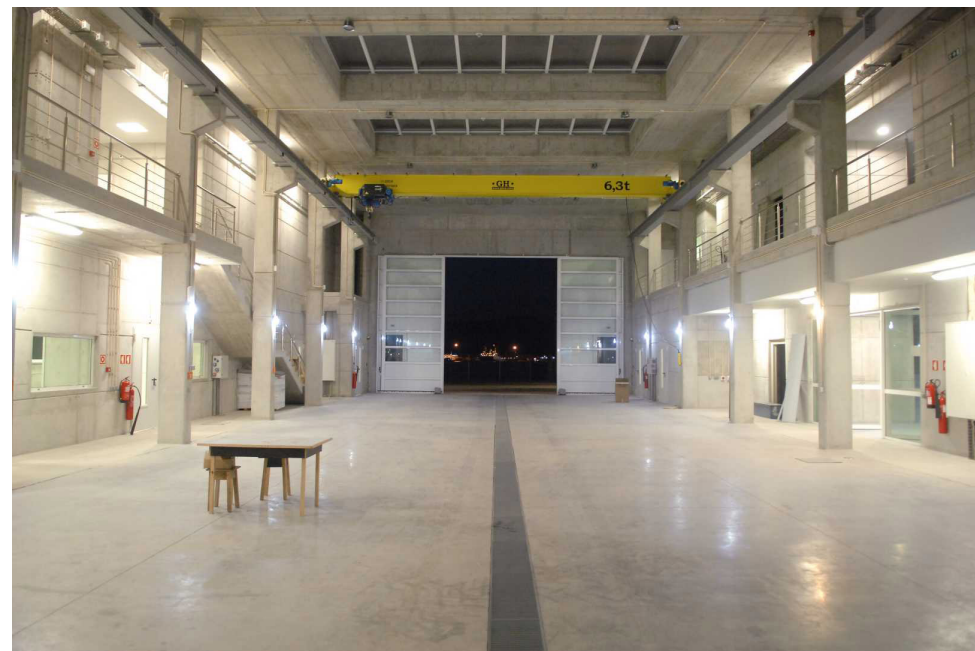


O Centro Oceanográfico de Mindelo é um edifício bioclimático composto por uma nave central, escritórios, laboratórios, oficinas e uma pequena sala de formação, integrado no Instituto do Mar. O projecto foi concebido como uma edificação inovadora e quase autossustentável, destinada à prestação de serviços de investigação orientados para o ambiente marinho e para a Economia Azul.

Ele contribui para o **ODS 5** ao promover a integração das mulheres nas funções ligadas à investigação do ambiente marinho, incentivando a igualdade de género nas actividades científicas. Relativamente ao **ODS 6**, a investigação desenvolvida no centro dedica-se ao estudo do ambiente marinho, contribuindo para a compreensão e preservação dos recursos hídricos. No âmbito do **ODS 8**, o centro actua no contexto da Economia Azul do Mar, gerando emprego e promovendo desenvolvimento económico sustentável associado

aos oceanos. Para o **ODS 9**, o OSCM apresenta-se como um edifício inovador e quase autossustentável, promovendo infra-estruturas resilientes e inovação tecnológica.

O projecto alinha-se igualmente com o **ODS 12**, tendo sido concebido especificamente para prestar serviços de investigação que incentivam padrões de consumo e produção sustentáveis, com ênfase no conhecimento e na gestão responsável dos recursos marinhos. Relativamente ao **ODS 13**, a investigação do mar e dos seus componentes contribui para a compreensão das alterações climáticas e para o desenvolvimento de estratégias de adaptação e mitigação. Por fim, no âmbito do **ODS 17**, o centro actua como base da Economia Azul do Atlântico, reforçando parcerias institucionais e a cooperação científica orientadas para o desenvolvimento sustentável dos oceanos.





Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos

7.1 Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.

7.2 Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.

7.3 Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética.

7.a Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa.

7.b Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio.

Para saber mais sobre o ODS 7, acesse: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals/goal-7-affordable-and-clean-energy.html>

PROJETOS SELECIONADOS

P#1

Projeto: Casa Kutala

Autor(es): Etuku Moisés e Marinela Munha

Localização: Luanda, Angola

P#53

Projeto: KAZA TMB

Autor(es): Arq. Kesia Lima

Cliente: Bruno Livramento

Imagens: Edivar Mascarenhas

Localização: Praia, Cabo Verde

P#50

Projeto: Pósmodernismo na Amazônia: em busca da identidade

Autor(es): Lorenzo Max Gvozdanovic Villar; Flora Martinez Palhares Villar, Stephanny Germano e Luciana Volpato

Cliente(s): Prefeitura de Porto Velho
Prefeitura Municipal de Guarulhos

Localização: Porto Velho, Brasil



P#1
CASA KUTALA

Autor(es)
Etuku Moisés e Marinela Munha
imagens
Etuku Moisés e Marinela Munha
Localização
Luanda, Angola
Área
300 m²
Status
projeto
Data de Elaboração
30/09/2025



A Casa Kutala é um projecto arquitectónico que estabelece uma relação directa e coerente com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, integrando sustentabilidade, cultura africana e inovação espacial. Ao promover a utilização de materiais locais e de mão-de-obra comunitária, o projecto contribui para o **ODS 1**, gerando rendimento e reduzindo vulnerabilidades socioeconómicas em regiões periféricas. Esta abordagem reforça igualmente o saber artesanal e a qualificação profissional local, alinhando-se com o **ODS 8**, que promove o trabalho digno e o crescimento económico sustentável.

No domínio da saúde e bem-estar **ODS 3**, a arquitectura bioclimática da habitação, com ventilação cruzada e conforto térmico natural, previne doenças respiratórias e promove a qualidade de vida física e mental dos habitantes. Paralelamente, o projecto integra sistemas de captação de águas pluviais e reutilização de águas cinzentas, respondendo ao **ODS 6** e assegurando uma gestão responsável e eficiente dos recursos hídricos.

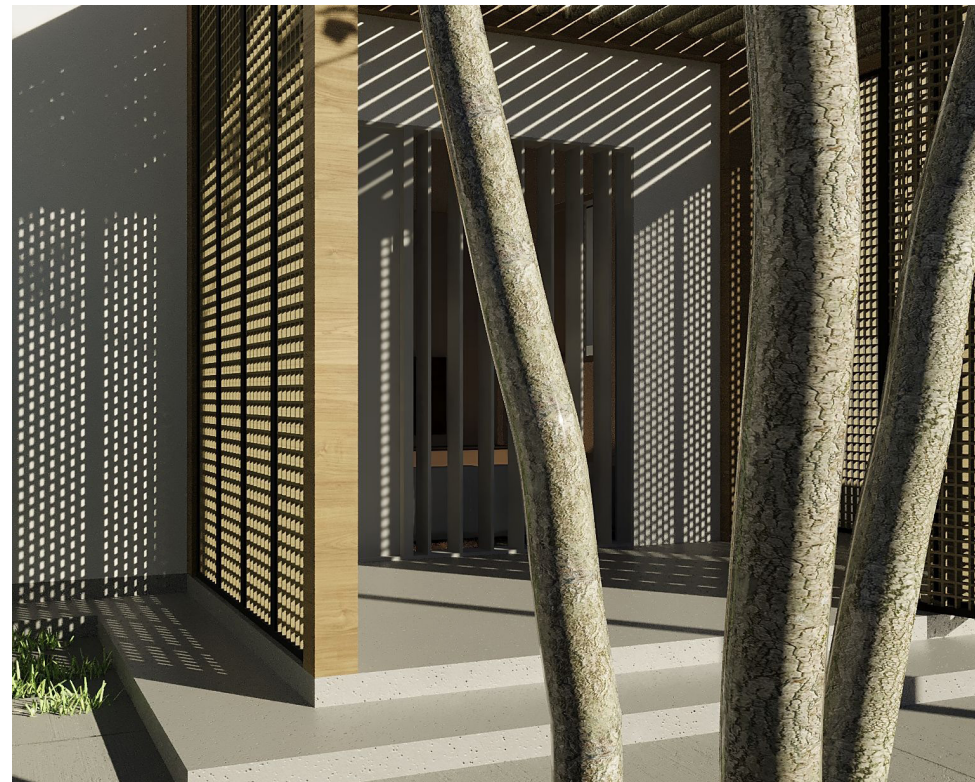
A cobertura da Casa Kutala foi estrategicamente concebida para acolher painéis solares, incentivando a utilização de energias renováveis e reduzindo a

dependência de combustíveis fósseis — um contributo directo para o **ODS 7**. Esta inovação alia-se ao modelo construtivo modular e à utilização de tecnologias de baixo custo, posicionando o projecto como um laboratório arquitectónico alinhado com o **ODS 9**, que valoriza infra-estruturas resilientes e inovação.

No que respeita ao **ODS 11**, a habitação propõe soluções habitacionais culturalmente significativas, adaptadas ao clima tropical e à realidade socioeconómica local, fortalecendo comunidades mais inclusivas e sustentáveis. O compromisso com o consumo responsável **ODS 12** manifesta-se na adopção de materiais recicláveis, renováveis e de reduzido

impacto ambiental, bem como na gestão eficiente dos resíduos durante a construção e operação.

Além disso, a Casa Kutala afirma-se como um modelo de mitigação climática **ODS 13**, combinando soluções passivas de climatização, energia solar e materiais de baixo carbono para reduzir emissões e aumentar a resiliência local. O paisagismo com espécies autóctones, a preservação do solo e a integração ecológica reforçam ainda mais o **ODS 15**, contribuindo para a biodiversidade e para o equilíbrio dos ecossistemas. Em síntese, o projecto transcende a sua função habitacional, tornando-se uma expressão prática e integrada dos princípios da Agenda 2030.





P#50

PÓS-MODERNISMO NA
AMAZÔNIA: EM BUSCA
DA IDENTIDADE**Autor(es)**

Lorenzo Max Gvozdanovic Villar; Flora
Martinez Palhares Villar, Stephanny
Germano e Luciana Volpato

Nome do(s) Cliente(s)

Prefeitura de Porto Velho e Prefeitura
Municipal de Guarulhos

Imagens

Flora Villar e Matheus Moura

Localização

Porto Velho, Brasil

Referência Geográfica

8° 45' 28" S; 63° 53' 06" O

Área

18.000 m²

Status

concluído

Data de Elaboração

08/02/2022



O Novo Terminal Rodoviário de Porto Velho propõe-se ser mais do que uma estação de transporte, ambicionando tornar-se, através da sua própria linguagem arquitectónica, um instrumento de reflexão e exaltação da identidade amazónica. O edifício procura dialogar com o contexto envolvente de forma simbólica e sensorial, traduzindo em formas e materiais a essência da paisagem regional. A escolha da madeira homenageia a matéria-prima ligada à cultura e à economia local, evocando a memória dos ciclos extractivistas e das construções tradicionais. As curvas fluidas e orgânicas da cobertura expressam a sinuosidade dos rios e a plasticidade da floresta, rompendo com a rigidez geométrica habitual. O projecto valoriza a complexidade do bioma e convida o utilizador a uma experiência estética que ressignifica a sua percepção

do lugar, envolvendo profissionais locais para assegurar autenticidade e fomentar a economia criativa da região.

O projecto contribui para o **ODS 1** ao reforçar os laços da sociedade local com elementos simbólicos, actuando na melhoria da autoestima da população. Relativamente ao **ODS 3**, cria um sentimento de pertença colectiva, promovendo bem-estar emocional e social. No âmbito do **ODS 4**, demonstra que é possível trabalhar a temática da identidade regional em diferentes áreas profissionais, ampliando a educação e a valorização cultural. Para o **ODS 6**, a protecção solar do edifício e o consequente aumento da inércia térmica contribuem para a diminuição do consumo energético e para uma gestão mais eficiente dos recursos.

No ODS 7, soluções arquitectónicas como a utilização de brises demonstram que é possível reduzir os custos energéticos da edificação. Relativamente ao **ODS 8**, o projecto oferece um edifício em condições adequadas para diversas actividades comerciais, gerando oportunidades económicas. No **ODS 10**, contribui para afirmar a cultura local, reduzindo desigualdades simbólicas e valorizando saberes regionais. O projecto também se alinha com o **ODS 11** ao criar um equipamento público que reforça a identidade e a qualidade de vida na cidade. Para o **ODS 12**, reduz o consumo energético dos sistemas de climatização e adopta soluções de reutilização de água, promovendo padrões de consumo e produção responsáveis.

No âmbito do **ODS 13**, propõe uma arquitectura baseada em elementos passivos de conforto térmico, contribuindo para a mitigação das alterações climáticas. Relativamente ao **ODS 16**, dignifica a sociedade local através de espaços de representação, reforçando as instituições e a autoestima comunitária. Por fim, no **ODS 17**, demonstra que é possível utilizar a arquitectura como meio para discutir questões sociais, articulando parcerias e valorizando profissionais locais em prol do desenvolvimento sustentável.



Foto: Gabriel Farias





P#53

KAZA TMB

Autor(es)

Arq. Kesia Lima

Cliente

Bruno Livramento

Imagens

Edivar Mascarenhas

Localização

Praia, Cabo Verde

Referência Geográfica

14°55'35.1"N 23°31'46.6"W

Área

215,63 m²

Status

concluído

Data de Elaboração

16/08/2021



A estrutura modular da KAZA TMB define uma grelha estrutural num jogo de cheios e vazios que integra os espaços interiores com amplos espaços exteriores de extensão, sendo os vãos estruturais encerrados de acordo com o nível de privacidade pretendido. Todo o betão utilizado foi deixado à vista, e os armários foram igualmente aproveitados como elementos divisórios do espaço. O projecto valorizou intensamente a utilização de materiais locais: o basalto é explorado quase no seu limite, aplicado nas suas diversas formas, enquanto o carriço local, material tradicionalmente pouco valorizado, assegura privacidade e sombra sem bloquear a luz natural, criando sombras orgânicas no espaço.

O projecto contribui para o **ODS 7** ao ser concebido com infra-estrutura integrada para painéis solares, permitindo a sua instalação harmoniosa na arquitectura; actualmente, cerca de 90% da energia consumida provém de fonte solar, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis e promovendo autonomia energética. Relativamente ao **ODS 11**, a habitação adapta-se ao clima local, privilegiando a relação entre interior e exterior, a ventilação natural e a integração de soluções de captação de águas pluviais para rega, valorizando a identidade e os materiais locais e promovendo um modelo habitacional resiliente e ambientalmente responsável.

No âmbito do **ODS 12**, o projecto utiliza os materiais, tanto quanto possível, no seu estado natural, reduzindo desperdícios; privilegia o basalto e o carvalho locais, diminuindo o impacto associado ao transporte, e integra um sistema de reaproveitamento de águas pluviais, promovendo a utilização eficiente dos recursos.

Por fim, relativamente ao **ODS 13**, o edifício integra estratégias passivas como sombreamento, controlo solar e ventilação cruzada, reduzindo as necessidades energéticas. A elevada incorporação de energia solar e a utilização de materiais locais e duráveis contribuem para uma menor pegada de carbono ao longo do ciclo de vida do edifício.





Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

8.1 Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto (PIB) nos países menos desenvolvidos.

8.2 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra.

8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.

8.4 Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança.

8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.

8.6 Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.

8.7 Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.

8.8 Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários.

8.9 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais.

8.10 Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos.

8.a Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos.

8.b Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT].

Para saber mais sobre o ODS 8, acesse: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals/goal-8-decent-work-and-economic-growth.html>

PROJETOS SELECIONADOS

P#10

Projeto: Gruta da Sassa

Autor(es): Kahina Ferreira e Meclânio Ramos

Cliente(s): CIALP (Concurso)

Localização: Cuanza Sul, Angola

P#14

Projeto: MMFM - Mercado Municipal do Frango e Magumba

Autor(es): Bruno Vedor

Cliente(s): Município de Maputo

Localização: Maputo, Moçambique

P#65

Projeto: Centro 450: Requalificação Urbana e Desenvolvimento Econômico em Niterói

Autores: José Renato da Gama Barandier Junior, Fabrício Arriaga Tavares, Dayse Nogueira Monassa.

Cliente: Prefeitura Municipal de Niterói

Localização: Niterói, Rio de Janeiro, Brasil



P#10
GRUTA DA SASSA

Autor(es)
Kahina Ferreira e Meclânio Ramos
Nome do(s) Cliente(s)
CIALP (Concurso)
Imagens
Meclânio Ramos
Localização
Cuanza Sul, Angola
Referência Geográfica
28547, 9343
Status
projeto
Data de Elaboração
04/11/2024

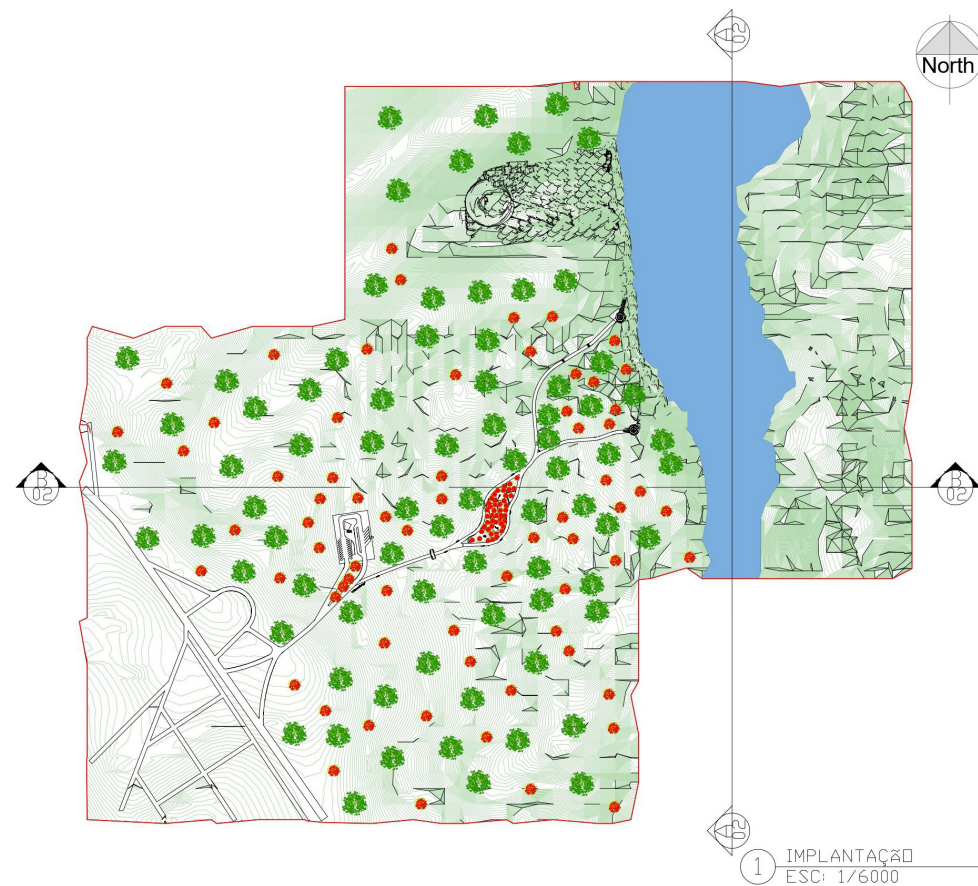


O projecto para a Gruta da Sassa estabelece uma relação profunda com a Agenda 2030 ao promover a valorização turística, cultural e espiritual do local, preservando simultaneamente a paisagem natural e os valores do povo Tchokwe. A intervenção integra percursos permeáveis, estruturas em bambu, instalações sanitárias construídas com adobe e pedra, bem como soluções de energia solar e iluminação natural controlada, garantindo uma experiência sustentável e harmoniosa com o ambiente. A incorporação do símbolo Sona na arquitectura reforça ainda a identidade cultural e o sentimento de pertença da comunidade local.

No âmbito do **ODS 8**, o projecto promove o turismo sustentável como motor de desenvolvimento económico local, criando oportunidades de trabalho para guias comunitários, artesãos e prestadores

de serviços, assegurando a geração de rendimento de forma equilibrada e respeitadora dos recursos naturais. Relativamente ao **ODS 11**, a proposta contribui para a valorização e salvaguarda do património cultural e natural, integrando elementos simbólicos Tchokwe e organizando o espaço de forma segura e acessível à visitação.

O projecto relaciona-se igualmente com o **ODS 15** ao proteger o ecossistema da gruta e da sua envolvente através de percursos controlados, medidas de conservação e estratégias de educação ambiental que evitam impactos negativos sobre a biodiversidade local. Desta forma, a intervenção na Gruta da Sassa afirma-se como um modelo de desenvolvimento sustentável que articula cultura, natureza, espiritualidade e economia.





P#14

MMFM - MERCADO
MUNICIPAL DO
FRANGO E MAGUMBA**Autor(es)**

Bruno Vedor

Nome do(s) Cliente(s)

Município de Maputo

Imagens

Bruno Vedor, Hélder Cuambe, Mauro Beca

Localização

Maputo, Moçambique

Status

concluído

Data de Elaboração

11/03/2022



O Projecto do Mercado do Frango, que propõe a requalificação da actividade de venda de frango através de estruturas modulares em contentores, estabelece uma relação directa com a Agenda 2030, especialmente com o ODS 8. A iniciativa procura melhorar as condições de higiene, organização e segurança tanto para vendedores como para consumidores, ao mesmo tempo que contribui para a valorização do comércio local e para a qualificação do espaço público urbano.

No âmbito do **ODS 8**, o projecto promove condições de trabalho mais dignas, seguras e organizadas para comerciantes inseridos maioritariamente no sector informal da economia moçambicana. As novas estruturas melhoram a conservação e o manuseamento dos alimentos, reforçam a segurança alimentar e reduzem perdas

económicas associadas a condições inadequadas de armazenamento e funcionamento. Paralelamente, o projecto facilita a fiscalização sanitária e fortalece a estabilidade da actividade comercial, contribuindo para um crescimento económico mais inclusivo e sustentável.

Ao combinar soluções construtivas simples, baixo custo e sustentabilidade, o Mercado do Frango demonstra como a requalificação de mercados populares pode gerar impactos positivos na economia local, na saúde pública e na dignidade dos trabalhadores.



117

1º guía cialp para a agenda 2030



118

1º guía cialp para a agenda 2030



P#65

CENTRO 450:
REQUALIFICAÇÃO
URBANA E
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO EM
NITERÓI

Autores
José Renato da Gama Barandier Junior,
Fabrício Arriaga Tavares, Dayse Nogueira
Monassa.

Cliente
Prefeitura Municipal de Niterói

Imagens
Fabrício Arriaga

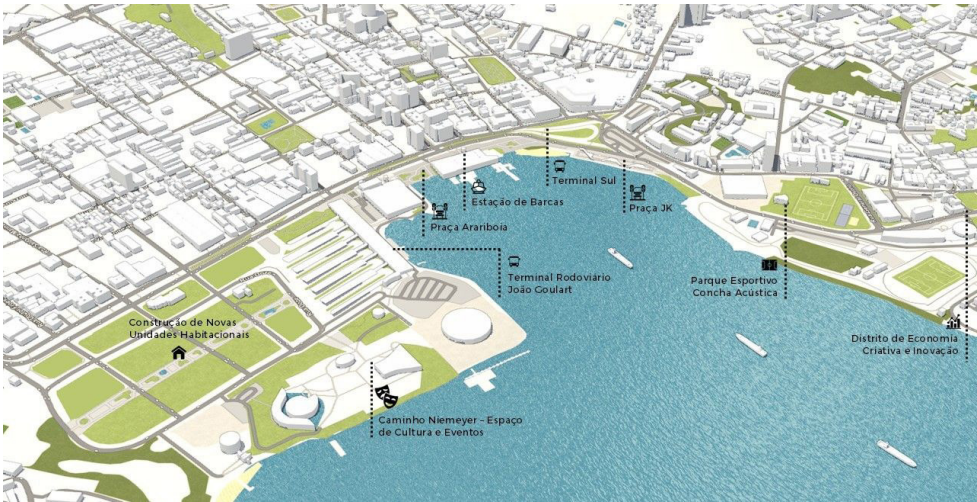
Localização
Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Referência Geográfica
LAT: 22°53'40,99"S LONG: 43°07'27,09"O

Área
135.000 m²

Status
Concluído

Data de Elaboração
05/03/2023



Mapa de Intervenção e pontos de Interesse do Centro 450



Ilustração do Projeto Parque Esportivo Concha Acústica

O Centro 450 é uma estratégia integrada lançada em 2023, ano em que Niterói assinalou os seus 450 anos de existência, consolidando as transformações urbanas promovidas ao longo da última década. A iniciativa impulsiona a requalificação do centro da cidade através de acções estruturantes orientadas para a valorização dos espaços públicos, a reconexão com a frente marítima, a melhoria da mobilidade e a promoção do desenvolvimento económico mediante a atracção de investimento e a criação de novas soluções habitacionais. Entre as principais intervenções destacam-se a requalificação da frente marítima, das praças e das ruas históricas do centro, a implementação de um parque desportivo, a criação do Distrito de Economia Criativa e Inovação e o lançamento de um fundo imobiliário bonificado destinado à construção de novas habitações e ao arrendamento universitário.

O projecto contribui directamente para o **ODS 8**, promovendo um crescimento económico sustentável através da requalificação urbana e da atracção de investimento. O Distrito de Economia Criativa e Inovação estimula o empreendedorismo, a inovação e a criação de emprego, enquanto o fundo imobiliário e o programa de arrendamento universitário alargam o acesso à habitação e contribuem para a redução das desigualdades. A revitalização dos espaços públicos e da frente marítima reforça o comércio, o turismo e os serviços, impulsionando um desenvolvimento social inclusivo e criando condições para um crescimento económico duradouro, equilibrado e sustentável no centro da cidade.

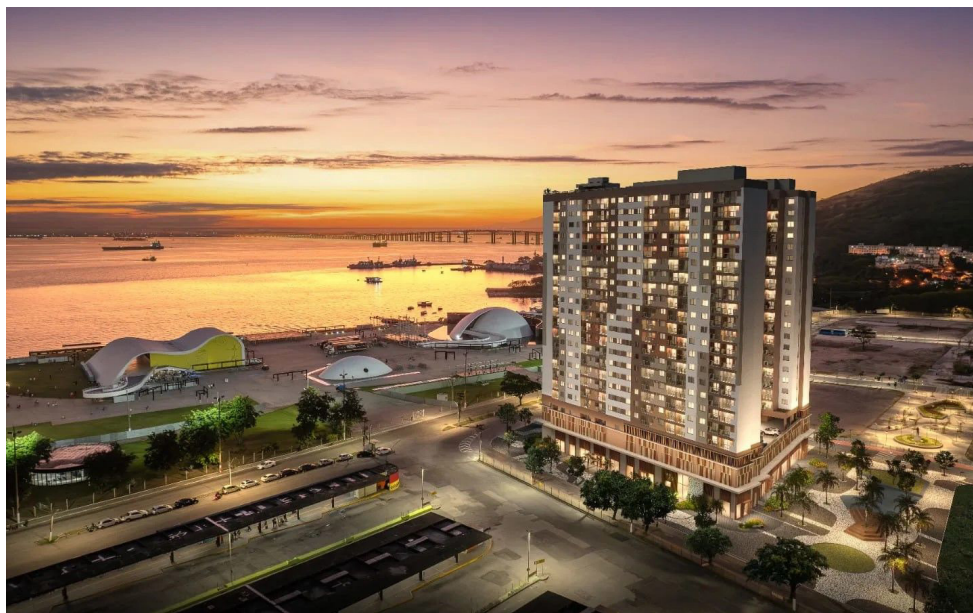
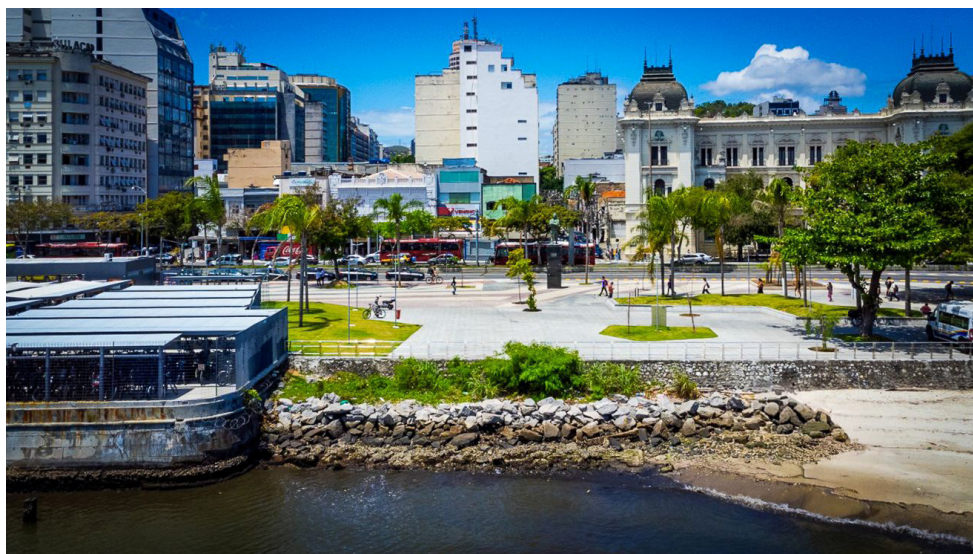
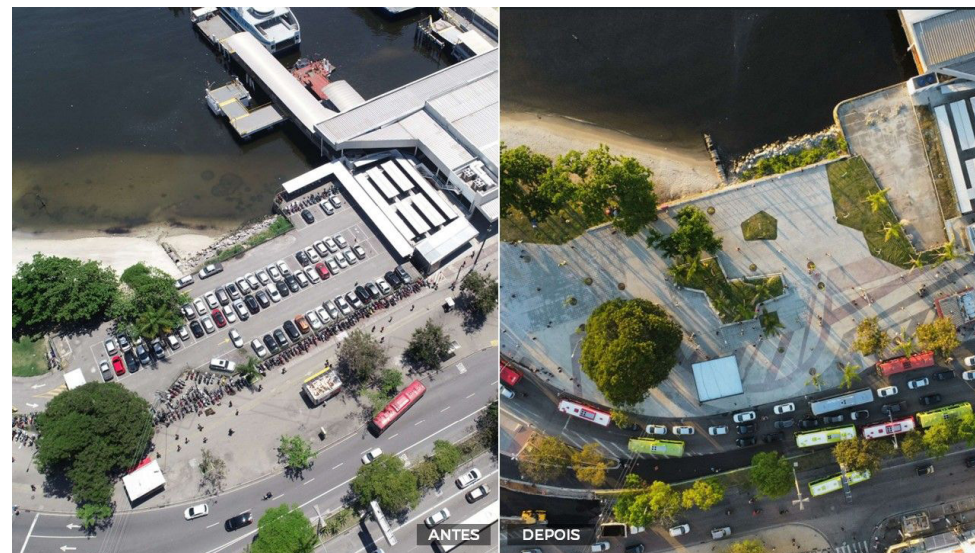


Ilustração de Empreendimento Habitacional em novo loteamento no Centro



Praça Araribóia vista da Baía de Guanabara



Fotografias de antes e depois da intervenção na Praça Araribóia



Imagem do Distrito de Inovação e Economia Criativa da Cantareira



Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

9.1 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.

9.2 Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos.

9.3 Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados.

9.4 Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades.

9.5 Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e

desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento.

9.a Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

9.b Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities.

9.c Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020.

Para saber mais sobre o ODS 9, acesse: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals/goal-9-industry-innovation-and-infrastructure.html>

PROJETOS SELECIONADOS

P#7

Projeto: Paragem de Autocarros Sustentável

Autor(es): Vito Associados, Ltda.

Cliente(s): Conselho Municipal da Cidade da Maxixe e Organizações Não Governamentais

Localização: Cidade da Maxixe, Província de Inhambane, Mozambique

P#18

Projeto: Restauradrilhos

Autor(es): Thiago Thamay e Fabio Pinto da Silva

Cliente(s): Fábrica de Mosaicos de Pelotas; Laboratório de Design e Seleção de Materiais (LDSM-UFRGS)

Localização: Brasil

P#55

Projeto: Onjango Park Villa

Autor(es): Autor Arq. Aquitofel Mananga, Colaboração Arq. Indira Luis e Alexia Janine, Engenharia Humberto Delgado

Cliente(s): Anônimo

Construtora: Power2build

Localização: Luanda, Angola



P#7

PARAGEM DE
AUTOCARROS
SUSTENTÁVEL

Autor(es)
Vino Associados, Ltda.
Nome do(s) Cliente(s)
Conselho Municipal da Cidade da Maxixe e
Organizações Não Governamentais
Imagens
Vino Associados, Lda
Localização
Cidade da Maxixe, Província de Inhambane,
Mozambique
Referência Geográfica
-23.8217461, 35.3093740
Área
12,60 m²
Status
concluído
Data de Elaboração
05/09/2024



O projecto de construção de paragens de autocarro sustentáveis, utilizando tijolos ecológicos que reduzem significativamente a pegada de carbono em comparação com materiais convencionais, estabelece uma relação directa com a Agenda 2030, em especial com o **ODS9**. Com um protótipo funcional já implementado na cidade da Maxixe e a previsão de replicação ao longo da Estrada Nacional n.º 1, o projecto promove infra-estruturas resilientes, acessíveis e ambientalmente sustentáveis.

Esta solução responde de forma concreta às necessidades da comunidade, oferecendo abrigo, segurança e melhores condições de espera para os utilizadores do transporte público, particularmente idosos, crianças e trabalhadores expostos ao sol, chuva e poeira. Ao combinar inovação tecnológica, responsabilidade ambiental e inclusão social, o projecto demonstra como pequenas intervenções urbanas podem gerar impactos significativos na qualidade de vida e contribuir activamente para os princípios de desenvolvimento sustentável definidos pela Agenda 2030.





P#18

RESTAURADRILHOS

Autor(es)
Thiago Thamay e Fabio Pinto da Silva

Nome do(s) Cliente(s)
Fábrica de Mosaicos de Pelotas; Laboratório de Design e Seleção de Materiais (LDSM-UFRGS)

Imagens
Thiago Thamay e Fabio Pinto da Silva

Localização
Brasil

Área
177 m²

Status
em execução

Data de Elaboração
01/11/2023



O projecto Restauradrilhos, desenvolvido em resposta à tragédia climática que inundou o Paço dos Açorianos, em Porto Alegre, estabelece uma relação directa com a Agenda 2030 ao combinar tecnologias 3D e técnicas tradicionais na recuperação de ladrilhos hidráulicos patrimoniais. A iniciativa alia inovação, conservação e sustentabilidade, criando um método replicável para a restauração de bens culturais afectados por eventos extremos, respeitando a autenticidade material e o valor histórico das peças.

No âmbito do **ODS 9**, o projecto utiliza tecnologias de fabrico digital, como a digitalização 3D e a manufatura aditiva, para desenvolver soluções inovadoras e resilientes aplicadas à preservação do património arquitectónico.

Simultaneamente, o **ODS 11** é reforçado através da valorização e salvaguarda do património cultural urbano, contribuindo para a preservação da identidade colectiva e da memória histórica da cidade.

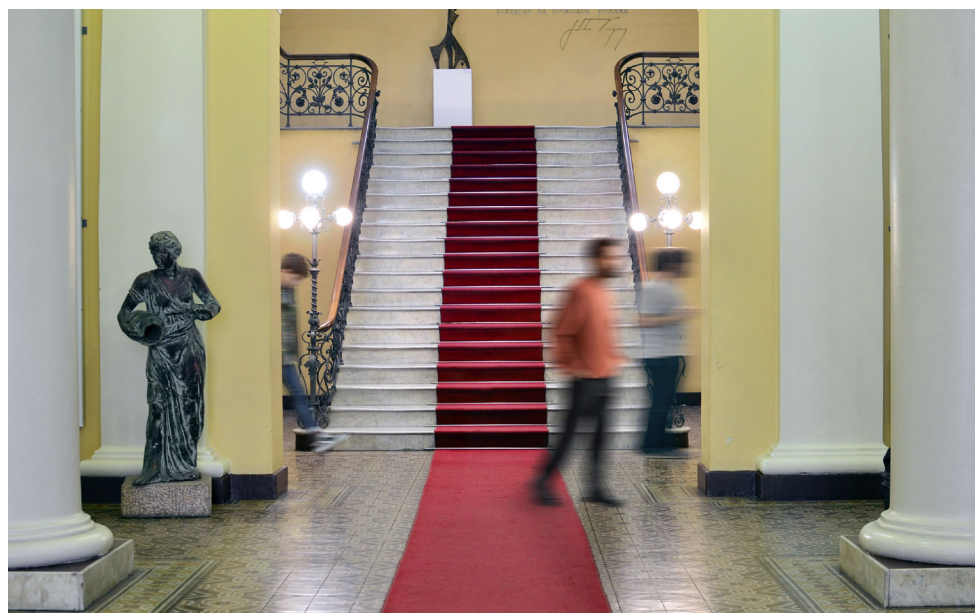
O Restauradrilhos relaciona-se ainda com o **ODS 13**, ao responder aos impactos das alterações climáticas por meio de estratégias de adaptação aplicadas à conservação patrimonial. A utilização de tecnologias digitais reduz desperdícios, evita perdas irreversíveis e promove práticas de restauro mais sustentáveis e resilientes.

Desta forma, o projecto afirma-se como um modelo inovador que integra património, tecnologia e acção climática, encontrando-se plenamente alinhado com os princípios e objectivos da Agenda 2030.

4 MÓDULOS



LADRILHOS DANIFICADOS



131

1º guia cialp para a agenda 2030

Modelagem 2D CAD

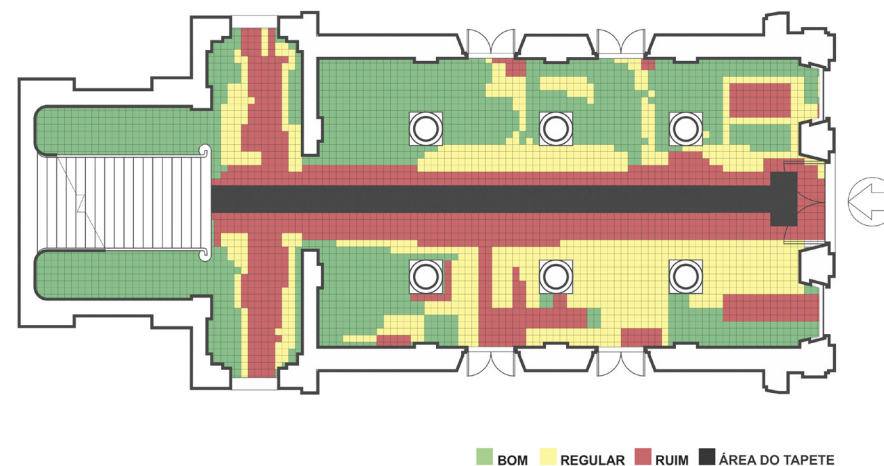
Modelagem 3D para usinagem das matrizes e manufatura aditiva

Tecnologias

Digitalização 3D com scanners Artec EVA e Z+F.

Fabricação Digital

Fabricação das ferramentas: usinagem CNC em aço, impressão 3D em PLA e análise colorimétrica.



Mapa de Danos

132

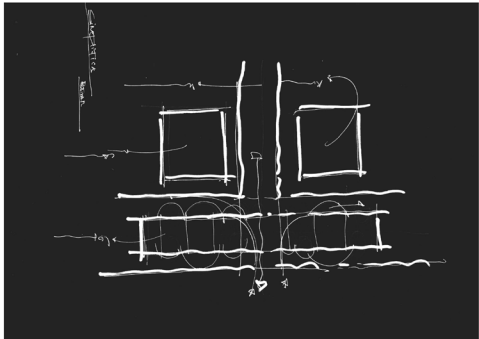
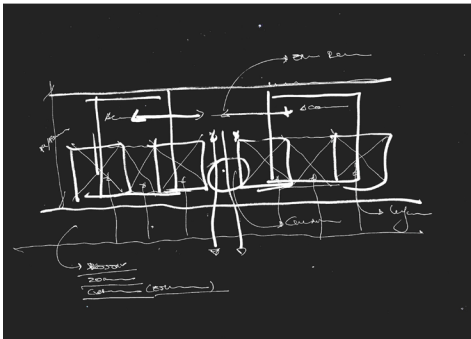
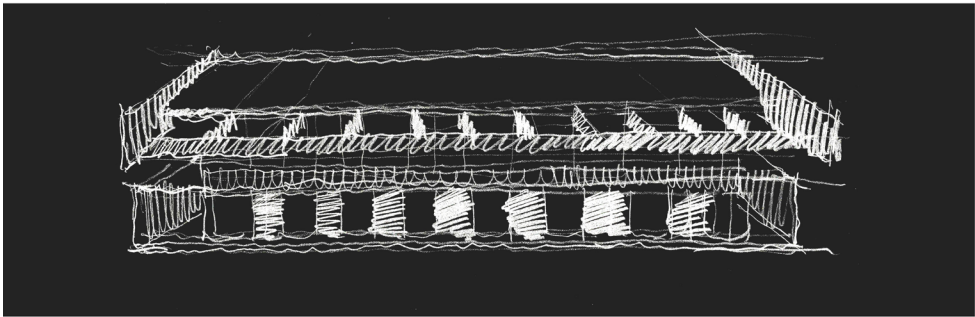
1º guia cialp para a agenda 2030



P#55

ONJANGO
PARK VILLA

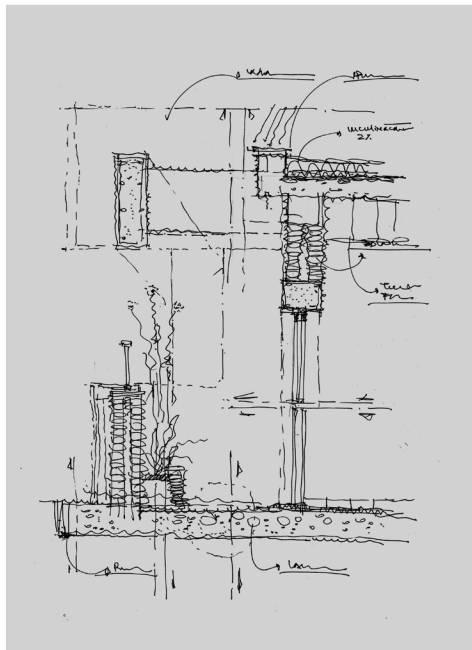
Autor (es)
Arq. Aquitofel Mananga, Arq. Indira Luís.
Engenhario Civil: Humberto Delgado
Cliente: Anônimo
Construtora
Power2build
Imagens
Arqt. Aquitofel Mananga
Localização
Angola, Luanda, Morro Bento
Referência geográfica
8°53'18.61"S 13°11'02.51"E
Área
1300 m²
Status
Em execução
Data de elaboração
27/12/2024



O Odjango Park Villa é um espaço de encontro, construção de identidades e fortalecimento das relações sociais, valorizando a solidariedade, o diálogo e a vida comunitária — fundamentos da cultura angolana. Inspirado no ondjango, tipologia tradicional umbundu que simboliza a casa da conversa e da decisão colectiva, o projecto ressignifica esta herança através da tecnologia de impressão 3D, criando uma ponte entre tradição e inovação.

Organizado em dois pisos, o espaço integra seis lojas no rés-do-chão com área de lazer posterior e três lojas em openspace no piso superior com esplanada frontal, enquanto a planta modular e a área central de convivência reforçam a flexibilidade, a integração social e o dinamismo comunitário.

Em consonância com a Agenda 2030, o projecto contribui directamente para o **ODS 9** ao propor uma infra-estrutura resiliente construída com tecnologia de impressão 3D, promovendo industrialização inclusiva e inovação enraizada na cultura angolana. O Odjango Park Villa demonstra como tradição e tecnologia podem convergir para impulsionar o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento económico local, criando um modelo de equipamento comunitário que alia modernidade construtiva, identidade cultural e dinamismo comercial.



10

REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES



Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

10.1 Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional.

10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.

10.4 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade.

10.5 Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações.

10.6 Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas.

10.7 Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas.

10.a Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC.

10.b Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais.

10.c Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5%.

Para saber mais sobre o ODS 10, acesse: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals/goal-10-reduced-inequalities.html>

PROJETOS SELECIONADOS

P#19

Projeto: Matriz Catalisadora: Reestruturação Arquitetônica no Contexto de Inflexão de Copacabana
Autor(es): Lucas da Silva Freitas
Localização: Rio de Janeiro, Brasil

P#42

Projeto: Pop Out Green Restroom (M3 Sanitário Público da Rua Marginal do Canal das Hortas)
Autor(es): Nuno Soares, Kevin Lam, Vincent Chan e Andreia Soares
Cliente(s): Instituto para os Assuntos Municipais, Governo da Região Administrativa Especial de Macau
Localização: Macau, China

P#57

Projeto: Pavilhão Berimbau
Autor(es): Arq. Aquitofel Mananga
Localização: Luanda, Angola



P#19

MATRIZ
CATALISADORA:
REESTRUTURAÇÃO
ARQUITETÔNICA
NO CONTEXTO
DE INFLEXÃO DE
COPACABANA

Autor(es)
Lucas da Silva Freitas

Imagens
Lucas da Silva Freitas

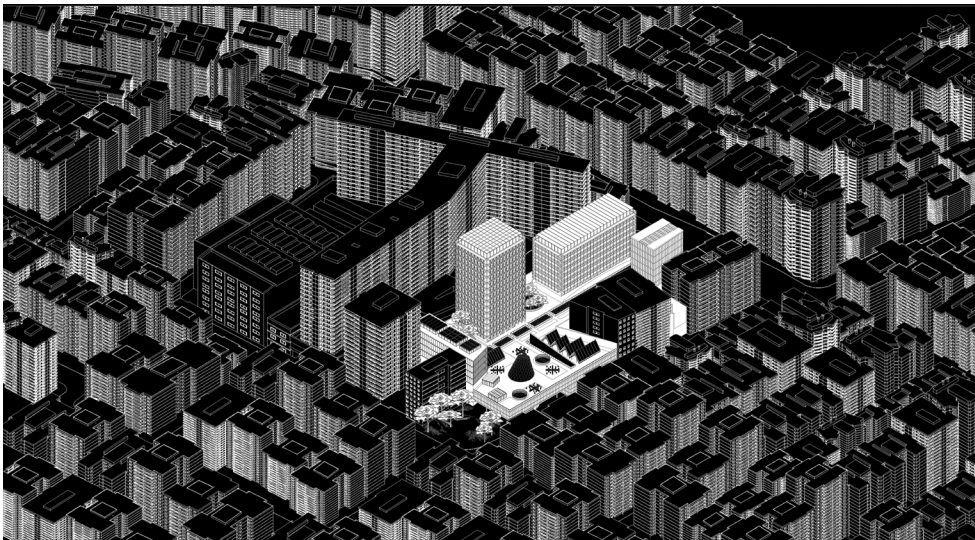
Localização
Rio de Janeiro, Brasil

Referência Geográfica
-22.967360446852084,
-43.187405055864005

Área
45.000 m²

Status
projeto

Data de Elaboração
10/07/2025



O projecto de uso misto, que integra edifícios públicos de saúde, segurança e transporte, bem como torres habitacionais, áreas comerciais e espaços de trabalho, estabelece uma relação abrangente com a Agenda 2030, particularmente com os ODS 3, 9, 10 e 11. Estruturado a partir de uma “placa-mãe” organizada por um eixo central de circulação, o projecto promove uma distribuição eficiente dos fluxos urbanos, articulando mobilidade, habitação, serviços públicos e lazer num sistema integrado e resiliente.

No âmbito do **ODS 3**, a proposta incorpora equipamentos de saúde, desporto e bem-estar, como hospital, parque, piscina, pista de corrida e áreas de convivência, garantindo qualidade de vida para diferentes faixas etárias, especialmente numa região com elevada população idosa.

O **ODS 9** manifesta-se através da criação de uma infra-estrutura urbana inovadora e multifuncional, capaz de concentrar serviços essenciais, transporte público e equipamentos culturais num dos principais pontos de circulação da cidade.

O projecto relaciona-se igualmente com o **ODS 10** ao combater desigualdades socioespaciais numa área marcada por fortes contrastes económicos, promovendo acesso democrático à saúde, mobilidade, lazer e serviços públicos. Simultaneamente, o **ODS 11** é reforçado pela requalificação de uma zona degradada e insegura, transformando-a num espaço urbano inclusivo, sustentável e integrado. Desta forma, o projecto afirma-se como um modelo de planeamento urbano alinhado com os princípios da Agenda 2030, ao unir inovação, equidade social e sustentabilidade territorial.





P#42

POP OUT GREEN RESTROOM (M3 SANITÁRIO PÚBLICO DA RUA MARGINAL DO CANAL DAS HORTAS)

Autor(es)
Nuno Soares, Kevin Lam, Vincent Chan e
Andreia Soares

Nome do(s) Cliente(s)
Instituto para os Assuntos Municipais,
Governo da Região Administrativa Especial
de Macau

Imagens
Urban Practice and Kingsley Leong

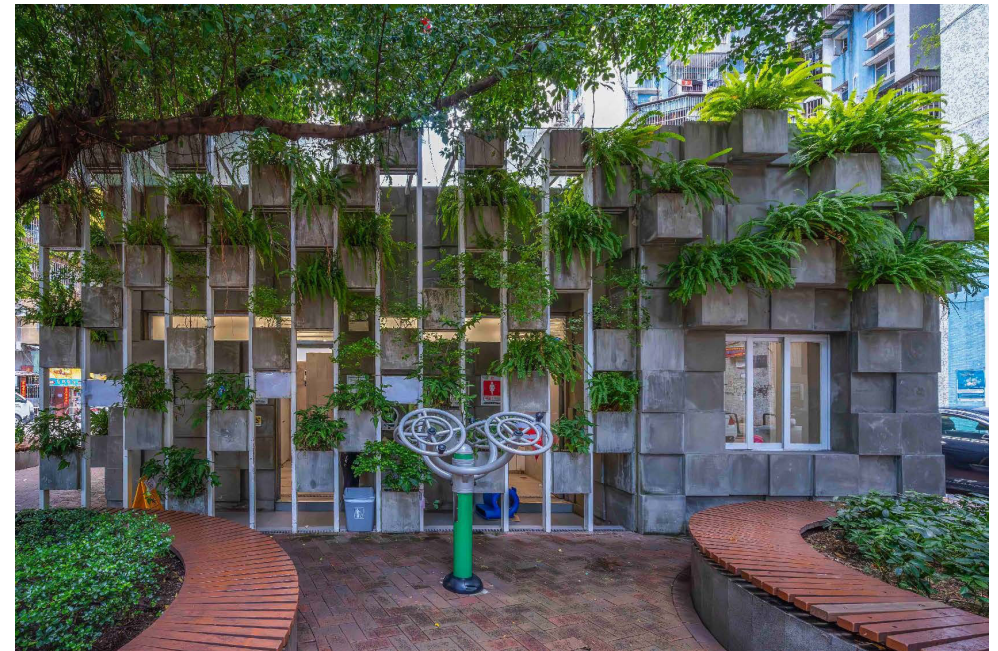
Localização
Macau, China

Referência Geográfica
22.213428, 113.545612

Área
51 m²

Status
concluído

Data de Elaboração
31/05/2021



A casa de banho pública em Toi San, projectada pela Urban Practice, nasce de uma reflexão sobre a relação entre arquitectura, natureza e quotidiano urbano. Inspirado na vegetação espontânea que emerge das fissuras das paredes de Macau, o projecto resulta da reformulação de uma estrutura existente localizada num pequeno parque de bairro, anteriormente marcado pela presença de hortas. As fachadas foram reinterpretadas como um mosaico de 63 vasos modulares em betão pré-fabricado, integrados com cobertura vegetal, criando mais de 100% de cobertura verde. Este sistema contribui para o arrefecimento do espaço interior e transforma o edifício numa paisagem vertical viva, iluminada 24 horas por dia, reforçando uma presença sustentável e profundamente enraizada na vida da comunidade local.

O projecto contribui para o **ODS 3** ao melhorar as condições ambientais do parque, que em Macau se caracteriza pela presença constante de população idosa. O edifício promove conforto térmico, bem-estar físico e psicológico e reforça o papel do espaço público como suporte para uma vida activa e saudável, integrando-se num parque com equipamentos de exercício e utilização contínua ao longo do dia. Relativamente ao **ODS 10**, garante acessibilidade, dignidade e qualidade num equipamento público de uso universal, promovendo igualdade no acesso a serviços básicos, particularmente relevante num contexto urbano com forte presença de população idosa, contribuindo para um espaço urbano mais inclusivo, seguro e qualificado.

No âmbito do **ODS 11**, o projecto valoriza o espaço público como lugar de encontro intergeracional, reforçando a identidade local e a qualidade de vida da comunidade, além de adoptar uma abordagem consciente na gestão de recursos ao reutilizar e reformular uma estrutura existente em vez de a substituir, reduzindo desperdícios e impacto ambiental.

Por fim, relativamente ao **ODS 12**, a inspiração na vegetação espontânea e a integração simbólica da natureza no desenho arquitectónico reforçam a relação entre ambiente construído e ecossistema urbano, promovendo sensibilidade ecológica à escala do bairro.



10

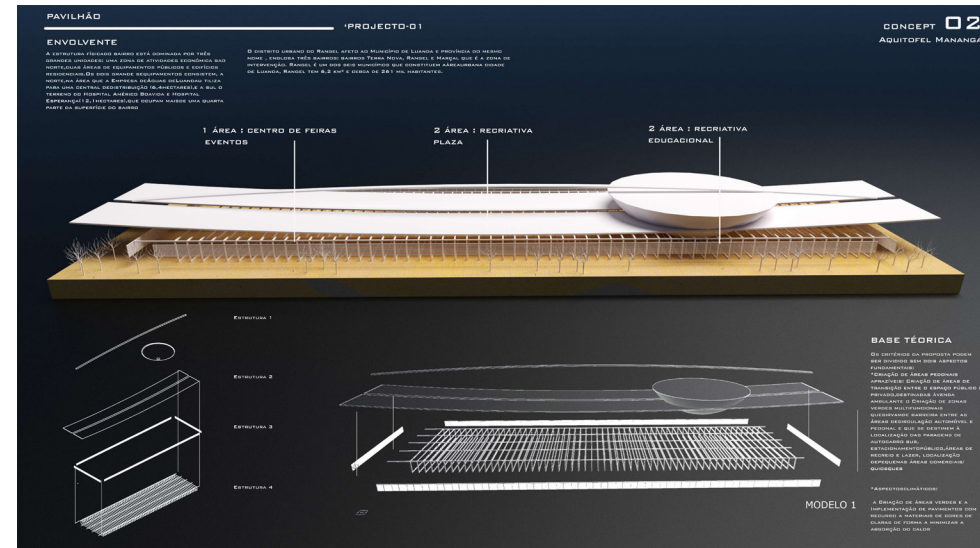
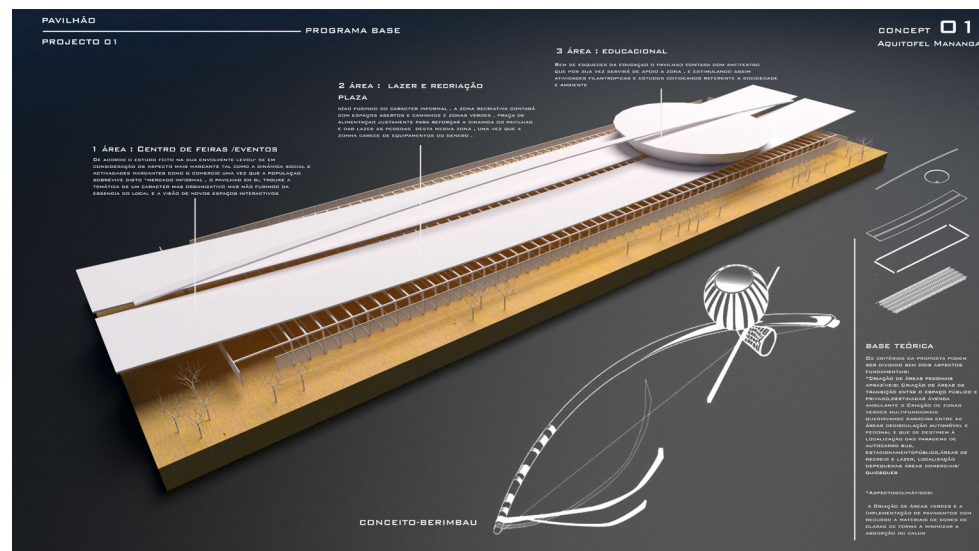
REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES



P#57

PAVILHÃO BERIMBAU

Autor(es)
Arq. Aquitofel Mananga
Imagens
Arqt: Aquitofel Mananga
Localização
Luanda, Angola
Área
10.835 m²
Status
projeto
Data de Elaboração
30/06/2023



O projecto reexamina o modelo de equipamentos públicos no Rangel, em Luanda, questionando as suas limitações e valorizando a construção vernacular aliada à tecnologia. O Pavilhão Cultural Berimbau propõe uma arquitectura de futuro que integra técnicas tradicionais e inovação, articulando identidade e informalidade. Organizado em três áreas — feira e eventos, recreativa e educacional — o equipamento responde às dinâmicas locais, promovendo inclusão, criatividade e dignidade para actividades formais e informais, reforçando o tecido social e urbano.

O Pavilhão contribui para o **ODS 9** ao responder às dinâmicas da informalidade urbana, criando um equipamento público adaptável às necessidades locais de feira, recreação e educação. A integração entre técnicas vernaculares e tecnologia reforça

soluções construtivas adequadas ao clima, à economia local e à durabilidade. Ao combinar saberes tradicionais com inovação — como fabrico digital e novas tecnologias construtivas — o Berimbau estimula cadeias produtivas locais, capacitação técnica e geração de rendimento, valorizando materiais e mão-de-obra locais e promovendo desenvolvimento sustentável.

Relativamente ao **ODS 10**, o projecto promove a redução das desigualdades ao oferecer um equipamento público inclusivo que acolhe tanto actividades formais como informais, valorizando a diversidade socioeconómica da comunidade local e garantindo acesso digno a espaços de cultura, lazer, educação e comércio para populações historicamente marginalizadas nos territórios informais de Luanda.



Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.

2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.

11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.

11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.

11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.

11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.

11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.

11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.

11.c Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.

Para saber mais sobre o ODS 11, acesse: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals/goal-11-sustainable-cities-and-communities.html>

PROJETOS SELECIONADOS

P#2

Projeto: Plano Diretor São Sebastião do Caí

Autor(es): Arq. Dra. Izabele Colusso; Arq. Dr. Marcelo Arioli Heck; Arq. Dra. Alice Rauber Gonçalves; Paulo Roberto de Carvalho e Arq. Larissa Miki Makiyama

Cliente(s): Prefeitura de São Sebastião do Caí

Localização: São Sebastião do Caí, Rio Grande do Sul, Brasil

P#28

Projeto: Kimbópolis

Autor(es): Ilídio Daio

Cliente(s): Governo Provincial do Cuanza Sul

Localização: Waco-Kungo, Angola

P#67

Projeto: Revitalização da Orla do Centro de Niterói

Autores: José Renato da Gama Barandier Junior, Fabrício Arriaga Tavares, Dayse Nogueira Monassa.

Cliente: Prefeitura Municipal de Niterói

Localização: Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

P#2

PLANO DIRETOR SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ



Autor(es)
Arq. Dra. Izabele Colusso; Arq. Dr. Marcelo Arioli Heck; Arq. Dra. Alice Rauber Gonçalves; Paulo Roberto de Carvalho e Arq. Larissa Miki Makiyama

Nome do(s) Cliente(s)
Prefeitura de São Sebastião do Caí

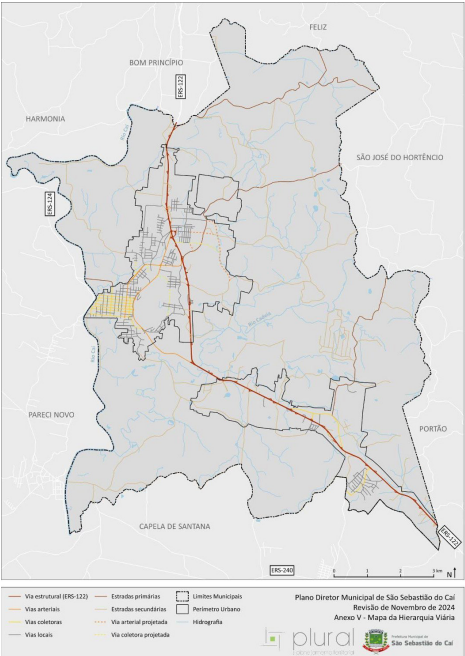
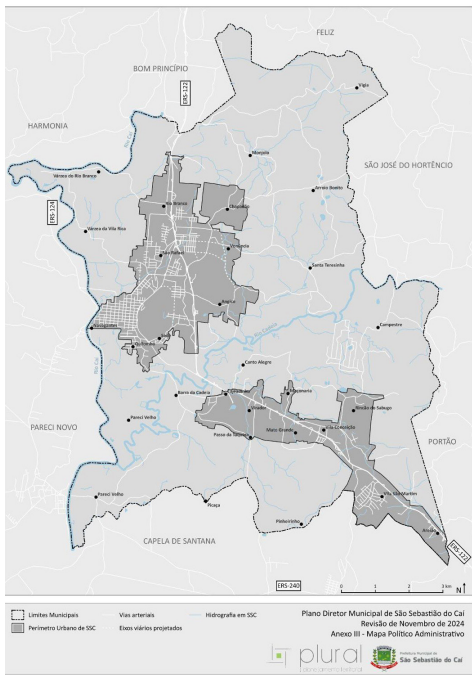
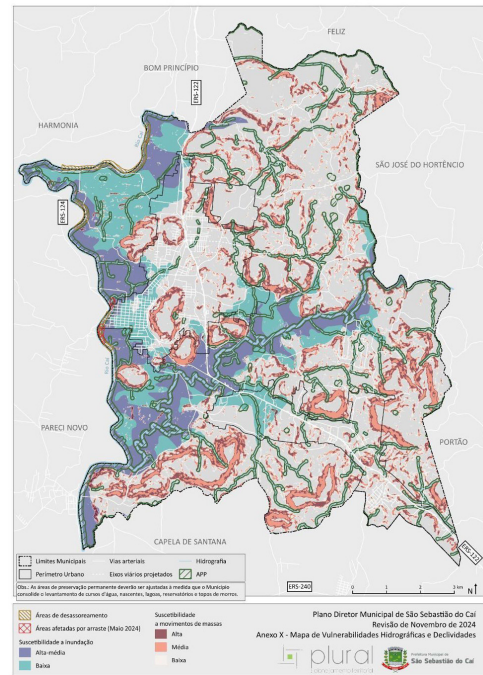
Localização
São Sebastião do Caí, Rio Grande do Sul, Brasil

Referência Geográfica
LAT: 29°35'31.85"S LONG: 51°22'34.75"O

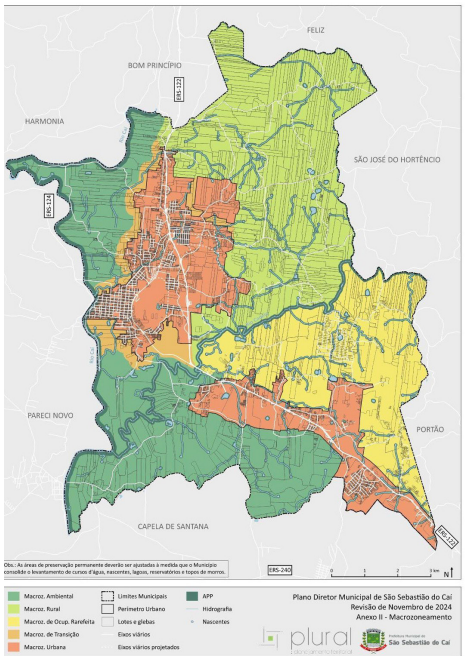
Área
Todo o município

Status
concluído

Data de Elaboração
01/12/2024



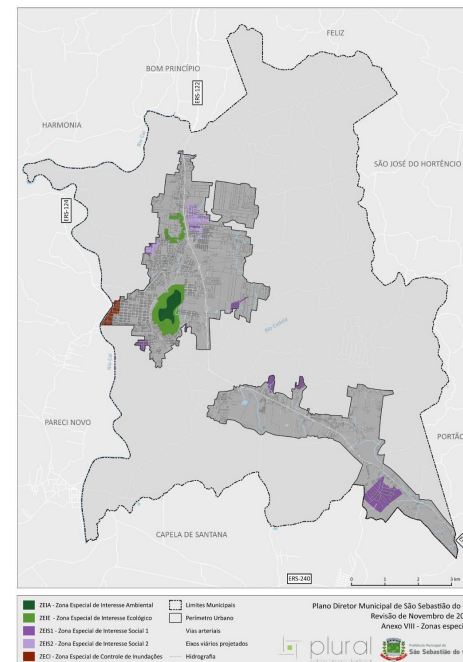
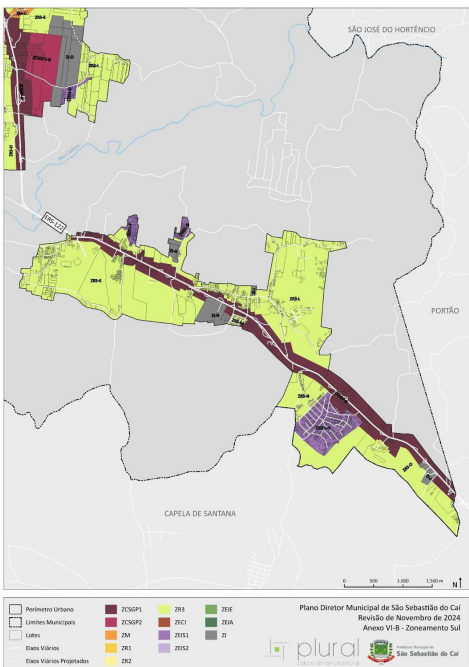
A revisão do Plano Director de São Sebastião do Caí estabelece uma relação fundamental com a Agenda 2030 ao introduzir, de forma pioneira no Rio Grande do Sul, o zonamento de áreas de risco hidrológico e de movimentos de massa no território municipal. Perante cheias que já afectaram cerca de 80% da área urbana, este instrumento estratégico relaciona-se directamente com o **ODS 11**, ao orientar o crescimento da cidade para zonas seguras, evitar novas ocupações vulneráveis e garantir infra-estruturas adequadas. Desta forma, o plano contribui para tornar São Sebastião do Caí uma cidade mais inclusiva, resiliente e ambientalmente sustentável, assegurando habitação digna e reduzindo o impacto dos desastres naturais sobre a comunidade.



Alinhado com o **ODS 13**, o plano actua como uma medida concreta de adaptação às alterações climáticas. Ao integrar o zonamento de áreas sujeitas a inundações e movimentos de massa, reduz vulnerabilidades e previne desastres como as cheias recorrentes que afectam o município e toda a região. Esta abordagem proactiva reforça a resiliência urbana e demonstra como o planeamento territorial pode constituir um instrumento eficaz de mitigação dos efeitos climáticos extremos, protegendo vidas e património.

O projecto relaciona-se ainda igualmente com o **ODS 15** ao incentivar a protecção de áreas naturais e encostas, evitando ocupações irregulares e a consequente degradação ambiental.

Com esta medida, promove-se a recuperação dos ecossistemas e a utilização sustentável do solo, preservando a biodiversidade local. A revisão do Plano Diretor não só organiza o crescimento urbano, como integra prevenção de riscos, justiça socioambiental e conservação da natureza, consolidando-se como um modelo de planeamento.





P#28

KIMBÓPOLIS

Autor(es)
Ilídio Daio

Nome do(s) Cliente(s)
Governo Provincial do Cuanza Sul

Imagens
Ilídio Daio

Localização
Waco-Kungo, Angola

Referência Geográfica
-11.15144765, 13.89783248

Área
1.200 m²

Status
projeto

Data de Elaboração
08/02/2011



O projecto que introduz o neologismo “Rural-polis” para caracterizar uma nova abordagem urbanística nas regiões rurais estabelece uma relação profunda com a Agenda 2030, especialmente com o ODS 11, ao propor organizar, modernizar e sistematizar os hábitos, costumes, técnicas construtivas e o ambiente das comunidades rurais sem romper com a sua essência. A proposta assume-se como um embrião de cidade inspirado na organização socioespacial dos kimbos, onde a convivência, a solidariedade e a relação com o território constituem elementos estruturantes da vida comunitária. Desta forma, o projecto reconhece que o desenvolvimento sustentável não deve resultar da importação de modelos urbanos externos, mas sim da valorização das matrizes culturais, sociais e espaciais já existentes no território.

No que respeita ao **ODS 11**, a Rural-polis promove assentamentos humanos mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis ao tomar como referência os modelos tradicionais de organização comunitária das áreas rurais. A análise crítica das estruturas espaciais locais evidencia um sistema hierárquico de centralidades que envolve a família, os anciãos, as autoridades comunitárias e o soba, demonstrando que estas comunidades já possuem formas próprias de organização territorial e governação que devem ser respeitadas e fortalecidas. O projecto valoriza igualmente a presença da natureza e das áreas verdes como componentes fundamentais do espaço vivido, contrariando modelos urbanos convencionais que frequentemente afastam o ambiente natural do quotidiano das populações.

Desta forma, a Rural-polis propõe um caminho de desenvolvimento que evita os processos de descaracterização cultural e ambiental frequentemente associados à urbanização convencional. O projecto demonstra que é possível conciliar modernidade e tradição, infra-estrutura e solidariedade, planeamento técnico e

saberes ancestrais, contribuindo para um modelo de desenvolvimento territorial mais equilibrado, humano e sustentável, plenamente alinhado com os princípios da Agenda 2030 e com o compromisso de não deixar para trás as populações rurais historicamente marginalizadas.





P#67

REVITALIZAÇÃO DA ORLA DO CENTRO DE NITERÓI

Autores
José Renato da Gama Barandier Junior,
Fabrício Arriaga Tavares, Dayse Nogueira Monassa.

Cliente
Prefeitura Municipal de Niterói

Localização
Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Referência Geográfica
LAT: 22°53'.40,99"S LONG: 43°07'27,09"O

Área
135.000 m²

Status
Concluído

Data de Elaboração
05/03/2023



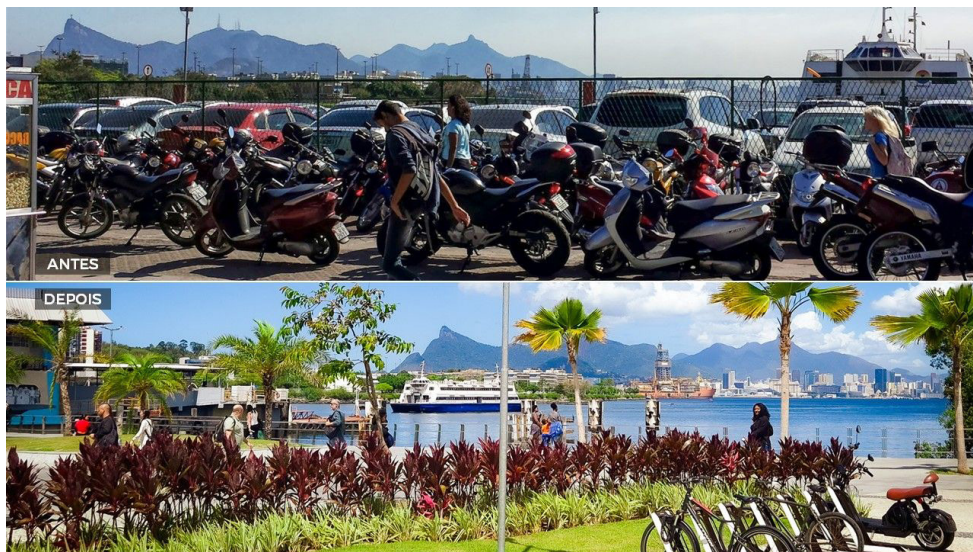
Terminal Sul do Centro de Niterói - Foto: Fabrício Arriaga



Novo espaço público na frente de mar integrado à estação das barcas de Niterói - Foto: Fabrício Arriaga

A revitalização da frente marítima do centro de Niterói constitui um marco urbano e ambiental ao reconciliar a cidade com a sua geografia, reequilibrar prioridades e transformar um antigo território dominado pela circulação automóvel num espaço de vivência, mobilidade e encontro. As intervenções realizadas ao longo da Avenida Visconde do Rio Branco seguiram o conceito de ruas completas, privilegiando os peões, os ciclistas e os transportes públicos colectivos. Neste âmbito, reduziu-se o espaço destinado aos automóveis, implementou-se um corredor exclusivo para autocarros, ampliaram-se as zonas verdes, os passeios pedonais e as passagens seguras, e os espaços urbanos anteriormente subaproveitados foram requalificados. A frente marítima, outrora degradada, foi transformada, promovendo a sustentabilidade urbana e a inclusão social.

O projecto contribui directamente para o **ODS 11**, pois a requalificação da Avenida Visconde do Rio Branco privilegia os peões, os ciclistas e os transportes públicos colectivos através da aplicação do conceito de ruas completas, promovendo uma mobilidade mais inclusiva e menos dependente do automóvel. A ampliação das zonas verdes, dos passeios pedonais e das passagens seguras assegura o acesso da população a espaços públicos de qualidade, enquanto a reconversão do território anteriormente vocacionado para o tráfego rodoviário e a recuperação da frente marítima impulsionam uma urbanização sustentável, reforçam a inclusão social, aumentam a resiliência urbana e contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.



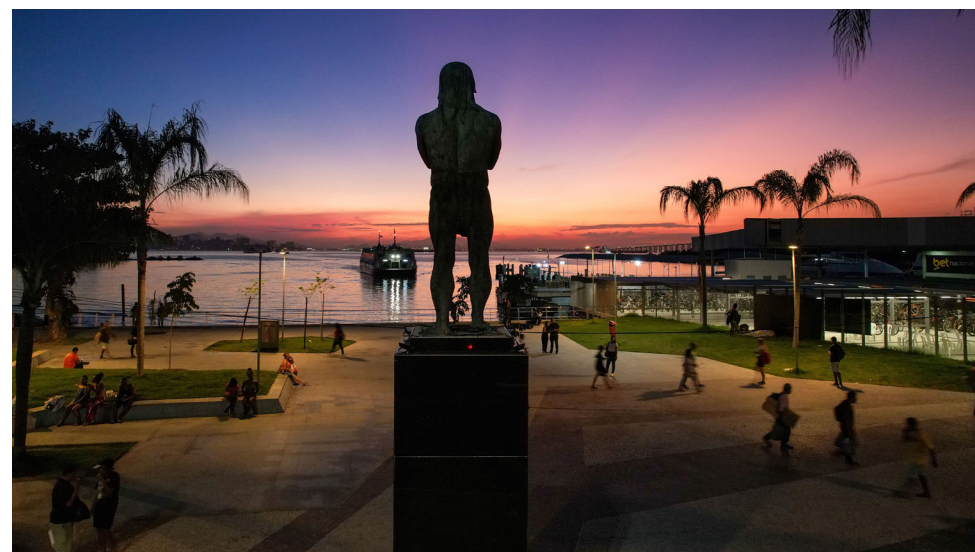
Antes e depois da frente Marítima da Orla do Centro de Niterói - Fotos: Renato Barandier



Nova Ciclovia e paisagismo da Avenida Visconde do Rio Branco - Foto: Fabrício Arriaga



Antes e depois da Avenida Visconde do Rio Branco - Fotos: Fabrício Arriaga



Entardecer na Praça Araribóia com visão desobstruída para Baía de Guanabara - Foto: Fabrício Arriaga



Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

12.1 Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento.

12.2 Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.

12.3 Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.

12.4 Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.

12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.

12.6 Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.

12.7 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.

12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.

12.a Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo.

12.b Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.

12.c Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas.

Para saber mais sobre o ODS 12, acesse: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals/goal-12-responsible-consumption-and-production.html>

PROJETOS SELECIONADOS

P#13

Projeto: Casa Já

Autor(es): Bruno Vedor, Mauro Beca e Hélder Cuambe

Cliente(s): KfW

Localização: Maputo, Moçambique

P#30

Projeto: Escolas Olímpicas - Arena de Handebol e Golbol Jogos Olímpicos Rio 2016 (Arena do Futuro)

Autor(es): Consórcio RioProjetos 2016 (Lopes Santos & Ferreira Gomes Arquitetos + OA | Oficina de Arquitetos): Ana Paula Polizzo, Geraldo de Oliveira Lopes, Gilson Ramos dos Santos, Gustavo de Oliveira Martins e José Raymundo Ferreira Gomes

Cliente(s): Rio-Urbe Empresa Municipal de Urbanização - Prefeitura do Rio de Janeiro

Localização: Rio de Janeiro, Brasil

P#20

Projeto: INOBOC - Blocos estabilizados

Autor(es): Bruno Vedor, Mauro Beca e Helder Cuambe



P#13

CASA JÁ

Autor(es)
Bruno Vedor, Mauro Beca e Hélder Cuambe

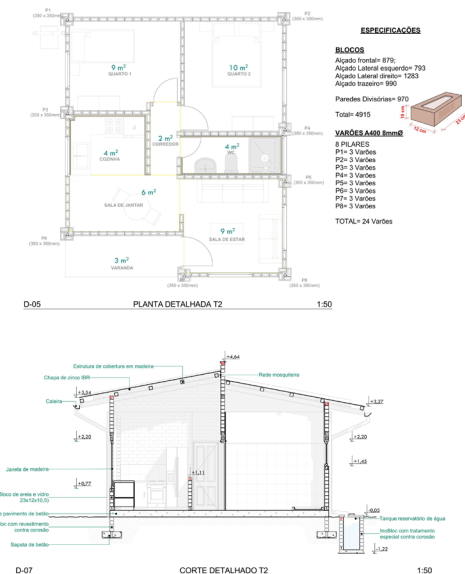
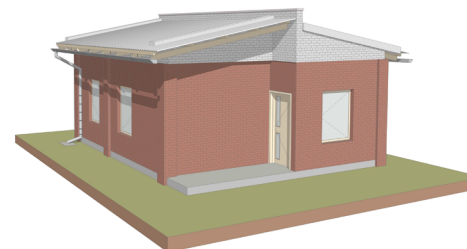
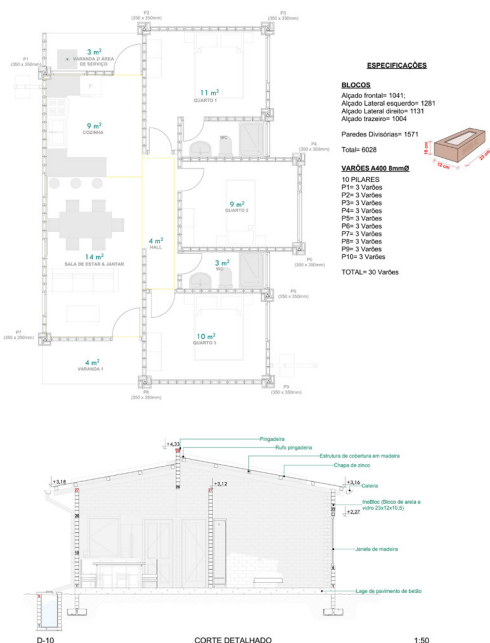
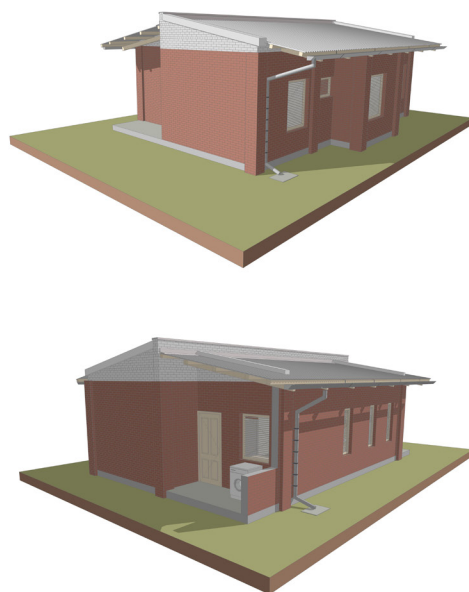
Nome do(s) Cliente(s)
KFW

Imagens
Mauro Beca

Localização
Maputo, Moçambique

Status
projeto

Data de Elaboração
13/08/2021

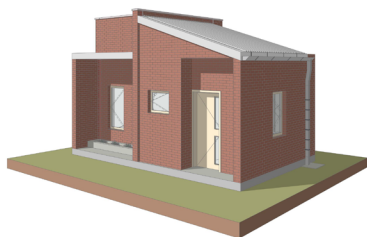


O projecto Casa Já propõe quatro soluções habitacionais acessíveis e sustentáveis para jovens moçambicanos, recorrendo a blocos estabilizados de areia e vidro como alternativa económica aos materiais de construção convencionais. A iniciativa surge como resposta ao elevado custo da construção e às dificuldades de acesso à habitação própria, disponibilizando habitações eficientes, seguras e adaptáveis. Ao integrar materiais reciclados, o projecto reduz os impactos ambientais, promove a inovação e apoia os jovens na concretização de uma habitação condigna.

Em conformidade com a Agenda 2030, o projecto contribui para o **ODS 11** ao promover o acesso a habitação digna, acessível e sustentável para os jovens, reduzindo o défice habitacional e incentivando soluções construtivas adequadas ao contexto local.

A utilização de materiais alternativos de baixo impacto ambiental e a proposta de modelos habitacionais replicáveis reforçam a resiliência urbana, combatem a informalidade e apoiam o desenvolvimento de cidades mais inclusivas, seguras e sustentáveis em Moçambique.

Relativamente ao **ODS 12**, o projecto contribui através da incorporação de materiais reciclados, como o vidro, na produção dos blocos estabilizados de areia, promovendo padrões de consumo e produção sustentáveis. A iniciativa reduz o desperdício de recursos naturais, incentiva a economia circular e demonstra como a inovação tecnológica pode estar aliada à responsabilidade ambiental na construção de habitações de interesse social.



ESPECIFICAÇÕES

BLOCOS

Alçado frontal= 838;
Alçado Lateral esquerdo= 790
Alçado Lateral direito= 569
Alçado traseiro= 765

Paredes Divisórias= 1147

Total= 4109

VARÕES A400 8mmØ

6 PILARES

P1= 3 Varões

P2= 3 Varões

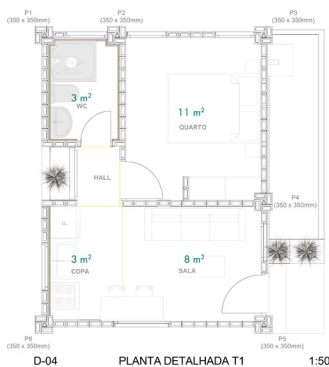
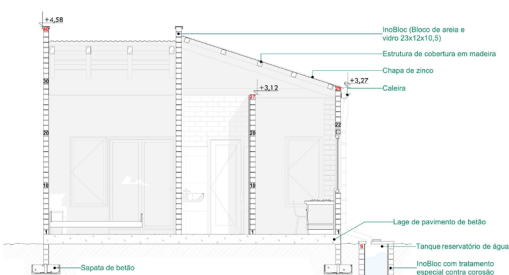
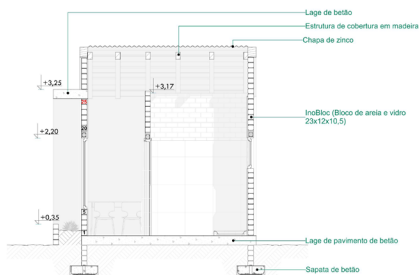
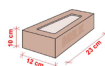
P3= 3 Varões

P4= 3 Varões

P5= 3 Varões

P6= 3 Varões

TOTAL= 18 Varões



ESPECIFICAÇÕES

BLOCOS

Alçado frontal= 734;
Alçado Lateral esquerdo= 594
Alçado Lateral direito= 548
Alçado traseiro= 1561

Paredes Divisórias= 1048

Total= 4485

VARÕES A400 8mmØ

6 PILARES

P1= 3 Varões

P2= 3 Varões

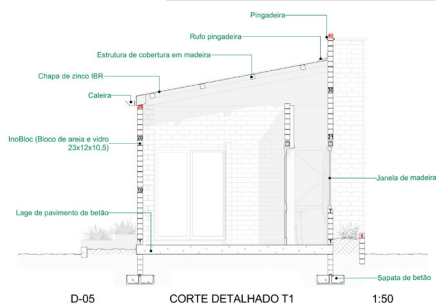
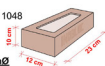
P3= 3 Varões

P4= 3 Varões

P5= 3 Varões

P6= 3 Varões

TOTAL= 18 Varões





P#20

INOBOC - BLOCOS ESTABILIZADOS

Autor(es)
Bruno Vedor, Mauro Beca e Helder Cuambe

Imagens
Bruno Vedor

Status
concluído



O projecto de blocos estabilizados produzidos a partir da mistura de areia e vidro reciclado estabelece uma relação directa com a Agenda 2030, particularmente com o **ODS 12**, ao propor uma solução sustentável e inovadora para o sector da habitação e das infra-estruturas. A iniciativa promove o reaproveitamento de vidro descartado, transformando um resíduo poluente num material de construção útil e de baixo impacto ambiental.

Ao reutilizar vidro reciclado como matéria-prima, o projecto reduz significativamente o volume de resíduos sólidos destinados a aterros e diminui a necessidade de extracção de recursos naturais.

Esta abordagem reforça os princípios da economia circular, promovendo práticas de produção e consumo responsáveis através da reciclagem, da eficiência no uso de materiais e da redução da pegada ambiental da construção civil.

Além de contribuir para soluções construtivas mais acessíveis e sustentáveis, o projecto demonstra que é possível aliar inovação, redução de custos e responsabilidade ecológica, consolidando-se como um modelo prático e replicável.





P#30

ESCOLAS OLÍMPICAS - ARENA DE HANDEBOL E GOLBOL JOGOS OLÍMPICOS RIO 2016 (ARENA DO FUTURO)

Autor(es)

Consórcio RioProjetos 2016 (Lopes Santos & Ferreira Gomes Arquitetos + OA | Oficina de Arquitetos): Ana Paula Polizzo, Geraldo de Oliveira Lopes, Gilson Ramos dos Santos, Gustavo de Oliveira Martins e José Raymundo Ferreira Gomes

Nome do(s) Cliente(s)

Rio-Urbe Empresa Municipal de Urbanização - Prefeitura do Rio de Janeiro

Imagens

Oficina de Arquitetos

Localização

Rio de Janeiro, Brasil

Referência Geográfica: Arena (-22.980403992679527, -43.39221900421692), GET Emiliano Galdino (-22.903434894330534, -43.67247345767134), GET José Mauro de Vasconcelos (-22.849621412193507, -43.46682884232865), GET Mestre Diego Braga (-22.974170464465264, -43.332144557671334), GET Nelcy Noronha (-22.921993870810446, -43.56060809630062)

Área

Arena 24.214m² - Escola modelo: 4.050m²

Status

concluído

Data de Elaboração

01/04/2013



A Arena do Futuro, projectada e construída para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 no Rio de Janeiro, estabelece uma relação exemplar com a Agenda 2030, especialmente com o ODS 12, ao assumir desde a sua concepção os princípios da flexibilidade, adaptabilidade, sustentabilidade e reutilização. Com capacidade para 12 mil espectadores, o edifício acolheu as competições de Andebol e Goalball no Parque Olímpico da Barra da Tijuca e, após o evento, foi integralmente desmontado, tendo os seus componentes sido reaproveitados na construção de quatro escolas municipais localizadas em bairros da zona Oeste do Rio de Janeiro — Bangu, Campo Grande, Rio das Pedras e Santa Cruz — beneficiando entre 1.500 e 2.000 alunos.

No que respeita ao **ODS 12**, o projecto demonstra de forma concreta como os princípios da economia circular podem ser aplicados em grande escala na construção civil. A arena foi concebida como uma estrutura temporária e mutável, enquanto as escolas foram pensadas como edifícios permanentes, sendo ambos os projectos articulados através da reutilização dos componentes construtivos. O sistema estrutural adoptado permitiu adaptar os elementos a diferentes configurações espaciais, reduzindo desperdícios, promovendo eficiência no uso de recursos e evitando a geração massiva de resíduos normalmente associada a grandes eventos.

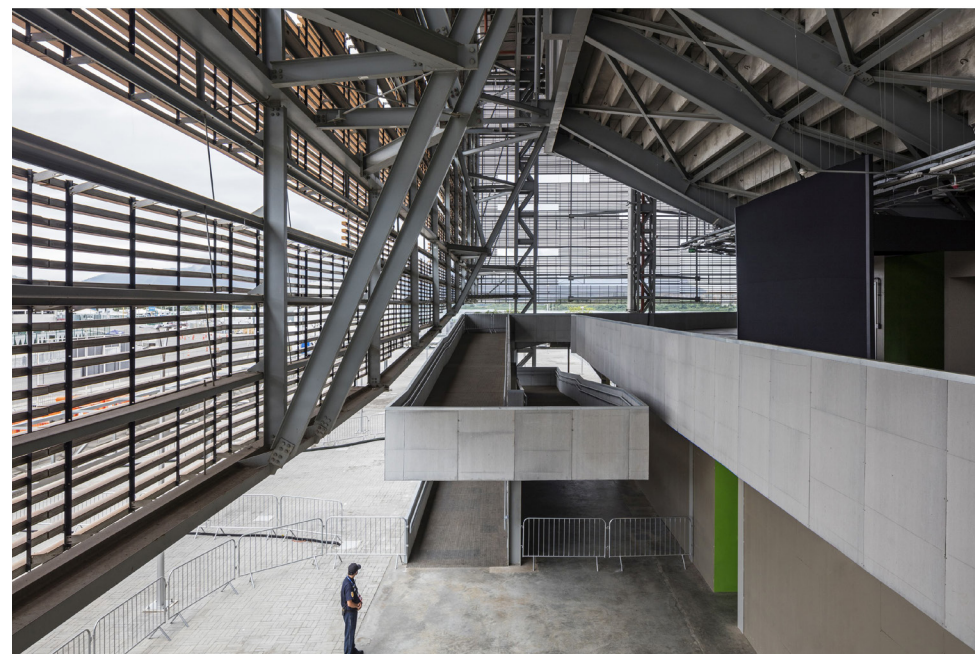
A racionalização dos processos de montagem e desmontagem tornou o sistema economicamente viável e ambientalmente responsável, evidenciando uma mudança de paradigma na arquitectura de megaeventos. Em vez de originar estruturas obsoletas ou “elefantes brancos” após os Jogos, a Arena do Futuro foi concebida com consciência da sua transformação futura e do seu compromisso social, ao converter-se em

infra-estruturas educativas destinadas à periferia carioca. O projecto demonstra, assim, que a arquitectura pode ser entendida como um ciclo contínuo de transformação, no qual materiais e componentes adquirem novas funções sociais ao longo do tempo. Desta forma, a Arena do Futuro afirmou-se não apenas como palco desportivo, mas como um exemplo de inovação, consumo responsável e gestão eficiente de recursos.



175

1º guia cialp para a agenda 2030



176

1º guia cialp para a agenda 2030



Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos (*)

13.1 Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.

13.2 Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais.

13.3 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima.

13.a Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais cedo possível.

13.b Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.

(*) Reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] é o fórum in-ternacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para saber mais sobre o ODS 13, acesse: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals/goal-13-climate-action.html>

PROJETOS SELECIONADOS

P#12

Projeto: Goto Project - Reforço das Infraestruturas Sociais e Económicas no Bairro de Goto, Beira

Autor(es): Bruno Vedor

Cliente(s): KFW

Localização: Beira, Moçambique

P#47

Projeto: Casa da Levada

Autor(es): Tiago Tsou

Cliente(s): João Boggio

Localização: Penafiel, Portugal

P#49

Projeto: Desafiando a Complexidade das Metrópoles Contemporâneas

Autor(es): Daniela Maria Eigenheer

Cliente(s): Prefeitura Municipal de Guarulhos

Localização: Guarulhos, São Paulo, Brasil



P#12

GOTO PROJECT - REFORÇO DAS INFRAESTRUTURAS SOCIAIS E ECONÓMICAS NO BAIRRO DE GOTO, BEIRA

Autor(es)
Bruno Vedor
Nome do(s) Cliente(s)
KfW
Imagens
Bruno Vedor
Localização
Beira, Moçambique
Status
projeto
Data de Elaboração
18/01/2023



O Projecto de Reforço das Infra-estruturas Sociais e Económicas no Distrito de Goto, na Beira, desenvolvido pelo Consórcio COBA e VEDOR para a Administração de Infra-estruturas de Água e Saneamento (AIAS), com financiamento do KfW, estabelece uma relação directa com a Agenda 2030, particularmente com os ODS 11 e 13. A iniciativa integra o Programa de Infra-estrutura Urbana Verde (GUI) e tem como objectivo tornar o bairro mais funcional, seguro e resiliente através da melhoria das infra-estruturas urbanas e da adaptação às alterações climáticas.

No âmbito do **ODS 11**, o projecto promove a requalificação urbana integrada, melhorando sistemas de mobilidade, drenagem, saneamento e espaços públicos, contribuindo para reduzir a vulnerabilidade a inundações e para

transformar assentamentos precários em bairros mais inclusivos e sustentáveis. A intervenção reforça a qualidade de vida da população e promove um planeamento urbano mais organizado e resiliente.

Relativamente ao **ODS 13**, o projecto incorpora medidas concretas de adaptação climática, respondendo à elevada exposição da cidade da Beira a fenómenos extremos. A melhoria dos sistemas de drenagem, a criação de espaços permeáveis e a gestão adequada de resíduos contribuem para reduzir riscos ambientais e minimizar os impactos das cheias e tempestades. Desta forma, o Projecto de Goto afirma-se como um exemplo de cooperação internacional alinhado com os princípios da Agenda 2030, ao integrar justiça social, sustentabilidade urbana e resiliência climática.





P#47

CASA DA LEVADA

Autor(es)
Tiago Tsou

Nome do(s) Cliente(s)
João Boggio

Imagens
Ivo Tavares Studio e Tsou Architectos

Localização
Penafiel, Portugal

Referência Geográfica
41.14041834988667, -8.23711511104668

Área
300 m²

Status
concluído

Data de Elaboração
10/10/2024



A Casa da Levada é uma habitação unifamiliar implantada numa encosta rural, resultante de uma leitura integrada da paisagem, da topografia e dos recursos existentes no local. O projecto adopta a cortiça como material central de expressão e desempenho, assegurando elevado conforto térmico e eficiência energética através de estratégias passivas. A pedra da ruína existente é reutilizada na construção do pátio exterior, reforçando a continuidade material e a memória do lugar. A arquitectura integra ainda uma cobertura ajardinada, promovendo a regulação térmica, a integração paisagística e a redução do impacto ambiental, enquanto os vãos e palas garantem exposição e sombreamento solar adequados às diferentes épocas do ano.

O projecto contribui para o **ODS 8** ao valorizar a utilização da cortiça como material renovável proveniente de uma cadeia de produção sustentável, geradora de emprego qualificado e desenvolvimento económico em territórios rurais. Ao recorrer a um recurso natural gerido de forma responsável e com forte base industrial local, o projecto promove um modelo de crescimento económico associado à inovação, à durabilidade e à valorização dos recursos endógenos. Relativamente ao **ODS 11**, a Casa da Levada promove um modelo de habitação integrado no território e na paisagem rural, respeitando a topografia e a identidade do lugar. A utilização da cortiça, a cobertura ajardinada em continuidade com a paisagem e a reutilização da pedra da ruína existente reforçam a continuidade material e cultural, incentivando práticas de reabilitação, permanência e sustentabilidade do ambiente construído.

No âmbito do **ODS 13**, o projecto contribui para a mitigação das alterações climáticas ao reduzir as emissões de CO₂ incorporadas e operacionais. A utilização extensiva da cortiça, enquanto material de baixo carbono, associada a soluções passivas e à cobertura ajardinada, diminui as necessidades energéticas e melhora o desempenho ambiental do edifício ao longo do tempo.

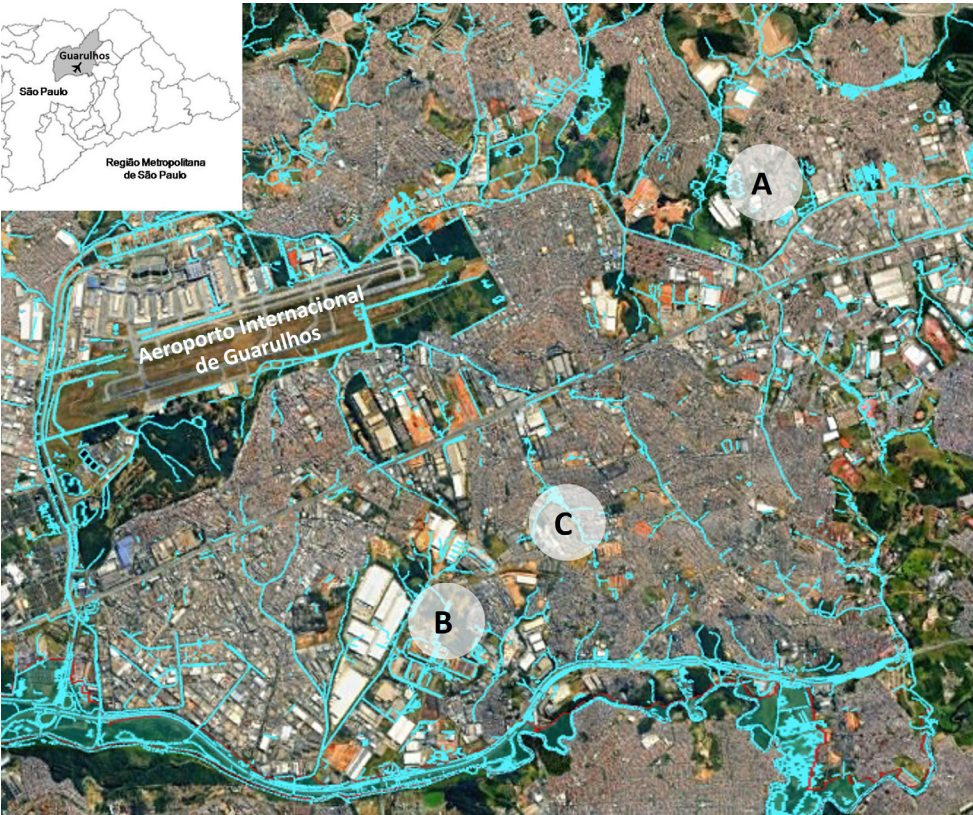
Por fim, relativamente ao **ODS 15**, a implantação do edifício minimiza a artificialização do solo e respeita os sistemas naturais existentes. A cobertura ajardinada e a integração paisagística favorecem a continuidade ecológica do local, promovendo a biodiversidade e reduzindo o impacto da construção sobre o ecossistema terrestre envolvente.





P#49
DESAFIANDO A
COMPLEXIDADE
DAS METRÓPOLES
CONTEMPORÂNEAS

Autor(es)
Daniela Maria Eigenheer
Nome do(s) Cliente(s)
Prefeitura Municipal de Guarulhos
Imagens
Daniela Maria Eigenheer
Localização
Guarulhos, São Paulo, Brasil
Referência Geográfica
- 23.46° S, -46.53° W
Área
A-14 mil m²; B-26mil m²; C-9 mil m²
Status: projeto
Data de Elaboração: 15/11/2025



Município de Guarulhos, localização dos projetos, hidrografia e inserção na Região Metropolitana de São Paulo.
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de base google earth.



Area C : Jardim Ansalca. Requalificação da paisagem urbana.
Fonte: Fotos e ilustração elaboradas pelo autor.

O projeto **Desafiando a Complexidade das Metrôpoles Contemporâneas** propõe conjuntos habitacionais destinados ao adensamento urbano, à regularização fundiária e à requalificação de áreas públicas e zonas de risco localizadas na Região Metropolitana de São Paulo. Estas áreas foram informalmente ocupadas ao longo do tempo e atualmente exigem intervenções articuladas entre os setores público e privado, capazes de equilibrar as necessidades sociais e ambientais com a viabilidade econômica.

O desenvolvimento dos três projetos urbanos contou com apoio financeiro da Secretaria de Habitação do Município e do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, além de suporte acadêmico da Universidade Mackenzie (São Paulo) e do DASTU – Departamento de Estudos Urbanos da Politécnica de Milão.

As propostas adotam o adensamento urbano e a padronização das edificações como estratégias para a racionalização de custos, o aumento da eficiência construtiva e a otimização da produção de habitação condigna em áreas consolidadas, mas ainda carentes de infraestruturas adequadas, contribuindo para a redução do déficit, e da dispersão urbana precária e onerosa.

Os edifícios, com cerca de nove pavimentos e oito unidades por andar, são implantados de forma a evitar a repetição monótona de torres e garantir adequada insolação e ventilação das unidades. Essa disposição proporciona conforto térmico e visual, e contribui para a eficiência energética das edificações.

Paralelamente, a recuperação de áreas de várzea ocupadas de forma precária, além de contribuir para um adensamento urbano qualitativo, aumenta a resiliência climática, reduz enchentes, regula a drenagem natural e o microclima, protege a biodiversidade e promove o convívio e o bem-estar social.

Em alinhamento com a **Agenda 2030**, os projetos contribuem diretamente para:

ODS 11, ao atuar na regularização fundiária, no adensamento controlado e na requalificação de áreas informais e de risco, promovendo não apenas o acesso à habitação digna em áreas consolidadas, mas também a sua integração com o entorno através da criação de espaços comunitários e fachadas ativas destinadas a atividades produtivas, geração de rendimento e inclusão social.

ODS 13, ao atuar na regeneração ambiental, reduzem-se as vulnerabilidades, mitigam-se os impactos de fenômenos extremos, e promove-se uma relação mais equilibrada entre urbanização, ambiente e clima. Desta forma, reforça-se a capacidade de adaptação das comunidades face aos desafios colocados pelas alterações climáticas, bem como o papel do projeto urbano como instrumento de resiliência e transformação da paisagem urbana, da escala local à metropolitana.



- ❖ Novas unidades 532.
- ❖ Reassentamento 270 unid.
- ❖ Disponíveis 262 unid.



Área A : Vila Nova Bom Sucesso - Adensamento Urbano e Regeneração de Áreas Verdes
Fonte: Projeto elaborado pelo autor. Fotos e implantação elaboradas a partir de base google maps.



- ❖ Novas unidades 500.
- ❖ Reassentamentos 260 unid.
- ❖ Disponíveis 240 unid.

Enchentes aprox. 60 und.
Deslizamento aprox. 100 und.
Deslizamento aprox. 100 und.

Áreas a serem regularizadas 26.431,51 m2.
Infraestrutura de Transporte e Saneamento.
Regeneração de Áreas Verdes.
Equipamento Social: Escola, Creche, Hospital.
Reassentamento e adensamento urbano.

Área B : Jardim Vermelhão - Adensamento Urbano e Regeneração de Áreas Verdes
Fonte: Implantação elaborada pelo autor a partir de base google maps.



- ❖ Novas unidades 288.
- ❖ Reassentamentos 100 unid.
- ❖ Disponíveis 188 unid.

Enchente e Deslizamento
aprox. 100 unid.

Regeneração de Áreas Verdes.
Infraestrutura de Transporte e Saneamento.
Equipamento Social.
Reassentamento e Adensamento Urbano.

Área C : Jardim Ansalca - Adensamento Urbano e Regeneração de Áreas Verdes
Fonte: Implantação elaborada pelo autor a partir do google maps. Fotos tiradas pelo autor.



Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

14.1 Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.

14.2 Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos.

14.3 Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis.

14.4 Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas.

14.5 Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível.

14.6 Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada,

e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio.

14.7 Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo.

14.a Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos.

14.b Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados.

14.c Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS [Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar], que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do "Futuro Que Queremos".

Para saber mais sobre o ODS 14, acesse: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals/goal-14-life-below-water.html>

PROJETOS SELECIONADOS

P#4

Projeto: Campus Universitário da Universidade Técnica do Atlântico

Autor(es): Carlos Hamelberg e Eduardo Antunes

Cliente(s): Universidade Técnica do Atlântico e NOVAMONTI

Localização: Mindelo, Cabo Verde

P#15

Projeto: Cruisse e Jamali

Autor(es): Bruno Vedor e Hélder Cuambe

Cliente(s): MEF e GoM

Localização: Nampula, Moçambique

P#33

Projeto: TETRIS - Território de Reintegração Social para comunidade de Roque Santeiro

Autor(es): Sofia de Albuquerque Tavares Cruz e Vera Christine Freire

Cliente(s): Projeto para Comunidade de Roque Santeiro

Localização: Recife, Pernambuco, Brasil



P#4

CAMPUS
UNIVERSITÁRIO
DA UNIVERSIDADE
TÉCNICA DO
ATLÂNTICO

Autor(es)

Carlos Hamelberg e Eduardo Antunes

Nome do(s) Cliente(s)

Universidade Técnica do Atlântico e NOVAMONTI

Imagens

Gerson Andrade

Localização

Mindelo, Cabo Verde

Referência Geográfica

714499.88 m E, 1865731.73 m N

Área

23.855 m²

Status

projeto

Data de Elaboração

02/11/2024



- LEGENDA:
- 01- Biblioteca

02- Auditório: 230 lugares

03- Multiusos/Cafetaria

04- Residência Estudantil 500 alunos

05- Cantina

06- Área desportiva

07- Salas e Laboratórios

08- Serviços Académicos

09- Espaços Co-Working

10- Área de Eventos

11- Gabinete de Funcionários

12- Residência de Professores Visitantes

O Campus Universitário da Universidade Técnica do Atlântico, localizado no Mindelo, estabelece uma relação estratégica com a Agenda 2030 ao posicionar-se como um eixo catalisador de transferência de conhecimento científico e tecnológico, promovendo soluções inovadoras, serviços à comunidade, formação contínua e empreendedorismo. O projecto visa integrar Cabo Verde no Atlântico Médio e impulsionar a Economia Azul, desenvolvendo capital humano especializado e alinhando o ensino superior com padrões internacionais, numa parceria público-privada fundamental para o progresso nacional e regional.

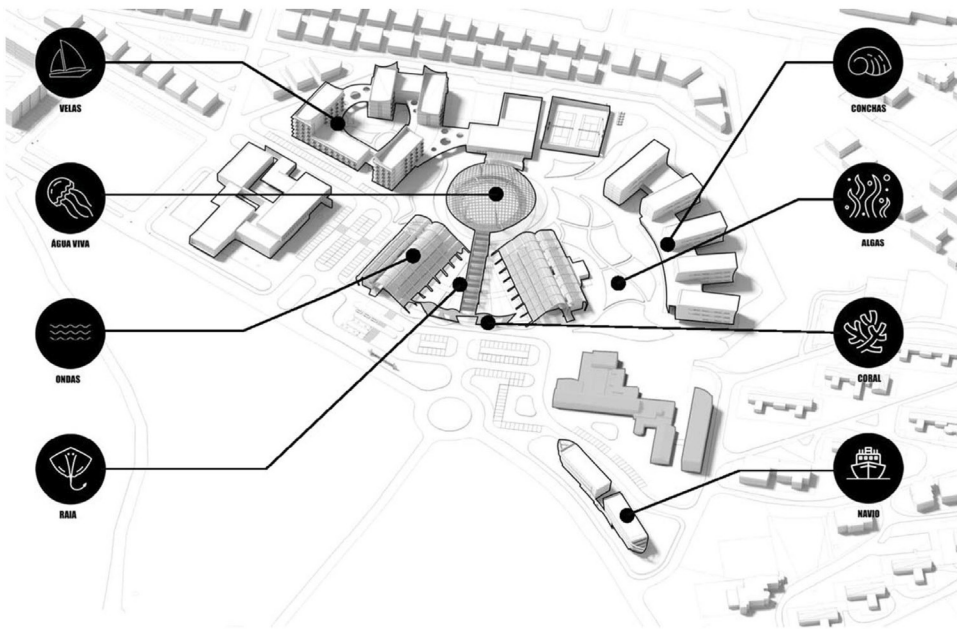
No domínio da educação, o campus relaciona-se directamente com o **ODS 4** ao promover a criação de um espaço académico moderno, inclusivo e acessível, potenciando a formação técnica e científica de excelência. Esta base educacional qualificada é complementada

pelo **ODS 9**, uma vez que o projecto aposta em infra-estruturas sustentáveis, resilientes e tecnologicamente actualizadas, favorecendo a investigação e a inovação como motores do desenvolvimento local e regional.

A integração do campus com a cidade do Mindelo reflecte os princípios do **ODS 11**. Concebido como um “oásis verde”, aberto ao público e integrado na malha urbana, o projecto reforça a sustentabilidade e a mobilidade urbana, criando um espaço de convivência que beneficia não apenas a comunidade académica, mas toda a população. No que respeita ao combate às alterações climáticas, o **ODS 13** é contemplado através de soluções arquitectónicas bioclimáticas, ventilação natural e paisagismo adaptado ao contexto insular, reduzindo a pegada ecológica do campus e aumentando a sua resiliência ambiental.

O campus relaciona-se directamente com o **ODS 14** ao adoptar a Economia Azul como conceito central da missão da Universidade Técnica do Atlântico, promovendo conhecimento e práticas sustentáveis ligadas ao oceano.

Simultaneamente, o **ODS 15** é contemplado através da utilização privilegiada de vegetação autóctone e da preservação dos ecossistemas locais no desenho paisagístico. O Campus Universitário do Mindelo consolida-se como um modelo de planeamento que integra educação de excelência, inovação tecnológica, justiça urbana e protecção ambiental.





P#15

CRUISSE
E JAMALI

Autor(es)

Bruno Vedor e Hélder Cuambe

Nome do(s) Cliente(s)

MEF e GoM

Imagens

Hélder Cuambe

Localização

Nampula, Moçambique

Status

projeto

Data de Elaboração

17/12/2024

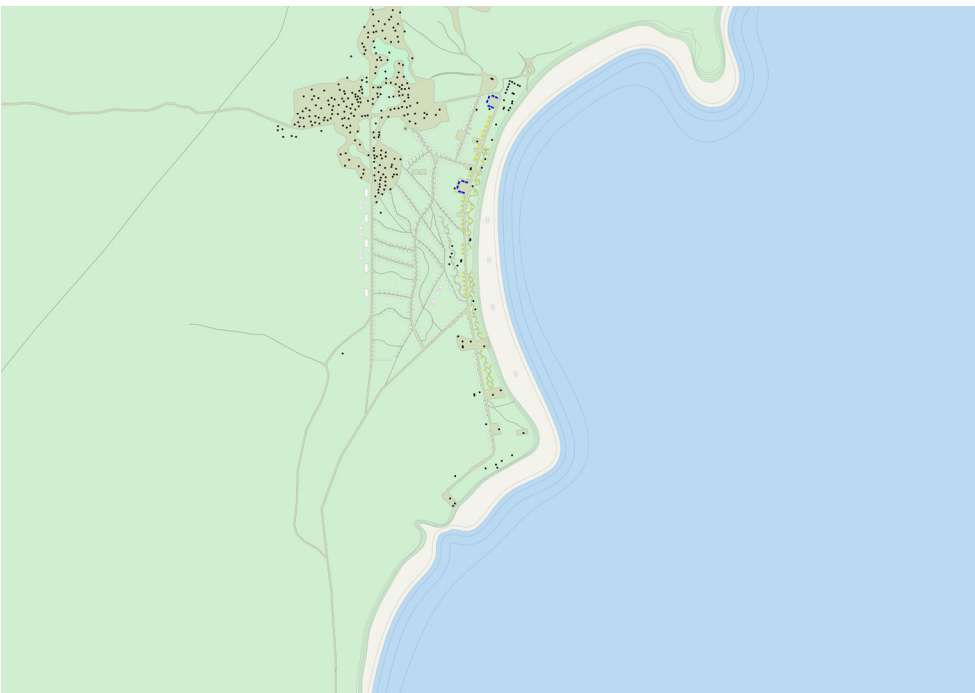


O projecto de desenvolvimento turístico gradual e controlado para Crusse e Jamali estabelece uma relação consistente com a Agenda 2030 ao promover um modelo de turismo sustentável que valoriza as comunidades locais, preserva a autenticidade cultural e protege as paisagens naturais. O Plano Director propõe uma oferta turística diversificada, orientada para o bem-estar e para experiências ligadas à natureza, evitando modelos de exploração predatória e assegurando a conservação das áreas ambientalmente sensíveis.

No âmbito do **ODS 8**, o projecto incentiva investimentos responsáveis e promove o turismo como motor de desenvolvimento económico inclusivo, criando oportunidades de emprego e valorizando actividades locais ligadas aos serviços, cultura e turismo

comunitário. Ao envolver directamente as populações locais na cadeia económica do turismo, garante-se que os benefícios gerados permaneçam no território e reforcem a economia regional de forma sustentável.

Relativamente ao **ODS 14**, o Plano Director contribui para a protecção dos ecossistemas costeiros e marinhos através da definição de zonas de conservação e da limitação de ocupações em áreas sensíveis, como mangais, recifes e dunas. Esta abordagem reduz impactos ambientais, preserva a biodiversidade marinha e promove um equilíbrio entre crescimento económico e conservação dos recursos naturais. Desta forma, o projecto afirma-se como um modelo de planeamento turístico sustentável.





P#33

TETRIS - TERRITÓRIO DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL PARA COMUNIDADE DE ROQUE SANTEIRO

Autor(es)

Sofia de Albuquerque Tavares Cruz e Vera Christine Freire

Nome do(s) Cliente(s)

Projeto para Comunidade de Roque Santeiro

Imagens

Sofia de Albuquerque Tavares Cruz

Localização

Recife, Pernambuco, Brasil

Referência Geográfica

-8.067866913695685,
-34.89378100980071

Área

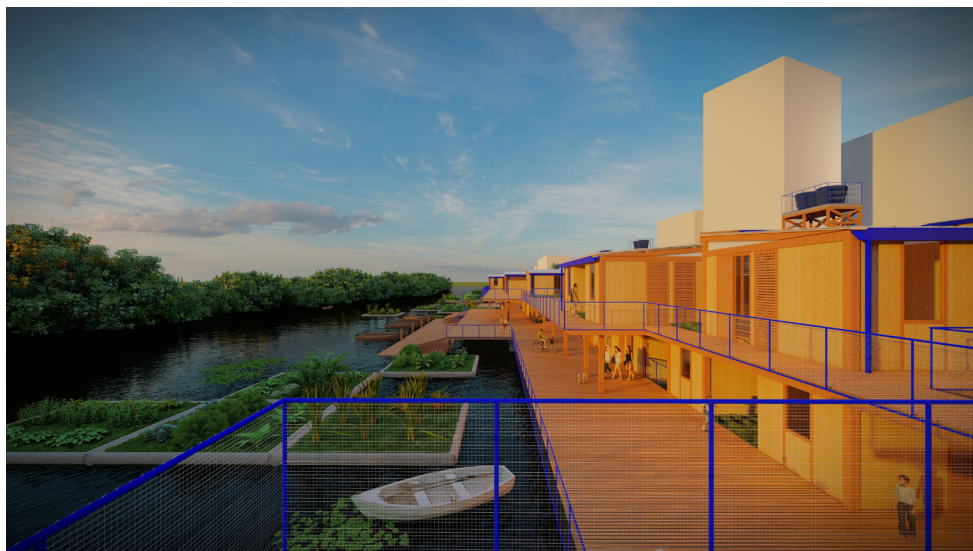
8.532 m²

Status

projeto

Data de Elaboração

10/06/2025

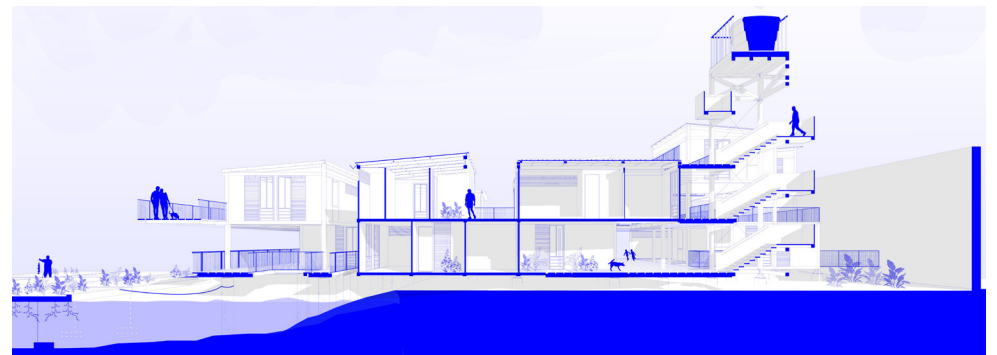
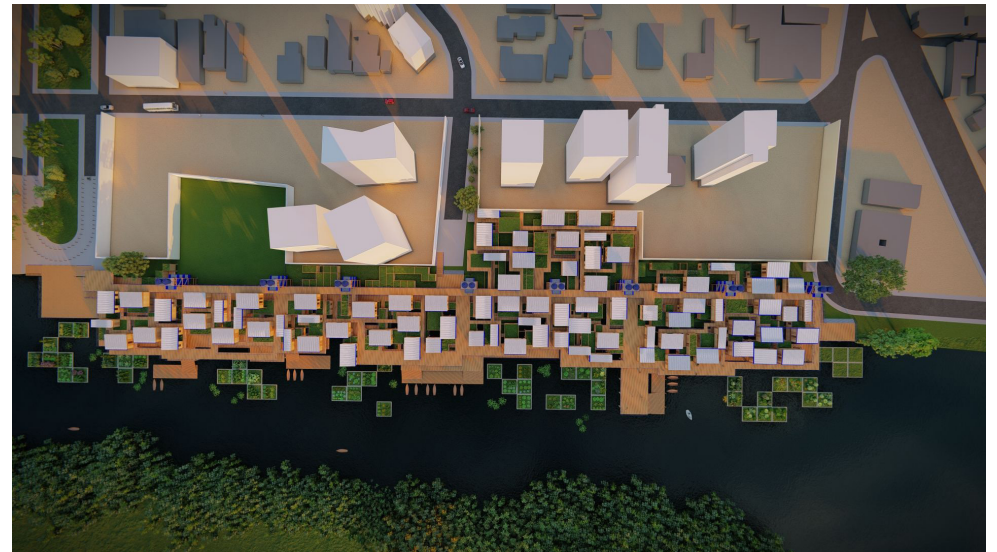


O projecto propõe um estudo preliminar de habitação social para a comunidade palafítica de Roque Santeiro, no Recife-PE, criticando os modelos habitacionais convencionais, como os blocos “tipo H”, que geraram dificuldades de adaptação para a população parcialmente realojada no Conjunto Habitacional Sérgio Loreto. A investigação reconhece o sentido de pertença ribeirinho, questiona a implementação de parques como vector de gentrificação verde e sugere uma releitura contemporânea da tipologia palafítica, integrando ilhas flutuantes, fitorremediação e agricultura urbana, reforçando a relação entre habitação, ambiente e rio.

Em consonância com a Agenda 2030, o projecto contribui para o **ODS 6** ao incorporar dispositivos de fitorremediação e mitigação da poluição do rio Capibaribe, actuando na melhoria da qualidade da água em áreas urbanas vulneráveis. Relativamente ao **ODS 10**, combate processos de exclusão socioespacial e remoção forçada, reconhecendo a

arquitetura palafítica como legítima e reduzindo desigualdades no acesso à habitação e à paisagem. No âmbito do **ODS 11**, promove habitação social inclusiva, segura e adequada, articulando justiça ambiental, direito à cidade e infra-estrutura verde, evitando processos de gentrificação verde.

O projecto relaciona-se igualmente com o **ODS 12**, ao incentivar práticas produtivas locais e o uso consciente dos recursos naturais através da agricultura urbana; com o **ODS 13**, ao adoptar soluções resilientes para zonas sujeitas a inundações, reforçando a adaptação às alterações climáticas; e com o **ODS 14**, ao contribuir para a recuperação de ecossistemas aquáticos urbanos e para o restabelecimento da relação simbiótica entre a comunidade e o rio. Deste modo, o projecto articula justiça ambiental, direito à cidade e sustentabilidade, apresentando uma alternativa crítica e integrada aos modelos habitacionais convencionais.



15

VIDA TERRESTRE



Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

15.1 Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.

15.2 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente.

15.3 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo.

15.4 Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável.

15.5 Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas.

15.6 Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos.

15.7 Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem.

15.8 Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias.

15.9 Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planeamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas.

15.a Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.

15.b Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento.

15.c Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável

Para saber mais sobre o ODS 15, acesse: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals/goal-15-life-on-land.html>

PROJETOS SELECIONADOS

P#25

Projeto: Parque das Dunas

Autor(es): Quintau Arquitetura

Paisagística: Thiago Frizon, Fernanda Rabelo, Thiago Brito, Artur Souto, Laura Nomizo, Heloisa Farache e Hélika Limeira

Cliente(s): IDEMA - Instituto do Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte

Localização: Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

P#72

Projeto: Proposta Urbanística Viaduto

Autor(es): **Artur Barjonas Cassinda**

Cangombe, Nzuzi Pedro e Adilson Camuango

Localização: Angola, Luanda

P#69

Projeto: Regeneração Salinas de Sal-Rei Boa Vista Cabo Verde

Autor(es): Limarchitect Arquitetura e Urbanismo – Arq. Gersílio Lima

Cliente(s): Câmara Municipal da Boa Vista - Cabo Verde

Localização: Sal-Rei, Boa Vista, Cabo Verde



P#25

PARQUE DAS DUNAS

Autor(es)

Quintau Arquitetura Paisagística: Thiago Frizon, Fernanda Rabelo, Thiago Brito, Artur Souto, Laura Nomizo, Heloisa Farache e Hélika Limeira

Nome do(s) Cliente(s)

IDEMA - Instituto do Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte

Imagens

Quintau Arquitetura Paisagística

Localização

Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

Referência Geográfica

5°48'19"S 35°11'46"W

Área

7.800 m²

Status: projeto

Data de Elaboração: 20/06/2025



O masterplan do Bosque dos Namorados foi elaborado em 2025, fruto de um acordo técnico com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA), com vista a modernizar as infraestruturas existentes e a valorizar os atributos ambientais da área. Para orientar o planeamento, definiram-se três eixos norteadores alinhados com a Agenda 2030, especialmente com os ODS 3, 13, 15 e 17: Requalificar, direcionado para a implantação e renovação de equipamentos e mobiliário; Educar, voltado para a promoção de áreas de aprendizagem e sensibilização ambiental; e Regenerar, dedicado à recuperação de zonas degradadas.

Desde a fase inicial dos estudos, priorizou-se uma abordagem colaborativa. Diagnósticos e entrevistas com a comunidade subsidiaram a identificação de exigências locais que se desdobraram

em propostas específicas: a criação da Arena Tatu, da Oficina das Artes, do Borboletário, do Jardim Temático Mata Atlântica e do Memorial; a remodelação do pórtico de entrada; a reativação do lago através de tratamento biológico; a inserção de um café integrado em ambientes de coworking e biblioteca; e o redesenho dos passeios, com a adoção de materiais drenantes e mobiliário ergonômico. Esta atualização programática intenciona ampliar e consolidar o caráter multifuncional do Bosque. Ademais, o desenho projetado procura criar condições favoráveis ao estabelecimento de parcerias permanentes com universidades, escolas e instituições de investigação, o que poderá fomentar a governação ambiental, a participação social e a execução de políticas públicas sustentáveis, em consonância com as redes de cooperação previstas no **ODS 17**.

No âmbito do **ODS 15**, são priorizadas estratégias de restauração ecológica, incluindo a identificação e substituição de espécies exóticas invasoras que comprometem o bioma local, bem como a regeneração natural assistida, enriquecida com espécimes nativos para ampliar a biodiversidade. Está também prevista a implantação de um viveiro de germinação destinado ao manejo interno, associado ao beneficiamento de sementes e à aclimação de plantas. Estas iniciativas seriam idealmente complementadas por medidas voltadas para o aumento da permeabilidade do solo e para a gestão sustentável das águas pluviais, elementos considerados fundamentais para a resiliência do território. Ao proteger, recuperar e promover o uso sustentável desse ecossistema, estima-se que ele seja capaz de auxiliar na mitigação dos impactos de eventos climáticos, alinhando-se às metas estabelecidas pelo **ODS 13**.



Ao articular os eixos de requalificação, educação e regeneração, a proposta procura maximizar o potencial do Bosque dos Namorados como ponto de encontro e sinergia entre a população e a natureza. A incorporação de novas infraestruturas, aliada à qualificação dos espaços, foi concebida para atender a diferentes públicos e promover atividades de educação ambiental, investigação, lazer, desporto, arte e cultura. Em estreita relação com o **ODS 3**, espera-se que o conjunto das intervenções também contribua para a melhoria da saúde e do bem-estar coletivo. O reconhecimento deste trabalho, exemplificado também pela premiação na etapa departamental do IAB 2025, atesta a sua relevância no compromisso com a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável.





P#69

REGENERAÇÃO SALINAS DE SAL-REI BOA VISTA CABO VERDE

Autor(es)

Limarchitect Arquitetura e Urbanismo –
Arq. Gersílio Lima

Nome do(s) Cliente(s)

Câmara Municipal da Boa Vista - Cabo
Verde

Imagens

Limarchitect - Arquitetura e Urbanismo

Localização

Sal-Rei, Boa Vista, Cabo Verde

Referência Geográfica

16.18487, -22.91272

Área

260.000 m²

Status

projeto

Data de Elaboração

01/02/2025



A intervenção incide na recuperação ambiental e paisagística das Salinas de Sal Rei, na ilha da Boavista, Cabo Verde, transformando-as num Parque Urbano Ecológico. Os principais objectivos consistem na recuperação e valorização das antigas salinas, na requalificação de uma área degradada através da melhoria da qualidade ambiental, na criação de um espaço de lazer que promova o convívio, a educação ambiental, a investigação científica, a saúde e o bem-estar da população, no incentivo à conservação da biodiversidade, na promoção da sustentabilidade ambiental e na preservação de um património natural, histórico e cultural da ilha.

A preservação das salinas constitui o elemento estruturante do projecto, integrando o parque urbano na paisagem local através da reorganização do espaço

e da implementação de zonas verdes, percursos pedonais, ciclovias, áreas de lazer, contemplação, convívio e terapias do sal. A proposta contempla ainda a introdução de vegetação halófila e a criação de habitats favoráveis à fauna e às aves migratórias. As soluções arquitectónicas inspiram-se nos antigos montes de sal e na arquitectura vernacular, reforçando a identidade e a memória do lugar.

O projecto contribui para o **ODS 11** ao evidenciar a importância da preservação do património natural e histórico como base para um desenvolvimento urbano equilibrado. A valorização das salinas e da paisagem costeira promove uma ocupação sustentável do território e um ambiente urbano saudável, através da criação de espaços verdes acessíveis, percursos pedonais e ciclovias que incentivam a prática de actividade física e o contacto

com a natureza. Desta forma, o projecto contribui para a melhoria da qualidade ambiental, reduz os riscos sanitários associados à degradação do espaço, integra práticas terapêuticas ligadas ao sal e promove comunidades mais inclusivas, resilientes e ambientalmente responsáveis.

Relativamente ao **ODS 15**, o projecto protege e valoriza as salinas enquanto ecossistema sensível, promovendo a conservação da biodiversidade e dos

serviços dos ecossistemas associados às zonas húmidas. A introdução de vegetação halófila e a criação de habitats favoráveis à fauna e às aves migratórias contribuem directamente para a preservação dos ecossistemas terrestres, para a gestão sustentável dos recursos naturais e para a manutenção do equilíbrio ecológico do território, em conformidade com os princípios da utilização sustentável da biodiversidade e da recuperação de áreas degradadas.





P#72

PROPOSTA URBANÍSTICA VIADUTO

Autor(es)

Artur Barjonas Cassinda Cangombe, Nzuzi
Pedro e Adilson Camuango

Imagens

Adilson Camuango e Artur Barjonas
Cassinda Cangombe

Localização

Angola, Luanda

Referência Geográfica

8°50'53.57"S, 13°16'54.48"E

Área

7.326,52 m²

Status

projeto

Data de Elaboração

15/05/2023



O projecto consiste num viaduto de dois níveis com sentidos opostos e duas faixas por nível, cuja forma é marcada por curvas e por uma rotação estrutural progressiva. Inclui fundações em blocos, pilares, longarinas, neoprenos e travessas, com tabuleiro em betão revestido por camada asfáltica e guardas metálicas. O projecto orienta-se pelo uso de materiais duráveis, tecnologia avançada e elevada segurança estrutural.

Ele contribui para o **ODS 3** ao melhorar a mobilidade urbana através de uma infraestrutura rodoviária que reduz o stress associado aos congestionamentos diários, com impactos positivos na produtividade laboral e académica. Relativamente ao **ODS 4**, a infraestrutura viária facilita a deslocação do sector estudantil, especialmente para aqueles que não

dispõem de instituições de ensino próximas das suas residências, permitindo que adolescentes e adultos cheguem a tempo às aulas, evitando atrasos e perdas de oportunidades educativas.

No âmbito do **ODS 8**, o projecto assegura uma chegada mais assídua e pontual aos locais de destino, condição essencial para uma melhor produtividade e prestação de serviços. Para o **ODS 9**, o viaduto desempenha um papel fundamental na logística industrial e no escoamento de bens e produtos até aos consumidores. No que respeita ao **ODS 11**, quando estas condições são asseguradas, torna-se possível que os assentamentos humanos sejam mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.



216

1º guia cialp para a agenda 2030



217

1º guia cialp para a agenda 2030



Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares.

16.2 Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.

16.3 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos.

16.4 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado.

16.5 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.

16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

16.8 Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global.

16.9 Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento.

16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

16.a Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime.

16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

Para saber mais sobre o ODS 16, acesse: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals/goal-16-peace-justice-and-strong-institutions.html>

PROJETOS SELECIONADOS

P#11

Projeto: Edifício Sede do Conselho Constitucional de Moçambique

Autor(es): SECON - Arquitectura - João Athayde e Melo / David Alcobia Colaboração - Océlio Rosnay / Jeconildes Mocumbi / Simone Moiane / Calton Nhamitambo / Níria Açucena / Sidny Saquita

Cliente(s): Conselho Constitucional de Moçambique

Localização: Maputo, Moçambique

P#21

Projeto: Mirante das 12 Portas

Autor(es): Manoel Belisario Viana

Cliente(s): Adolberto Alves de Sousa

Localização: Umari, Ceará, Brasil

P#23

Projeto: Igreja e Centro Paroquial do Faralhão

Autor(es): Arq. Fátima Pereira e Arq. Paulo Pisco

Cliente(s): Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora de Fátima do Faralhão e Praias do Sado

Localização: Freguesia do Sado, Setúbal, Portugal



P#11

EDIFÍCIO SEDE DO CONSELHO CONSTITUCIONAL DE MOÇAMBIQUE

Autor(es)

SECON - Arquitectura: David Alcobia, João Melo; Colaboração Arquitectura: Jeconildes Mocumbi, Níria Açucena, Sidny Saquita, Océlio Rosnay, Simone Moiane, Calton Nhamitanbo; Engenharia: Idilson Nhamage; Especialidades: OHM-E; Lightplan; Noraqua; GET; Logacustica

Nome do(s) Cliente(s)

Conselho Constitucional de Moçambique

Localização

Maputo, Moçambique

Referência Geográfica

25°58'53.41"S 32°35'34.75"L

Área

12.600 m²

Status

em execução

Data de Elaboração

30/08/2023



@3D render



@3D render

O edifício do Conselho Constitucional estabelece uma relação consistente com a Agenda 2030 ao integrar valores de sustentabilidade, transparência institucional e bem-estar humano através de uma arquitectura sóbria, funcional e ambientalmente eficiente. Organizado em torno de um átrio monumental naturalmente ventilado, o projecto articula espaços públicos e institucionais, promovendo acessibilidade, conforto ambiental e ligação harmoniosa com a cidade e a paisagem envolvente.

No âmbito do **ODS 3**, o edifício promove saúde e bem-estar através de espaços acolhedores, áreas verdes, zonas de pausa e serviços de apoio, criando um ambiente de trabalho equilibrado e humanizado. O **ODS 11** manifesta-se na integração do equipamento com o espaço urbano, através de praças, jardins e percursos acessíveis

que incentivam inclusão, convivência e proximidade entre a população e a instituição.

Relativamente ao **ODS 13**, o projecto incorpora soluções passivas e activas de eficiência energética, como ventilação natural, protecção solar, painéis fotovoltaicos, sistemas solares térmicos e isolamento térmico, reduzindo a dependência de climatização mecânica e melhorando o desempenho ambiental do edifício. Por fim, o **ODS 16** assume um papel central, uma vez que a arquitectura reforça a confiança nas instituições judiciais ao promover acessibilidade, clareza funcional, segurança e eficiência no acesso à justiça. Desta forma, o edifício afirma-se como um exemplo de arquitectura institucional alinhada com os princípios da Agenda 2030, contribuindo para uma sociedade mais justa, sustentável e democrática.



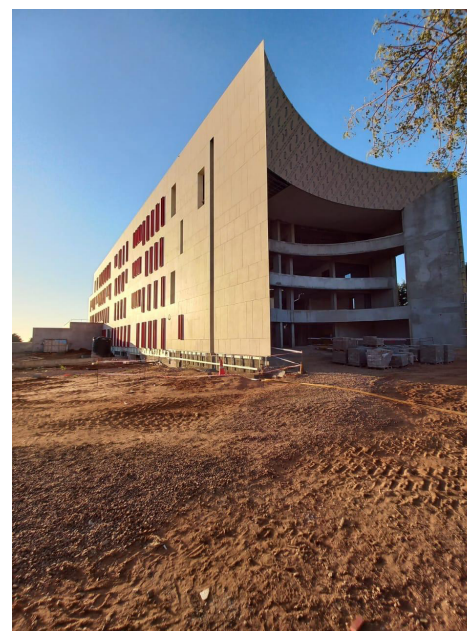
@David Alcobia



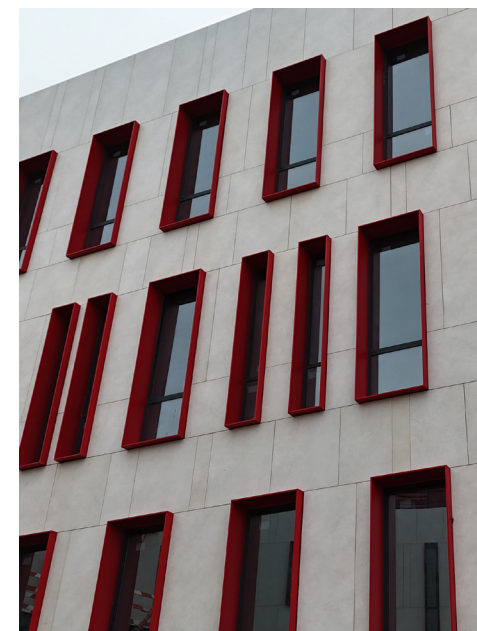
@Carlos Restolho



@David Alcobia



@Carlos Restolho



@David Alcobia



P#21

MIRANTE DAS 12 PORTAS

Autor(es)
Manoel Belisario Viana
Nome do(s) Cliente(s)
Adolberto Alves de Sousa
Imagens
Manoel Belisario
Localização
Umari, Ceará, Brasil
Referência Geográfica
6°38'42.05"S, 38°43'6.84"O
Área
1.021,36 m²
Status
projeto
Data de Elaboração
14/11/2023

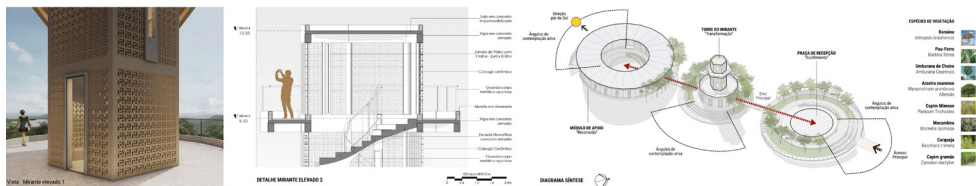


O Mirante das 12 Portas, localizado no sertão cearense, estabelece uma forte relação com a Agenda 2030 ao afirmar-se como um espaço de encontro, contemplação e celebração ecumênica numa região historicamente marcada pela escassez de equipamentos públicos qualificados. Organizado em áreas de acolhimento, transformação e reconexão, o projecto utiliza uma linguagem arquitectónica austera e sensível às raízes sertanejas, valorizando a identidade cultural local e promovendo uma experiência colectiva de pertença e dignidade territorial.

No âmbito do **ODS 10**, o projecto contribui para a redução das desigualdades ao democratizar o acesso a um equipamento cultural e espiritual de qualidade, promovendo inclusão social e convivência entre diferentes grupos da comunidade. O Mirante transforma-se num espaço acessível de encontro e contemplação, reforçando a ideia de que a qualidade urbana e o acesso à cultura não devem ser privilégios restritos aos grandes centros urbanos.

Relativamente ao **ODS 11**, o projecto requalifica um vazio urbano e converte-o num marco simbólico e identitário para a cidade, fortalecendo o sentimento de pertença e incentivando o uso democrático do espaço público. Ao valorizar a cultura sertaneja e criar um lugar de referência colectiva, o Mirante contribui para cidades mais inclusivas, resilientes e socialmente integradas.

O projecto relaciona-se ainda com o **ODS 16** ao promover diálogo, convivência pacífica e respeito pela diversidade cultural e religiosa através do seu carácter ecuménico. Como espaço aberto ao encontro entre diferentes crenças e visões do mundo, o Mirante das 12 Portas reforça valores de tolerância, coesão social e participação comunitária, demonstrando como a arquitectura pode actuar como instrumento de reparação territorial, valorização cultural e construção de paz, em plena sintonia com os princípios da Agenda 2030.





P#23

IGREJA E CENTRO
PAROQUIAL DO
FARALHÃO**Autor(es)**

Arq. Fátima Pereira e Arq. Paulo Pisco

Nome do(s) Cliente(s)

Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora de Fátima do Faralhão e Praias do Sado.

Imagens

PereiraPisco.Creativity

Localização

Freguesia do Sado, Setúbal, Portugal

Referência Geográfica

38.52, -8.81

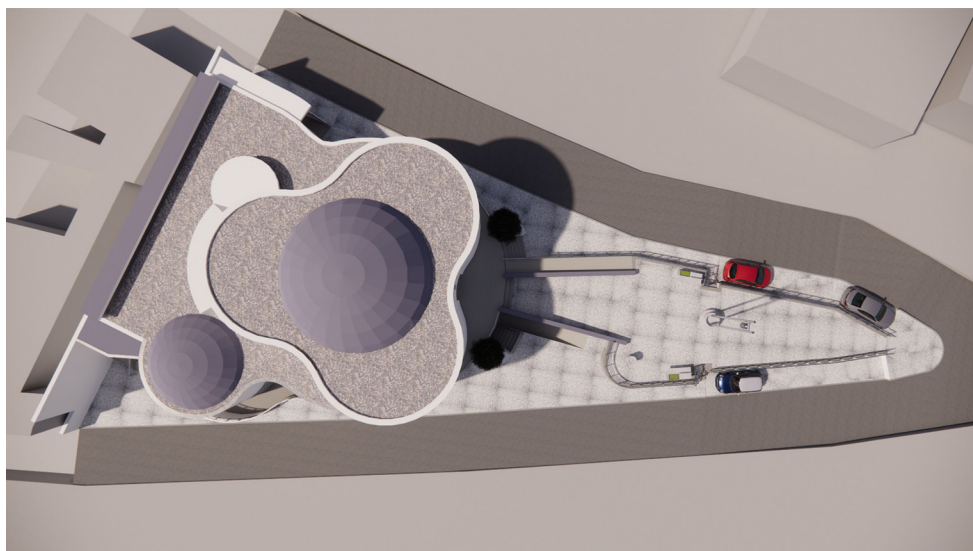
Área1.083 m²

Status

em execução

Data de Elaboração

30/06/2011



Vista aérea em 3D (virtual) do Edifício e a sua envolvente, com “adro” e “torre sineira”



Vista do alçado principal a partir do “adro” vendo-se a “torre sineira”

O Centro Paroquial do Faralhão estabelece uma relação profunda com a Agenda 2030 ao afirmar-se como um equipamento comunitário inclusivo e qualificador numa Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI), historicamente marcada pela carência de infra-estruturas e serviços públicos. O projecto reúne Igreja, Centro Paroquial, Casa Mortuária e Centro de Dia num conjunto arquitectónico organizado em diferentes níveis simbólicos, promovendo acolhimento, convivência e apoio social, ao mesmo tempo que reforça a identidade e a dignidade urbana da periferia onde se insere.

No âmbito do **ODS 3**, o centro promove saúde e bem-estar através de espaços destinados ao apoio espiritual, convívio comunitário e acompanhamento de idosos, beneficiando de boas condições

de conforto térmico, iluminação natural e ventilação. O **ODS 4** é igualmente reforçado pela função educativa e cultural do equipamento, que acolhe actividades de aprendizagem formal e informal, catequese, biblioteca e iniciativas desenvolvidas em articulação com escolas e associações locais.

Relativamente ao **ODS 10**, o projecto contribui para a redução das desigualdades sociais e territoriais ao garantir acessibilidade universal e criar um espaço aberto e inclusivo para toda a comunidade. A regeneração urbana promovida pelo equipamento reforça também o **ODS 11**, ao melhorar a relação com o espaço público, incentivar mobilidade pedonal e sustentável e qualificar uma área periférica através de arquitectura de referência e forte integração urbana.

O projecto relaciona-se ainda com o **ODS 16** ao promover participação comunitária, transparência e inclusão através de processos de consulta e co-criação, reforçando valores de convivência, confiança e coesão social. Por fim, o **ODS 17** manifesta-se nas parcerias estabelecidas entre comunidade, instituições locais,

empresas e entidades religiosas, que permitiram concretizar o projecto através de um esforço colectivo e colaborativo. Desta forma, o Centro Paroquial do Faralhão afirma-se como um exemplo de arquitectura socialmente comprometida, capaz de integrar espiritualidade, inclusão, regeneração urbana e participação cidadã.



Vista exterior do Edifício Igreja e Centro Paroquial



Interior da Igreja vista aa partir do altar em direção à porta de entrada



Vista interior do "coro alto" sobre o altar da Igreja



Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Finanças

17.1 Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas.

17.2 Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta [RNB] em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos.

17.3 Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes.

17.4 Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento.

17.5 Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos.

Tecnologia

17.6 Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global.

17.7 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado.

17.8 Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação.

Capacitação

17.9 Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular.

Comércio

17.10 Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do

Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha.

17.11 Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020.

17.12 Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado.

Questões sistêmicas

Coerência de políticas e institucional

17.13 Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas.

17.14 Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável.

17.15 Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável. As parcerias multissetoriais.

17.16 Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para

apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento.

17.17 Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.

Dados, monitoramento e prestação de contas

17.18 Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais.

17.19 Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento.

Para saber mais sobre o ODS 17, acesse: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals/goal-17-partnerships-for-the-goals.html>

PROJETOS SELECIONADOS

P#3

Projeto: Parque Ecológico de São Jorge dos Orgãos

Autor(es): Carlos Hamelberg, Gerson Andrade

Cliente(s): Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário

Localização: São Lourenço dos Orgãos, Cabo Verde

P#35

Projeto: LabIC Novale

Autor(es): Laryssa Tarachucky

Cliente(s): Associação do Centro de Inovação Jaraguá do Sul

Localização: Jaraguá do Sul, Santa Catarina, Brasil

P#9

Projeto: Escritório Sede da UNICEF Moçambique

Autor(es): Arq. Alexandre Regado e Eng. Italma Pereira

Cliente(s): UNICEF

Localização: Maputo, Moçambique



#3
PARQUE ECOLÓGICO
DE SÃO JORGE DOS
ORGÃOS

Autor(es)
Carlos Hamelberg e Gerson Andrade
Nome do(s) Cliente(s)
Instituto Nacional de Investigação e
Desenvolvimento Agrário
Imagens
Carlos Hamelberg e Gerson Andrade
Localização
São Lourenço dos Orgãos, Cabo Verde
Referência Geográfica
220143.57 m E, 1665979.46 m N
Área
90.000 m²
Status
projeto
Data de Elaboração
25/08/2023



O Parque Ecológico de São Jorge, concebido para integrar a região e os Laboratórios do INIDA num sistema de Economia Circular, estabelece uma relação directa com a Agenda 2030 ao articular ciência, produção sustentável e ordenamento territorial nas ilhas de Sotavento e em Santiago. Este projecto procura reforçar os ciclos de produção, transformação, distribuição, consumo e reciclagem, valorizando a experiência científica do INIDA, o Posto de Fomento Pecuário e a Formação Agrária local, ao mesmo tempo que afirma São Jorge como um destino turístico de referência em Cabo Verde, promovendo sempre o equilíbrio entre as dimensões ambiental, social e económica.

No que respeita ao **ODS 11**, o plano distribui as funções produtivas e laboratoriais de acordo com as características territoriais de cada município, reduzindo desigualdades regionais e promovendo um ordenamento equilibrado do território, assente num planeamento sustentável. Esta abordagem evita a concentração excessiva de actividades numa única localidade, reforçando a coesão territorial e a qualidade de vida das comunidades envolvidas.

O **ODS 12** constitui, por sua vez, o eixo central do projecto. Ao estruturar um circuito completo de economia circular — abrangendo produção, transformação, consumo e reciclagem — o Parque Ecológico valoriza a eficiência na utilização

dos recursos, a redução do desperdício e a reciclagem no território. Este modelo operacional demonstra como a gestão responsável de materiais e insumos pode ser aplicada de forma concreta em contextos insulares, potenciando o desenvolvimento sustentável local.

Ademais, o projecto relaciona-se fortemente com o **ODS 17**, uma vez que assenta na cooperação interinstitucional entre municípios, entidades científicas

como o INIDA e diferentes sectores produtivos. Esta articulação favorece sinergias entre ciência, governo e sector privado, elementos essenciais para o cumprimento das metas da Agenda 2030. O Parque Ecológico de São Jorge não só reforça a produção agrícola e pecuária sustentável, como também se consolida como um modelo de governação colaborativa e inovação territorial.





P#9
ESCRITÓRIO SEDE DA
UNICEF MOÇAMBIQUE

Autor(es)
Arq. Alexandre Regado e Eng. Italma Pereira
Nome do(s) Cliente(s)
UNICEF
Imagens
Alexandre Regado
Localização
Maputo, Moçambique
Referência Geográfica
25°57'17.96"S, 32°35'39.78"E
Área
926,75 m²
Status
concluído
Data de Elaboração
11/10/2021



O projecto desenvolvido pela Arktek para a UNICEF em Moçambique estabelece uma relação consistente com a Agenda 2030 ao integrar soluções ecoeficientes, acessibilidade e bem-estar no ambiente de trabalho. Concebido para reduzir a utilização de recursos não renováveis e criar espaços comuns confortáveis e inclusivos, o edifício afirma-se como um modelo de arquitectura institucional sustentável, alinhado com os princípios da eficiência ambiental e da qualidade de vida.

No âmbito do **ODS 3**, o projecto promove saúde e bem-estar através de boas condições de trabalho, acessibilidade universal e espaços concebidos para proporcionar conforto e integração. Os **ODS 6 e 7** são contemplados por meio de soluções sustentáveis de gestão da água, eficiência energética e utilização de fontes de energia limpas, reforçadas

pela certificação ambiental do edifício. O **ODS 9** manifesta-se na criação de infra-estruturas resilientes e inovadoras, com áreas de trabalho inclusivas que incentivam a convivência e a colaboração.

O projecto contribui igualmente para os **ODS 10 e 11** ao disponibilizar infra-estruturas de qualidade num contexto marcado por desafios de desenvolvimento, promovendo inclusão, sustentabilidade urbana e melhor planeamento das comunidades. Paralelamente, os **ODS 12 e 13** são reforçados através da adopção de práticas responsáveis de consumo e construção, bem como de soluções de mitigação e adaptação às alterações climáticas. E o **ODS 17** evidencia-se na parceria entre a UNICEF e a Arktek, demonstrando como a cooperação institucional pode gerar soluções exemplares.





P#35

LABIC NOVALE

Autor(es)

Laryssa Tarachucky

Nome do(s) Cliente(s)

Associação do Centro de Inovação Jaraguá do Sul

Imagens

Laryssa Tarachucky

Localização

Jaraguá do Sul, Santa Catarina, Brasil

Referência Geográfica

-8.067866913695685,

-34.89378100980071

Status: concluído**Data de Elaboração:** 01/06/2021

O LabIC Novale é um projecto de design participativo urbano desenvolvido em Jaraguá do Sul (SC), que cria dispositivos de escuta, co-criação e prototipagem de soluções para desafios territoriais. Utilizando metodologias de design de processos, o projecto estruturou ciclos participativos envolvendo cidadãos, gestores públicos, organizações locais e agentes culturais, resultando em diagnósticos partilhados, planos de activação local e propostas de intervenção urbana de pequena escala, funcionando como uma infra-estrutura leve de inovação que articula conhecimento técnico e saberes locais para qualificar a tomada de decisão sobre a cidade.

No âmbito do **ODS 2**, através do projecto Conectando Cozinhas, fortaleceu sistemas alimentares locais, apoiando

a formalização de trabalhadores da alimentação, estimulando cadeias curtas de produção e consumo e promovendo segurança alimentar e geração de rendimento. Relativamente ao **ODS 3**, desenvolveu processos de investigação e co-criação sobre cidades para as infâncias, abordando o bem-estar físico, emocional e social das crianças no espaço urbano. No **ODS 4**, promoveu aprendizagem colectiva e educação cidadã, fortalecendo competências críticas e a colaboração ao longo da vida. Em relação ao **ODS 5**, realizou processos participativos com perspectiva de género, incorporando visões femininas e interseccionais para diagnosticar desigualdades de acesso ao espaço urbano. O projecto também fomenta o **ODS 9** ao estruturar infra-estruturas leves de participação que ampliam a capacidade de inovação em contextos locais.

No **ODS 10**, cria dispositivos que ampliam a inclusão de diferentes grupos sociais, reduzindo assimetrias de voz e de acesso à tomada de decisão. Para o **ODS 11**, fortalece processos participativos de planeamento urbano e governação local, promovendo soluções de baixo custo e forte vínculo ao lugar. No **ODS 12**, trabalhou o conceito de cidades circulares, orientado para a redução de desperdícios e para o reaproveitamento de recursos.

Relativamente ao **ODS 13**, desenvolveu e incubou soluções baseadas na natureza, como jardins drenantes para adaptação climática e gestão sustentável de águas pluviais. No **ODS 16**, promoveu governação colaborativa, transparência e participação cidadã, fortalecendo a confiança entre cidadãos e instituições públicas. Por fim, no **ODS 17**, articulou parcerias entre poder público, sociedade civil, universidades e agentes locais, actuando como plataforma de cooperação para implementar soluções urbanas alinhadas com a Agenda 2030.

